

1 **IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL**
2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CE-SC/IPB - 1995**

3 **Ata de verificação de poderes**

4 Aos 13 dias do mês de março de 1995, no salão social da Igreja Presbiteriana Unida
5 de São Paulo, à Rua Helvética, 772 - Centro, em São Paulo, às 22 horas e 45
6 minutos, reúne-se a mesa da CE-SC/IPB a fim de proceder a verificação de poderes
7 conforme convocação de acordo com o Doc. 01: **CONVOCAÇÃO DA COMISSÃO**
8 **EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO DA IPB.** De ordem do Senhor Presidente da
9 CE-SC/IPB, Rev. Guilhermino Cunha, convoco a Comissão Executiva do Supremo
10 Concílio, para reunir-se, ordinariamente, no Acampamento Cabuçu - Guarulhos - SP,
11 dias 13 a 18 de março de 1995. Notas explicativas: 1ª) A abertura solene será às
12 20h do dia 13 de março, da Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, à Rua Helvétia,
13 772 - Haverá condução para os membros efetivos e ex-officio da CE-SC;IPB. 2ª) Os
14 membros ex-officio terão suas despesas de viagem pagas pelas entidades e/ou
15 autarquias que representarem. 3ª) A Tesouraria do SC pagará passagens por via
16 terrestre para os membros efetivos da CE-SC/IPB: por via aérea para os presidentes
17 de Sínodos das regiões Norte, Nordeste e Sul. 4ª) Aqueles que tiverem necessidade
18 de condução para o Cabuçu, poderão encontrar-se no Mackenzie, Rua Itambé, 45 -
19 Higienópolis. **CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO - 1995 -** De
20 ordem do Senhor Presidente da CE-SC/IPB, Rev. Guilhermino Cunha, informo que a
21 reunião de Planejamento para o ano de 1995, será no Acampamento Cabuçu -
22 Guarulhos - SP, nos dias 10 a 13 de março de 1995, com início no dia 10, às 20h.
23 Estão convocados os Secretários Gerais, os Presidentes das Juntas e Comissões da
24 Igreja Presbiteriana do Brasil. Após, o exercício devocional que constou de Culto
25 Solene de Abertura no Templo, conforme programa impresso. **O presidente, Rev.**
26 **Guilhermino Cunha**, convida aos Revs. Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique
27 Hack para suprir as ausências do vice-presidente e tesoureiro, respectivamente. Ora
28 o Presbítero Damócles Perroni Carvalho. Está presente, além do presidente, o **Rev.**
29 **Wilson de Souza Lopes - SE-SC/IPB**¹. Procede-se a chamada dos representantes
30 dos Sínodos. **SÍNODO BAHIA** - Pb. Sebastião Guimarães Costa Filho - Vice-
31 Presidente; **SÍNODO BAURU** - Rev. Fernando Hamilton da Costa - Presidente;

¹ Inicia-se as 22h45m verificação de poderes sob a presidência do Rev. Guilhermino com a presença do Rev. Wilson SE-SC.

1 **SÍNODO BELO HORIZONTE** - Rev. Ludgero Bonilha Morais - Presidente; **SÍNODO**
2 **BRASIL CENTRAL** - Rev. Silas Rebouças Nobre - Presidente; **SÍNODO BRASÍLIA** -
3 Rev. Roberto Brasileiro da Silva - Presidente; **SÍNODO CENTRAL**
4 **ESPIRITOSSANTENSE** - Pb. Hermes Peyneau - Vice-Presidente; **SÍNODO**
5 **CENTRAL PERNAMBUCO** - Rev. Noé de Paulo Ramos – Presidente; **SÍNODO**
6 **ESPÍRITO SANTO/RIO JANEIRO** - Rev. Luiz Lopes – Presidente; **SÍNODO LESTE**
7 **FLUMINENSE** - Rev. Aproniano Wilson de Macedo – Presidente; **SÍNODO LESTE**
8 **MINAS** - Rev. Fernando Luiz Andrade Freitas - Presidente; **SÍNODO LESTE SÃO**
9 **PAULO** - Rev. Rubens Thomas de Aquino – Presidente; **SÍNODO MARANHÃO** -
10 Rev. Antonio Fontes Martins de Souza – Presidente; **SÍNODO MATOGROSSENSE** -
11 Rev. Matusalém Nery – Presidente; **SÍNODO NORDESTE** - Rev. João Inácio Martins
12 – Presidente; **SÍNODO NOROESTE BRASIL** - Rev. Autair Emerick - Vice-Presidente;
13 **SÍNODO NORTE PARANÁ** - Pb. João Francisco dos Anjos – Presidente; **SÍNODO**
14 **OESTE BAHIA** - Rev. Geomário Moreira Carneiro – Presidente; **SÍNODO OESTE**
15 **FLUMINENSE** - Rev. Daniel Bitencout dos Paços – Presidente; **SÍNODO OESTE**
16 **RIO JANEIRO** - Rev. Carlos Roberto Nunes da Silva - Vice-Presidente; **SÍNODO**
17 **OESTE SÃO PAULO** – Rev. Eldman Franklin Eler; **SÍNODO PAMPULHA** - Rev.
18 Obedes Ferreira da Cunha - Presidente; **SÍNODO PARAÍBA/RIO GRANDE NORTE**
19 - Rev. Adauto Lins dos Anjos – Presidente; **SÍNODO PERNAMBUCO** - Rev. Arival
20 Dias Casemiro – Presidente; **SÍNODO RIO DOCE** - Rev. Paulo Audebed Delage –
21 Presidente; **SÍNODO RIO JANEIRO** - Rev. Guilhermino Silva Cunha – Presidente;
22 **SÍNODO SANTOS/BORDA CAMPO** - Rev. Folton Nogueira da Silva – Presidente;
23 **SÍNODO SERRANO FLUMINENSE** - Rev. Sinval Pereira de Souza – Presidente;
24 **SÍNODO SETENTRIONAL** - Rev. Jaime Marcelino de Jesus – Presidente; **SÍNODO**
25 **SUDOESTE GOIÁS** - Rev. José Gonçalves de Siqueira – Presidente; **SÍNODO SUL**
26 **BRASIL** - Rev. Osvaldo Henrique Hack – Presidente; **SÍNODO SUL FLUMINENSE** -
27 Rev. Renato Marinho de Almeida – Presidente; **SÍNODO SUL MINAS** - Rev. João
28 Âleixo Marques – Presidente; **SÍNODO TROPICAL** - Rev. Sergio Paulo de Carvalho
29 Barbas – Presidente; **SÍNODO VALE AÇO** - Rev. Diocélio Rodrigues Leal -
30 Presidente. Com a presença dos 34 Sínodos e onze ausentes abaixo relacionados,
31 a saber: **ALAGOAS/SERGIPE, CEARÁ, MERIDIONAL, MINAS/ESPÍRITO SANTO,**
32 **SÃO PAULO, SOROCABA, SUDOESTE PAULISTA, PIRATININGA, OESTE DE**

1 **BELO HORIZONTE, CAMPINAS E GARANHUNS**². Registra-se a presença dos
2 seguintes membros ex-offício: Rev. Armando Silvestre – Secretário Geral da
3 UPA; Rev. Lael Viana de Alcantara; Rev. Josué Alves Ferreira³. O presidente
4 declara aberta a presente reunião. Doc. 03. Aprova-se o horário regimental nos
5 seguintes termos: **HORÁRIO REGIMENTAL** - A Comissão Executiva do Supremo
6 Concílio, reunida em Cabuçu, Guarulhos, SP, nos dias, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 de
7 março de 1995, aprova o seguinte Horário Regimental, para funcionamento de suas
8 reuniões: Das 08 às 12 horas - período da manhã. Das 14 às 18 horas - período da
9 tarde. Das 20 às 22 horas - período da noite. Todos os dias⁴. Ora encerrando o Rev.
10 Teutônio Bragança, que também impetra a Benção, às 23 horas e 30 minutos. Nada
11 mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata⁵.

12
13 **Ata da Primeira Sessão Regular da CE-SC/IPB**

14 Às 8:00 horas do dia 14 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento
15 Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Primeira Sessão
16 Regular, sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha, que dirige o exercício
17 devocional⁶. Canta-se o hino 52 “Glória e Coração”, do Hinário Novo Cântico. Oram
18 em seguida os Revs. Fernando Hamilton Costa, Teutônio Bragança e Diocélio
19 Rodrigues Leal. O Presidente lê o texto das Sagradas Escrituras em Atos 9:31,
20 sobre o qual faz um breve comentário. Canta-se o hino 299 “Renovação”, ora em
21 seguida a Prof^a Eunice Souza da Silva - Secretária Geral do Trabalho Feminino
22 encerrando o exercício devocional. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha, convida
23 aos Revs. Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique Hack para suprir as
24 ausências do vice-presidente e tesoureiro, respectivamente. Procede-se a chamada
25 dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se a presença de todos os arrolados
26 conforme a Ata de Verificação de Poderes⁷. Havendo quorum o Presidente declara
27 aberta a primeira sessão regular da CE-SC/IPB. *Aprova-se a Ata da Sessão de*
28 *Verificação de Poderes*. São arrolados os seguintes Sínodos por seus representan-

² Presentes 34 Sínodos e 11 ausentes

³ Presença dos membros ex-offício

⁴ Horário Regimental

⁵ Encerramento do ato de verificação as 23h30m.

⁶ Inicia-se a primeira Sessão Regular as 8h00m sob a presidência do Rev. Guilhermino.

⁷ Presença de todos arrolados na Sessão de Verificação de Poderes.

1 tes: **SÃO PAULO** - Rev. Eldman Franklin Eler, **SOROCABA** - Rev. Wilson do
2 Amaral Filho, **SUDOESTE PAULISTA** - Rev. Elias Dantas Filho, **PIRATININGA** -
3 Rev. Avaci José dos Santos, **OESTE DE BELO HORIZONTE** - Rev. Floriano
4 Sant'Anna, **CAMPINAS** - Rev. Silas de Campos⁸. Registram-se os seguintes mem-
5 bros Ex-offício: Prof^a Eunice Souza da Silva - Secretária Geral do Trabalho Femini-
6 no, Rev. Josias Reis Coelho - Secretário Geral de Estatística, Rev. Enos Moura -
7 Secretário Geral de Mocidade, Rev. Geraldo Braz dos Santos - Presidente da JU-
8 RET-STP/RDNE, Pb. Adonias Costa Silveira - Presidente da JET, Rev. Honório
9 Theodoro Neto - Presidente da CONEAS, Rev. Carlos Aranha Neto - Presidente da
10 JMN, Pb. Renato Piragibe - Tesoureiro da JPEF/IPB, Rev. Jôer Correa Batista -
11 Diretor do STPBC, Rev. Geraldo Silveira Filho - Presidente da COSM, Rev. Reinaldo
12 Correia da Silva - Redator do Jornal Brasil Presbiteriano, Rev. Edson de Oliveira
13 Lima - Presidente Assembléia do Instituto Gammon, Rev. Aproniano Wilson de Ma-
14 cedo - membro CEP/CECEP, Pb. Renato Antônio Astolpho - Escola Presbiteriana de
15 Alta Floresta, Rev. Nelson Duílio Bordini Marino, observador, Rev. Paulo Silas de
16 Assis - Representante da Escola Presbiteriana de Matupá, Pb. Nilson de Oliveira,
17 Bel. Cid Pereira Caldas e Prof. Antônio Carlos Rocha - da Equipe de Assessoria da
18 Presidência e Rev. Eudócio Mendes dos Santos Júnior - Capelão do Hospital
19 Evangélico (Presbiteriano) de Rio Verde - GO⁹. Nomeiam-se as seguintes
20 Comissões de Expediente: **SUBCOMISSÃO Nº 1 - FINANÇAS** - *Relator*: Pb.
21 Aivaldo Ferreira Vargas. *Integrantes*: Pb. Damócles Perroni de Carvalho, Rev.
22 Fernando Hamilton Costa, Pb. Hermes Peyneau, Rev. Arival Casimiro Dias. *As-*
23 *sessores*: Pb. Renato Piragibe, Rev. Armando Araújo Silvestre. **SUBCOMISSÃO Nº**
24 **2 - JUBILAÇÕES, DESPOJAMENTO, EXONERAÇÃO E ETC...** - *Relator*: Rev. Silas
25 de Campos *Integrantes*: Rev. João Francisco dos Anjos, Rev. Autair Emerick, Rev.
26 Maeli Ferreira Vilela, Rev. Geomário Moreira Carneiro, Rev. Sinval Pereira de
27 Souza. *Assessores*: Rev. Geraldo Brás dos Santos, Rev. Carlos Aranha Neto.
28 **SUBCOMISSÃO Nº 3 - DESDOBRAMENTO DE PRESBITÉRIOS E SÍNODOS** -
29 *Relator*: Rev. Noé de Paula Ramos. *Integrantes*: Rev. João Aleixo Marques, Rev.
30 Sérgio Paulo de Carvalho Barbas, Rev. Teutônio Bragança, Rev. Obedes Ferreira
31 da Cunha. *Assessor*: Pb. Renato Antônio Astolpho. **SUBCOMISSÃO Nº 4 - RE-**

⁸ Aprova-se a Ata da Sessão de Verificação de Poderes. Arrola-s mais 6 Sínodos passando a 40 presentes.

⁹ Registram-se a presença de outros membros ex-officio.

1 **LATÓRIOS DE AUTARQUIAS E REGIMENTOS** -*Relator:* Rev. Roberto Brasileiro
2 da Silva. *Integrantes:* Rev. Diocélio Rodrigues de Leal, Rev. Silas Rebouças Nobre,
3 Rev. Eldman Franklin Eler, Rev. Eldman Franklin Eler, Rev. Sinval Pereira de Souza.
4 *Assessor:* Rev. Paulo Silas de Assis. **SUBCOMISSÃO Nº 5 - RELATÓRIOS DE**
5 **SECRETARIAS GERAIS E OUTROS** - *Relatores:* Rev. Ludgero Bonilha Moraes.
6 *Integrantes:* Rev. Carlos Roberto Nunes da Silva, Rev. Daniel Bittencourt dos Paços,
7 Rev. João Inácio de Souza Martins, Rev. Jaime Marcelino de Jesus. *Assessor:* Rev.
8 Lael Viana de Alcântara. **SUBCOMISSÃO Nº 6 - PLANO DE AÇÃO E PLA-**
9 **NEJAMENTO ANUAL** - *Relator:* Rev. Adauto Lins dos Anjos. *Integrantes:* Rev. João
10 Cipriano da Cruz, Rev. Arival Casimiro Dias, Rev. Matusalém Nery, Rev. Elias
11 Dantas Filho. *Assessores:* Sra. Eunice Souza da Silva, Rev. Edson de Oliveira Lima
12 e Rev. Reinaldo Correia da Silva. **SUBCOMISSÃO Nº 7 - EDUCAÇÃO TEOLÓGICA**
13 - *Relator:* Rev. Osvaldo Henrique Hack. *Integrantes:* Rev. Fôlton Nogueira da Silva,
14 Rev. Wilson do Amaral Filho, Rev. Luiz Lopes, Rev. José Gonçalves de Siqueira.
15 *Assessores:* Rev. Aproniano Wilson de Macedo, Rev. Geraldo Silveira Filho e Pb.
16 Adonias Costa da Silveira. **SUBCOMISSÃO Nº 8 – JUNTAS DE MISSÕES, CNE E**
17 **OUTROS** - *Relator:* Rev. Paulo Aubebert Delage. *Integrantes:* Rev. Avaci José dos
18 Santos, Rev. Floriano Sant'Anna, Rev. Géron Silva, Rev. Renato Marinho de
19 Almeida. *Assessores:* Rev. Enos Moura, Rev. Josué Alves Ferreira. **SUBCOMISSÃO**
20 **Nº 9 - RELATÓRIOS DE COMISSÕES E ANTEPROJETO DE REFORMA DO**
21 **MANUAL PRESBITERIANO** -*Relatores:* Rev. Daniel Bittencourt dos Paços. *Inte-*
22 *grantes:* . , Rev. Fernando Luís Andrade de Freitas, Rev. Rubens Thomás de Aquino,
23 Rev. Antônio Fontes Martins de Souza, Rev. Sebastião Guimarães Costa Filho, Rev.
24 Teutônio Bragança. *Assessores:* Rev. Josias dos Reis Coelho, Rev. Honório
25 Theodoro Neto¹⁰. As 10 horas suspende-se a sessão para o trabalho das subcomis-
26 sões, durante o horário regimental do dia 14/03/95. Às 20 horas e 15 minutos reini-
27 ciam-se os trabalhos com exercício devocional dirigido pelo Presidente e a partici-
28 pação do Coral e UPA da Igreja Presbiteriana da Penha, que apresentam a peça e
29 cantata "Os Pioneiros"¹¹. Em seguida o Presidente convida os Revs. Antônio Fontes
30 Martins, Jaime Marcelino de Jesus e Autair Emerick que fazem um relato sobre o
31 trabalho Presbiteriano norte do País. Canta-se o hino 289, ora o Rev. Edezildo Bar-

¹⁰ Nomeações das sub comissões.

¹¹ Suspende-se a reunião as 10 horas, reinicia-se as 20h15m com devocional dirigido pelo Presidente.

1 ros Correia, pastor da Igreja Presbiteriana da Penha, seguida da oração do “Pai
2 Nosso” por todos, encerrando assim às 22:00 horas a primeira sessão regular¹².
3 Nada mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata.
4

5 **Ata da Segunda Sessão Regular da CE-SC/IPB**

6 Às 8:00 horas do dia 15 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento
7 Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Segunda Sessão Regu-
8 lar , sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha. O exercício devocional é dirigido
9 pelo Rev. Jaime Marcelino de Jesus, com a seguinte ordem litúrgica: Leitura do
10 Salmo 133; Oração pelo Rev. Jaime; Cântico dos hinos 04 e 68 do Hinário Novo
11 Cântico; leitura do texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de
12 Mateus, Cap. 18.21 - 35, de onde extrai sua meditação. Oração pela Irmã Ofélia
13 Carbalho de Aguiar Reis e o cântico do hino 153 “Com Tua Mão Segura Bem a Mi-
14 nha” encerrando o exercício devocional¹³. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha,
15 convida ao Rev. Adauto Lins dos Anjos para suprir a ausência do vice-presidente.
16 Procede-se a chamada dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se a presença de
17 todos os presentes na Primeira Sessão. Havendo quorum o Presidente declara
18 aberta a segunda sessão regular da CE-SC/IPB. Aprova-se a Ata da Primeira Ses-
19 são Regular. Dá-se assento ao Sínodo de **GARANHUNS** - Rev. Maely Ferreira
20 Vilela¹⁴. Registra-se a presença do Rev. Alberto Pereira. Às 10 horas suspende-se a
21 sessão para o trabalho das subcomissões, orando o Presidente¹⁵. Às 14 horas e 15
22 minutos reiniciam-se os trabalhos com oração pelo Rev. Luiz Lopes. Dá-se assento
23 ao Rev. Geraldo Braz dos Santos - SE – SBH, substituindo o Rev. Ludgero Bonilha
24 Moraes, que se ausentou do plenário, Doc. 147. Recebe-se o Doc. 145 do Rev. Paulo
25 Delage solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado. Às 14
26 horas e 35 minutos suspende-se a sessão para o trabalho das subcomissões. Às 20
27 horas reiniciam-se os trabalhos com exercício devocional dirigido pelo Rev. Nelson
28 Duílio Bordini Marino com a seguinte ordem litúrgica: Leitura do Salmo 138; Oração

¹² Encerramento da primeira Sessão Regular 22h00m.

¹³ Inicia-se a Segunda Sessão Regular dia 15 às 8h00m sob a Presidência do Rev. Guilhermino e devocional dirigida pelo Rev. Jaime Marcelino de Jesus.

¹⁴ Estão presentes todos arrolados até a primeira sessão. Aprova-se a Ata da primeira Sessão Regular e arrola-se o Sínodo de Garanhuns. Agora são 41 Sínodos presentes.

¹⁵ 10h00m suspende-se a sessão para o trabalho das sub comissões.

1 pelo Pb. Renato Astolpho; Cântico do hino 28 do Hinário Novo Cântico; leitura do
2 texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de Marcos, Cap. 2.1 -
3 12, de onde extrai sua meditação, com o tema: “ A ação de Cristo ultrapassa nossas
4 limitadas expectativas”. Oração pelo pregador seguida da meditação. Canta-se o do
5 hino 313; ora o Rev. Wilson de Souza Lopes e Bênção Apostólica pelo pregador,
6 seguida do cântico do amém tríplice por todos, encerrando o exercício devocional¹⁶.
7 É dado assento ao Rev. Jurandyr Stork, vice-presidente do Sínodo Rio Doce,
8 substituindo o Rev. Paulo Delage. Passa-se a receber relatório das subcomissões:
9 Relata a Subcomissão nº 2 – **Doc. I** - Quanto Doc. 146 - Outorga de Diploma de
10 Jubilado e de Medalha de Mérito da IPB. Aprovado em seus termos: “Quanto a
11 outorga de Diploma de Jubilado e Medalha de Mérito, a CE-SC/IPB resolve: Instituir
12 o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito de IPB a todos os seus ministros em
13 seu ato de Jubilação pelo Concílio. - Que a presente instituição seja extensiva todos
14 os ministros anteriormente Jubilados e ainda vivo no seio da IPB”¹⁷. **Doc. II** -
15 Quanto ao Doc. 22 - Do Presbitério de Rio Claro/SCP, proposta de jubilação do Rev.
16 Celso Wolff. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da
17 CI/IPB, a jubilação do mencionado ministro, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o
18 trabalho do Rev. Celso Wolff no seio da IPB, bem como na docência no Instituto
19 Metodista de Ensino Superior, de Rudge Ramos, São Paulo, e ainda seu eficiente
20 trabalho desenvolvido no Centro Áudio Visual - Evangélico; 3) Registrar que o
21 referido ministro foi batizado na infância pelo saudoso Rev. Mathatias Gomes dos
22 Santos; professou sua fé com o Rev. José Carlos Nogueira e em 20/01/1952 foi
23 ordenado ao santo ministério pelo Presbitério de Rio Claro, SP. É casado com Dona
24 Cleide Zerlotti Wolff; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da
25 IPB; 5) Recomendar que o Presbitério do obreiro promova culto especial de gratidão
26 a Deus pela sua vida e ministério; 6) Destacar que a IPB é sua família e que sempre
27 estará solidária com o irmão e seus familiares¹⁸. **Doc. III** - Quanto ao Doc. 27 - Do
28 Presbitério de Limeira/SCP, proposta de jubilação do Rev. Ary Barbosa Martins. A
29 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos da CI/IPB, Art. 49 parágrafo 2º,
30 a jubilação do Rev. Ary Barbosa Martins, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o

¹⁶ Às 20h00m reiniciam-se os trabalhos com devocional dirigida pelo Rev. Nelson Duflío.

¹⁷ Doc I ref. Doc 146 – Outorga de Diploma de Jubilado e Medalha de Mérito da IPB

¹⁸ Doc. II Jub. Rev. Celso Wolf.

1 eficiente trabalho do obreiro nos Presbitérios de São Paulo, Campinas e Limeira, e
2 docência no SPS. Foi batizado na infância pelo Rev. Sátilas do Amaral Camargo e
3 professou a fé com o Rev. Teodomiro Emerique; foi ordenado ao sagrado ministério
4 pelo Presbitério de São Paulo; 3) Reconhecer a fidelidade e piedade do ministro e
5 sua preocupação constante de bem ensinar e pregar a Palavra de Deus; 4) Conferir-
6 lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que o
7 Presbitério proponente promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela
8 vida e ministério do obreiro; 6) Recomendar que, à míngua de maiores informações
9 e ausência da carteira, sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados de sua vida
10 eclesiástica para publicação e conhecimento da Igreja; 7) Destacar que a IPB é a
11 família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus familiares¹⁹.
12 **Doc. IV** - Quanto ao Doc. 31 - Proposta de jubilação do Rev. Astrogildo de Oliveira
13 Godoy, formulado pelo Presbitério de Limeira /SCP. A CE-SC/IPB resolve:1) Atender
14 e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da CI/IPB, a jubilação do ministro em epígrafe,
15 sem ônus para a IPB; 2) Destacar o eficiente trabalho do obreiro nos campos de
16 Minas Gerais e Presbitérios de Campinas e Limeira, louvando a Deus por isso; 3)
17 Reconhecer a fidelidade e piedade do ministro em bem servir à sua Igreja nas
18 diferentes regiões por onde passou; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a
19 Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que o Concílio proponente promova um
20 culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu obreiro; 6)
21 Recomendar que, à míngua de outras informações, sejam enviados ao Brasil
22 Presbiteriano, dados históricos - eclesiásticos para publicação e conhecimento da
23 igreja; 7) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará
24 solidária com ele e seus familiares. Vencido o horário regimental, prorroga-se até o
25 encerramento do relatório desta comissão²⁰. **Doc. V** - Quanto ao Doc. 32 - Do
26 Presbitério do Rio de Janeiro/SRJ, proposta de jubilação do Rev. Zaqueu Ribeiro. A
27 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da CI/IPB, a
28 jubilação do Rev. Zaqueu Ribeiro, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o ministério
29 fecundo realizado pelo obreiro, desde sua candidatura por Sorocaba, em 1946. Foi
30 ele ordenado ao ministério em 15.01.50, tendo servido as Igrejas de Juquiá, Cedro,
31 Palmital e Biguá, do Presbitério de Sorocaba. Em 1953 transferiu-se para o

¹⁹ Doc. III Jub. Rev. Ary Barbosa Martins

²⁰ Doc. IV Jub. Rev. Astrogildo de Oliveira Godoy

1 Presbitério do Rio de Janeiro, servindo a Igreja do Rio até 06.10.1968. A seguir foi
2 eleito pastor da IP da Tijuca, até outubro de 1988, quando a comunidade lhe
3 conferiu o título de Pastor Emérito. Serviu várias vezes seu concílio como
4 presidente, bem como na presidência de seu Sínodo; 3) Registrar o reconhecimento
5 de fidelidade e vida cristã exemplar durante todos os anos de serviço à IPB; 4)
6 Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar
7 que o Concílio proponente promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus
8 pela vida e ministério de seu obreiro; 6) Destacar que a IPB é sua família e que
9 sempre estará solidária com seu ministro e seus familiares²¹. **Doc. VI** - Quanto ao
10 Doc. 23 - Proposta de jubilação do Rev. Ezequias Gomes Ferreira, pelo Presbitério
11 Norte de Minas/SRD. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação, nos
12 termos do Art.49 §2º da CI/IPB, do ministro em epígrafe, sem ônus para a IPB; 2)
13 Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro nos limites de seu
14 concílio; 3) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 4)
15 Aguardar a realização do culto de ação de graças na IP de Salinas, conforme
16 noticiado; 5) Recomendar que, à míngua de maiores informações, sejam enviados
17 ao Brasil Presbiteriano dados histórico-eclesiásticos para publicação e
18 conhecimento da igreja; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que
19 sempre estará solidária com ele e seus familiares²². **Doc. VII** - Quanto ao Doc. 24 -
20 Proposta de jubilação formulada pelo Presbitério de Ceres/SBC, em favor do Rev.
21 Amador Alves de Menezes. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, conforme a
22 CI/IPB, Art.49 parágrafo 2º, a jubilação do ministro em epígrafe, sem ônus para a
23 IPB; 2) Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro. Foi ele batizado
24 na infância pelo Rev. Noé Wey e professou com o mesmo ministro. Em 12.01.62, foi
25 ordenado ao sagrado ministério pelo Presbitério Sudoeste de Goiás; 3) Conferir-lhe
26 o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 4) Recomendar ao Concílio
27 proponente que promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e
28 ministério do irmão jubilado; 5) Recomendar que, à míngua de maiores informações,
29 sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados histórico-eclesiásticos para
30 informação e conhecimento da Igreja; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão

²¹ Doc. V Jub. Rev. Zaquero Ribeiro

²² Doc. VI Jub. Rev. Ezequias Gomes Ferreira

1 jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus familiares²³. **Doc. VIII** - Quanto
2 ao Doc. 25 - Do Presbitério Central Fluminense/SLF, proposta de jubilação do Rev.
3 Paulo de Oliveira Cordeiro. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação
4 do mencionado ministro nos termos do Art.49, §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB;
5 2) Destacar que o obreiro é casado com Ignez de Biasi Cordeiro, e do consórcio
6 advieram oito Filhos. Natural de Campos, RJ, estudou em Alto Jequitibá, MG, e no
7 Rio de Janeiro. Foi, além de ministro, cirurgião - dentista e exerceu o magistério
8 secular. Seu curso teológico foi feito no Seminário Teológico Unido e seu ministério
9 se desenvolveu no Estado do Rio de Janeiro. Serve, atualmente, como diretor e
10 professor de Geografia Bíblica e História da Igreja, no Seminário Teológico
11 Interdenominacional, em São Gonçalo, Mg; 3) Recomendar que seu Presbitério
12 promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu
13 obreiro jubilado; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB;
14 5) Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro; 6) Destacar que a IPB
15 á a família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus
16 familiares²⁴. **Doc. IX** - Quanto ao Doc. 28 - Do Presbitério de Goiânia/SBC -
17 proposta de jubilação do Rev. Frederico Eleutério Ferreira. A CE-SC/IPB resolve: 1)
18 Atender e efetivar a jubilação do ministro acima, nos termos da CI/IPB, Art.49 §2º da
19 CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer e louvar a Deus por mais de trinta e
20 cinco anos de serviços prestados pelo obreiro, à nossa Igreja; 3) Recomendar que, à
21 míngua de maiores informações, sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados
22 histórico-eclesiásticos, para publicação e conhecimento da Igreja; 4) Conferir-lhe o
23 Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que seu Concílio
24 promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu
25 obreiro; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará
26 solidária com ele e seus familiares²⁵. **Doc. X** - Quanto ao Doc. 29 – Proposta de
27 jubilação do Rev. Levi Silva, formulado pelo Presbitério de Volta Redonda/SSF. A
28 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do Rev. Levi Silva, consoante o
29 Art.49 §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer a Deus a vida e o ministério
30 do Rev. Levi. Foi ele batizado na infância pelo Rev. José F. de Mello Jr. e com este

²³ Doc. VII Jub. Rev. Amador Alves de Menezes

²⁴ Doc. VIII Jub. Rev. Paulo de Oliveira Cordeiro

²⁵ Doc. XIX Jub. Rev. Frederico Eleutério Ferreira

1 ministro professou fé no Senhor Jesus. Em 14.01.62 foi ordenado pelo Presbitério
2 Sul de São Paulo. Que outros dados sejam enviados ao órgão oficial da Igreja para
3 ciência de todos. 3) Recomendar que seu Concílio promova culto especial de ação
4 de graças pela vida de seu obreiro; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a
5 Medalha de Mérito da IPB; 5) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que
6 sempre estará solidária com ele e seus familiares²⁶. **Doc. XI** - Quanto ao Doc. 30 -
7 Do Presbitério de Madureira/SRJ, proposta de jubilação do Rev. Jair Gomes Coelho.
8 A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do obreiro em epígrafe, nos
9 termos do Art.49, §1º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Foi ele batizado na infância
10 pele Rev. José Martins A. Leitão e professou a fé em Jesus com o Rev. Francisco
11 Cordeiro, ordenado pelo Presbitério da Guanabara em 17.07.60; 3) Agradecer a
12 Deus os prestantes serviços do obreiro, recomendando que o Concílio proponente
13 envie informações histórico-eclesiásticas ao Brasil Presbiteriano, para ciência da
14 Igreja; 4) Recomendar, ainda, que o Concílio promova culto especial de gratidão e
15 louvor pela vida de seu obreiro; 5) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de
16 Mérito da IPB; 6) Destacar que a IPB é sua família e que sempre estará solidária com
17 ele e seus familiares²⁷. **Doc. XII** - Quanto ao Doc. 38 - Do Presbitério de Campo
18 Grande - Rio/SOR, proposta de jubilação do Rev. Alberto Braun Perpétuo. A CE-
19 SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §3º da CI/IPB (motivo de
20 saúde), a jubilação do ministro em epígrafe, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer a
21 Deus a atuação do Rev. Alberto a serviço da igreja e lamentar tenha ele de jubilar-se
22 por motivo de saúde abalada; 3) Recomendar que o Concílio proponente envie
23 informações histórico-eclesiásticas para publicação no órgão oficial da Igreja, para
24 conhecimento desta; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da
25 IPB; 5) Salientar ao Concílio proponente que promova culto especial de louvor e
26 ação de graças pela jubilação de seu obreiro; 6) Destacar que a IPB é a família do
27 irmão jubilado e sempre estará solidária com ele e seus familiares, mormente nos
28 momentos de dor²⁸. **Doc. XIII** - Quanto ao Doc. 35 - Ofício do Presbitério Vale do
29 Manhuaçu, Sínodo Leste de Minas, comunicando a exoneração do ministro Rev.
30 Onésio Gabrig Heringer. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2)

²⁶ Doc. X Jub. Rev. Levi Silva

²⁷ Doc. XI Jub. Rev. Jair Gomes Coelho

²⁸ Doc. XII Jub. Rev. Alberto Braun Perpétuo

1 Lamentar que o referido obreiro tenha renunciado a jurisdição da IPB, por questão
2 doutrinária; 3) Rogar a Deus que muito abençoe o citado irmão; 4) Publicar no órgão
3 oficial da IPB²⁹. **Doc. XIV** - Quanto ao Doc. 37 – Ofício do Presbitério Norte de
4 Valadares, Sínodo Rio Doce, comunicando o despojamento do Rev. Armando
5 Nascimento Silva, nos termos do artigo 48, letra “b”. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar
6 conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB³⁰. **Doc. XV** - Quanto ao Doc. 34 -
7 Ofício do Presbitério de Botucatu, Sínodo Sudoeste Paulista, comunicando o
8 despojamento por exoneração a pedido, do Rev. Jessé Teotônio. A CE-SC/IPB,
9 resolve: 1) Tomar conhecimento. 2) Publicar no órgão oficial da IPB³¹. **Doc. XVI** -
10 Quanto ao Doc. 39 - Ofício do Presbitério do Alto Paranaíba - SBS, comunicando o
11 despojamento, sem censura, do Rev. Graciano Chagas. A CE-SC/IPB resolve: 1)
12 Tomar conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB³². **Doc. XVII** - Quanto ao
13 Doc. 33 - Ofício do Presbitério Amazonas - Roraima/SST, encaminhando o acórdão
14 de despojamento do Rev. Joaquim Miguel Ferreira, nos termos do Art.48, letra “a” da
15 CI/IPB, e Art.9º, letra “d” do CD. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2)
16 Publicar no órgão oficial da IPB³³. **Doc. XVIII** - Quanto ao Doc. 36. Ofício do
17 Presbitério do Juiz de Fora/SLM, comunicando deposição do Rev. Romeu de
18 Magalhães, conforme Art.9º, letra “d” do CD/IPB. A CE-SC/IPB resolve: 1) tomar
19 conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB³⁴. **Doc. XIX** - Quanto ao Doc. 40 -
20 Encaminhamento de acórdão do Tribunal de Recursos do Sínodo de São Paulo,
21 referente a julgamento de apelação, impetrado pelo Conselho da Igreja Presbiteriana
22 da Penha contra o Rev. Edésio de Oliveira Chequer, o qual foi deposto do ministério
23 e da comunhão da Igreja nos termos dos artigos 9º, letras “d” e “b” do CD e 48º, letra
24 “a” da CI/IPB. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Lamentar com
25 tristeza, os acontecimentos narrados na documentação processual; 3) Publicar no
26 órgão oficial da IPB a citada deposição; 4) Declarar vaga a Vice-Presidência do
27 SC/IPB³⁵. **Doc. XX** - Quanto ao Doc. 63 - Relatório do Sínodo São Paulo, consoante

²⁹ Doc. XIII Exoneração Rev. Onésimo Gabrig Heringer

³⁰ Doc. XIV Despoj. Rev. Armando Nascimento da Silva

³¹ Doc. XV Despoj. Rev. Jessé Teotônio

³² Doc. XVI Despoj. Rev. Graciano Chagas

³³ Doc. XVII Despoj. Rev. Joaquim Miguel Ferreira

³⁴ Doc. XVIII Despoj. Rev. Romeu de Magalhães

³⁵ Doc. XIX Acórdão do TR, ref. Julgamento de apelação impetrado pelo Cons. Da IPB da Penha contra Rev. Edésio Chequer.

1 do Doc. 75 do SC/IPB, dando conta de que no período de 1990 a 1994 o Sínodo
2 tomou todas as decisões inerentes à sua vida eclesiástica, regularizando as folhas
3 verificadas. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Louvar a Deus pela
4 normalidade da vida do citado concílio; 3) Arquivar³⁶. **Doc. XXI** - Quanto ao Doc. 129
5 - Do Presbitério de Nilópolis - Jubilação do Rev. Isaías de Souza Maciel - Aprovado
6 em seus termos: “Quanto ao Doc. 129, do Presbitério de Nilópolis, SOF - proposta
7 de jubilação do Rev. Isaías de Souza Maciel. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e
8 efetivar, nos termos do Art.49 § 2º da CI/IPB, a jubilação do sobredito ministro, sem
9 ônus para a IPB; 2) O ministro ora jubilado é natural de Campos, RJ, com cursos de
10 Teologia, Filosofia, Jornalismo, Administração Hospitalar e Psicanálise Clínica. Foi
11 batizado na infância pelo Rev. Benjamin César e professou sua fé com o Rev.
12 Jeremias W. B. Schulli. Teve destacada atuação na Igreja, mormente pela sua
13 cultura polimorfa. Serviu o Seminário Unido de Nova Iguaçu, RJ e foi presidente de
14 várias entidades e associações evangélicas; 3) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e
15 a Medalha de Mérito da IPB; 4) Recomendar que o concílio proponente promova
16 culto especial de ação de graças pela vida e destacado ministério do irmão jubilado;
17 5) Destacar que a IPB é sua família e que sempre estará solidária com ele e seus
18 familiares³⁷. Oram em favor dos Jubilados e Despojados nominalmente os
19 Reverendos Obedes Ferreira da Cunha, Fôlton Nogueira da Silva e Luiz Lopes”.
20 Oram em favor dos Jubilados e Despojados nominalmente os Revs. Obedes Ferreira
21 da Cunha, Fôlton Nogueira da Silva e Luiz Lopes. Às 23 horas e 30 minutos,
22 encerra-se a presente sessão com a Bênção Apostólica pelo Presidente³⁸. Nada
23 mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata.
24

Ata da Terceira Sessão Regular da CE-SC/IPB

25
26 Às 08 horas e 15 minutos do dia 16 do mês de março de 1995, na capela do
27 Acampamento Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Segunda
28 Sessão Regular, sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha. O exercício
29 devocional é dirigido pelo Rev. Silas Rebouças Nobre, com a seguinte ordem li-
30 túrgica: Leitura de 1 Coríntios 12:12 - 31; Oração silenciosa por todos, seguida de

³⁶ Doc. XX Relatório do Sínodo São Paulo ref. 1990-1994

³⁷ Doc. XXI Jub. Do Rev. Isaías de Souza Maciel

³⁸ Encerramento da Segunda Sessão Regular às 23h30m.

1 oração audível pelo Rev. Elias Dantas Filho; Cântico do hino 299 do Hinário Novo
2 Cântico; leitura do texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de
3 Mateus, 16.13 - 20, Oração pelo pregador seguida de exposição da Palavra; cântico
4 do hino 298; Oração e Bênção Apostólica pelo pregador encerrando o exercício
5 devocional. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha, compõe a mesa, convidando o
6 Rev. Adauto Lins dos Anjos para suprir a ausência do vice-presidente. Procede-se a
7 chamada dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se os mesmos presentes na
8 Segunda Sessão, exceto o Rev. Avaci José dos Santos que se retirou. Havendo
9 quorum o Presidente declara aberta a Terceira Sessão Regular da CE-SC/IPB³⁹.
10 Aprova-se a Ata da Segunda Sessão Regular. O Rev. Ludgero Bonilha Moraes
11 reassume o lugar que estava sendo ocupado pelo Rev. Geraldo Braz dos Santos.
12 Dá-se assento ao Rev. Paulo Viana de Moura em lugar do Rev. Avaci José dos
13 Santos. Passa-se a seguir a aprovação dos documentos na ordem do dia pela
14 Subcomissão nº 03. **Doc. XXII** - Quanto ao Doc. 43 - Do Presbitério Pará - Amapá
15 (PRPA), solicitando mudança de nome e sugerindo sigla. A CE-SC/IPB resolve:
16 Homologar a mudança de nome daquele Concílio para Presbitério Metropolitano de
17 Belém, e adotar a sigla PMBE, já comprovada a sua não duplicidade⁴⁰. **Doc. XXIII** -
18 Quanto ao Doc. 44 - Do Presbitério Central do Espírito Santo (PCES), comunicando
19 seu desdobramento, dando origem a dois novos Presbitérios: Presbitério Serrano
20 Espiritossantense e Presbitério Norte Litorâneo sugerindo as respectivas siglas:
21 PRSE e PRNL. A CE-SC/IPB resolve: Homologá-lo em seus termos, já comprovada a
22 não duplicidade das siglas⁴¹. **Doc. XXIV** - Quanto ao Doc. 45 - Do Sínodo
23 Matogrossense, solicitando o seu desdobramento e comunicando o
24 desmembramento do Presbitério de Campo Grande, criando o Presbitério do
25 Pantanal e sugerindo sigla. A CE-SC/IPB resolve: 1º. Aprovar o desdobramento do
26 Sínodo; nomeando a seguinte Comissão: a) Rev. João Aleixo marques (relator) b)
27 Rev. Matusalém Nery c) Rev. Walter Moura d) Pb. Maurício Menezes e) Pb. Abel
28 Ferreira de Almeida. 2º. Tomar conhecimento do desmembramento do Presbitério de
29 Campo Grande, homologando a sigla para o Presbitério do Pantanal - PAPAN⁴². **Doc.**

³⁹ Início da Terceira Sessão Regular às 08h15m do dia 16/03/95

⁴⁰ Doc. XXII Mudança da sigla do Presbitério Pará-Amapá, ficando Presbitério Metropolitano de Belém - PMBE

⁴¹ Doc. XXIII Desdobramento do Presbitério Central do Espírito Santo

⁴² Doc. XXIV Desdobramento do Sínodo Matogrossense e desmembramento do Presbitério Campo Grande

1 **XXV** - Informações da JME sobre o pedido de rescisão de contrato do Missionário
2 Rev. Erlei Gonçalves Lemes, em Portugal - Arquivo-se⁴³. **Doc. XXVI** - Quanto ao
3 Doc. 47 - Do Presbitério de Madureira, solicitando definição de sua sigla. A CE-
4 SC/IPB resolve: Comunicar que a sigla é PMAD⁴⁴. **Doc. XXVII** - Quanto ao Doc. 48 -
5 Do Presbitério de Limeira, sobre o seu nº de organização. A CE-SC/IPB resolve: 1)
6 Informar que o número do Presbitério de Limeira será fornecido tão logo seja feita
7 uma reclassificação dos Presbitérios pelas datas de suas respectivas organizações;
8 2) Determinar ao Secretário de Estatística que proceda a referida reclassificação o
9 mais rápido possível⁴⁵. **Doc. XXVIII** - Quanto ao Doc. 50 - Proposta de Regimento
10 Interno do Conselho de Imprensa, criando o Conselho de Comunicação e Marketing.
11 A CE-SC/IPB resolve: Aprovar a referida proposta com alteração do Art. 17 das
12 Disposições Gerais, que passará a ter a seguinte redação: "Art.17 - Os casos
13 omissos neste Regimento serão resolvidos pelo CCM, ad-referendum da CE-
14 SC/IPB"⁴⁶. Passa-se a seguir a aprovação dos documentos da Subcomissão nº 04:
15 **Doc. XXIX** - Quanto ao Doc. 54 - Do Conselho de Curadores junto ao Instituto
16 Mackenzie. A CE-SC/IPB resolve: 1) Ressaltar que o Instituto de Curadores e o
17 Conselho Deliberativo nomearam uma Comissão para estudo e adequação do
18 Regimento Interno e Estatutos do Instituto Mackenzie; 2) Tomar conhecimento da
19 escolha do representante do Conselho de Curadores junto ao Conselho Deliberativo:
20 Rev. Guilhermino Cunha⁴⁷. **Doc. XXX** - Quanto ao Doc. 57 - Relatório do Colégio
21 Evangélico Agnes Erskine. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho
22 desenvolvido na Instituição, com um superávit de R\$ 37.486,00; 2) Rejubilarse com
23 os 90 anos do Educandário e com a publicação da revista comemorativa; 3)
24 Registrar a manutenção dos corpo discente na faixa de 2.123 em 1994 e 2.105 em
25 1995, com pequena evasão escolar de 3%⁴⁸. **Doc. XXXI** - Quanto ao Doc. 56 -
26 Relatório do Associação Instituto Cristão de Castro/PR. A CE-SC/IPB resolve:)
27 Apreciar o Relatório, destacando a avaliação inserida pelo Conselho Técnico
28 Administrativo, mencionando a reestruturação do Curso Técnico em Agropecuária,

⁴³ Doc. XXV Pedido de Rescisão de contrato do Rev. Erlei Gonçalves Lemes com a JME

⁴⁴ Doc. XXVI Sigla do Presbitério de Madureira - PMAD

⁴⁵ Doc. XXVII Organização do Presbitério de Limeira

⁴⁶ Doc. XXVIII Proposta de Regimento Interno do Conselho de Imprensa, criando o Conselho de Marketing

⁴⁷ Doc. XXIX Do Conselho de Curadores junto ao Instituto Mackenzie

⁴⁸ Doc. XXX Relatório do Colégio Agnes Erskine

1 sem grade curricular; 2) Destacar ainda a existência de superávit financeiro do
2 exercício de 94, da ordem de R\$ 40.000,00; 3) Registrar e arquivar cópias do
3 histórico do Instituto e do comodato celebrado entre o Instituto e a 1ª Igreja
4 Evangélica Reformada de Castro - PR⁴⁹. **Doc. XXXII** - Quanto ao Doc. 55 - Relatório
5 do Representante junto ao Instituto Mackenzie - Tamboré. A CE-SC/IPB resolve: 1)
6 Ressaltar o trabalho criterioso do representante da IPB, Rev. Wilson de Souza
7 Lopes; 2) Apreciar a convocação da Assembléia para a dissolução da pessoa
8 jurídica do Mackenzie Tamboré, visando à unificação do Instituto Mackenzie,
9 reiterando as determinações da CE-SC/IPB; 3) Ressaltar o bom número de alunos -
10 2229⁵⁰. **Doc. XXXIII** - Quanto ao Doc. 61 - Ofício nº 1447 da Presidência do
11 Instituto Mackenzie. A CE-SC/IPB resolve: 1) Reconhecer o espírito de solidariedade
12 e prontidão do Instituto Mackenzie no atendimento a esposa do Dr. Van Groningen,
13 em seu tratamento médico, no valor de R\$ 51.000,00; 2) Recomendar à Instituição
14 responsável por convite a Professores de “Mestrado” do JMC, que estipule seguro
15 saúde para cobrir eventuais necessidades aos Professores oriundos do exterior⁵¹.
16 **Doc. XXXIV** - Quanto ao Doc. 60 - Relatório do Representante junto ao Colégio XV
17 de Novembro. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho sério e competente da
18 Diretoria do Colégio; 2) Ressaltar o esforço do colégio na busca de novas opções,
19 cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Informática e Ciências Contábeis, todos
20 universitários, para melhor servir à comunidade. Às 11 horas e 58 minutos prorroga-
21 se o horário regimental até às 12 horas e 30 minutos. Registra-se a presença dos
22 Revs. Theodoro Havinga e Jan Jansen da Igreja Reformada Holandesa Libertada⁵².
23 **Doc. XXXV** - Quanto ao Doc. 139 - Relatório do Representante da IPB junto ao IBN.
24 A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o bom andamento da Instituição com 68 alunos e o
25 esforço do Diretor na execução do trabalho; 2) Congratular-se com a instituição nos
26 seus 50 anos de serviço prestado à IPB; 3) Determinar que no relatório do próximo
27 ano seja enviado também o demonstrativo financeiro para o conhecimento da saúde
28 financeira⁵³. **Doc. XXXVI** - Quanto ao Doc. 113 - Solicitar do Conselho
29 Deliberativo do Hospital de Rio Verde e do Sínodo Sudoeste de Goiás. A CE-SC/IPB

⁴⁹ Doc. XXXI Relatório da Associação Instituto Cristão de Castro

⁵⁰ Doc. XXXII Relatório do Representante junto ao Instituto Mackenzie

⁵¹ Doc. XXXIII Ofício da Presidência do IM sobre tratamento de saúde de funcionários.

⁵² Doc. XXXIV Relatório do Colégio XV de Novembro

⁵³ Doc. XXXV Relatório do Rep. Da IPB junto do IBN

1 resolve: 1) Quanto à solicitação do envio do Capelão do Hospital de Rio Verde aos
2 EUA em acordo com a “EPC”, enviar à CRI para as devidas deliberações; 2) Quanto
3 à solicitação de acordo junto à “EPC” para adquirir novos aparelhos e equipamentos
4 para o hospital, enviar à CRI para as devidas deliberações; 3) Estranhar o não envio
5 do Relatório do Representante junto ao Conselho Deliberativo e determinar seu
6 envio à Secretaria Executiva⁵⁴. **Doc. XXXVII** - Quanto ao Doc. 149 - Relatório do
7 Representante junto à Associação Beneficente Douradense: A CE-SC/IPB resolve:
8 1) Apreciar a estabilidade administrativa e financeira da Instituição, estando em dia
9 com todos os compromissos, com o superávit de R\$ 921.434,57 em 94; 2) Ressaltar
10 o crescimento real da Instituição na aquisição de novos equipamentos e o aumento
11 de 22% de novos pacientes particulares e 8% de pacientes conveniados; 3)
12 Registrar o empenho da administração, valorizando seus funcionários com
13 remuneração superior às congêneres locais⁵⁵. **Doc. XXXVIII** - Quanto ao Doc. 109 -
14 Relatório do Conselho da Fundação Educacional Presbiteriana. A CE-SC/IPB
15 resolve: 1) Apreciar o nº 45 - bolsas restituíveis distribuídas pela Fundação; 2)
16 Apreciar a verba votada as Instituições de Educação Teológica da IPB; 3) Aprovar
17 os nomes dos Presbíteros Adonias Costa da Silveira, Rev. Dirceu Xavier de
18 Mendonça e Rev. Paulo Arantes, como membros suplentes do Conselho de
19 Curadores da Fundação; 4) Aprovar os nomes dos Presbíteros Paulo Rangel do
20 Nascimento, Clóvis Franco; Carlos Eduardo Pereira e o Rev. Eudes Coelho, como
21 membros titulares do Conselho de Curadores da Fundação⁵⁶. **Doc. XXXIX** - Quanto
22 ao Doc. 141 - Relatório do Secretário Geral da Infância. A CE-SC/IPB resolve: 1)
23 Apreciar o trabalho desenvolvido pelo Secretário, considerando suas múltiplas
24 ocupações na 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte; 2) Observar que o trabalho
25 do Secretário visa o despertar da Igreja para a sua responsabilidade com as
26 crianças; 3) Registrar com alegria a preocupação do Secretário, em acompanhar as
27 publicações para as crianças⁵⁷. **Doc. XL** - Quanto ao Doc. 105 - Proposta de
28 Reforma do Regimento Interno da CONEAS. A CE-SC/IPB resolve: 1) Que a sigla
29 seja CNAS, e não CONAS como o proposto; 2) No artigo 2º, acrescentar a letra “h”
30 com a seguinte redação: “h) supervisionar as instituições de ação social que a IPB

⁵⁴ Doc. XXXVI Solicitação do CD do Hospital do Rio Verde e do Sínodo Sudoeste Goiás

⁵⁵ Doc. XXXVII Relatório do Rep. Da IPB junto à Associação Beneficente Douradense.

⁵⁶ Doc. XXXVIII Relatório do Conselho da Fundação Educacional Presbiteriana

⁵⁷

1 vota recursos”; 3) Que no artigo 5º na letra “d”, caem as expressões “...e a governar
2 as instituições que lhe oferecem recursos”; 4) Revoga-se as disposições em
3 contrário⁵⁸. **Doc. XLI** - Quanto ao Doc. 59 - Relatório do Representante da IPB junto
4 ao Instituto Gammon. A CE-SC/IPB resolve: 1) Registrar o superávit financeiro da
5 Instituição, R\$ 124.554,96; 2) Ressaltar o bom trabalho desenvolvido nas reformas
6 dos prédios e nos poli-esportivos; 3) Ressaltar o reconhecimento dos cursos de 3º
7 Grau de Educação Física e Administração⁵⁹. **Doc. XLII** - Quanto ao Doc. 127 -
8 Relatório do Representante da IPB junto à Escola Presbiteriana de Matupá - MT. A
9 CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar e agradecer o trabalho desenvolvido pela irmã
10 Rosicleide Capriata de Souza, como Diretora da escola em 1993 - 1994, enviando
11 ofício à irmã; 2) Ressaltar o bom número de alunos, que são 200; 3) Recomendar à
12 Junta Patrimonial que faça o levantamento do patrimônio da escola e proposta de
13 reforma do Estatuto, adequando-o à realidade⁶⁰. **Doc. XLIII** - Quanto ao Doc. 52 -
14 Relatório da Escola de Alta Floresta. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o superávit
15 alcançado e o aumento de alunos com o total de 289; 2) Reconhecer o trabalho
16 administrativo da Escola quanto aos compromissos para com a Previdência Social e
17 o FGTS, que estão em dia⁶¹. **Doc. XLIV** - Quanto ao Doc. 58 - Relatório do
18 Representante da IPB junto ao IBEL. A CE-SC/IPB resolve: 1) Reconhecer o
19 trabalho desenvolvido com pequeno superávit financeiro e o custo per - capta dos
20 alunos / R\$ 2,67; 2) Apreciar o Ministério de Formação de Evangelistas para a IPB,
21 com 37 novos obreiros; 3) Apreciar a contribuição missionária para África de fala
22 portuguesa, com doação de livros; 4) Recomendar que a Junta Patrimonial,
23 Econômica e Financeira faça estudo das possibilidades de envolvimento financeiro
24 maior com a Instituição. Às 12 horas e 30 minutos suspende-se os trabalhos com
25 oração pelo Rev. Theodoro Havinga. Às 14:00 horas reinicia-se a sessão. O
26 Presidente convida para compor a mesa os Revs. Theodoro Havinga e Jan Jansen, e
27 o Moderador da Evangelical Presbyterian Church, Pb. William John’s, presente no
28 plenário. A secretária Geral do Trabalho Feminino ora e em seguida faz a leitura da
29 Carta de Paulo aos Colossenses 2.6 e 7 e em seguida canta-se o hino 222 - “Mais
30 perto da Cruz”. Registra-se a presença do Rev. Dr. William Granham Smith e sua

⁵⁸ Doc. XL Proposta de Reforma do Regimento Interno da CONEAS passando a sigla CNAS

⁵⁹ Doc. XLI Relatório do Representante da IPB junto ao Instituto Gammon

⁶⁰ Doc. XLII Relatório do Rep. Da IPB junto à Escola Presbiteriana de Matupá

⁶¹ Doc. XLIII Relatório da Escola de Alta Floresta

1 esposa. Faz uso da palavra o Rev. Havinga que fala das Propostas da Igreja
2 Reformada Holandesa Libertada para firmar convênio com a IPB. Em seguida faz
3 uso da Palavra o Pb. William, saudando a CE-SC/IPB em nome da Assembléia
4 Geral da EPC. Ora em seguida em favor da CE-SC. É oferecido aos visitantes
5 lembranças (SAF em Revista, Anuário da IPB, Brasil Presbiteriano, o livro “A Igreja
6 Fora do Portão” e o conjunto de Discipulado da CEP) em nome da IPB⁶². Passa-se a
7 seguir a apresentação dos documentos da Subcomissão nº 05: **Doc. XLV** - Quanto
8 ao Doc. 26 - Do Presbitério de Tatuí - SDP, proposta de jubilação do Rev. Raimundo
9 Nunes dos Santos. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do
10 ministro em epígrafe, consoante o Art.49 §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2)
11 Reconhecer a piedade e fidelidade do obreiro no serviço de nossa amada igreja; 3)
12 Recomendar que, à míngua de outras informações, sejam enviados ao jornal “Brasil
13 Presbiteriano” os dados histórico-eclesiásticos do obreiro, para conhecimento da
14 igreja; 4) Recomendar a seu Concílio que promova, caso não o tenha feito, culto
15 especial de gratidão e louvor a Deus, pela vida e ministério de seu servo; 5)
16 Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 6) Destacar que a
17 IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus
18 familiares⁶³. **Doc. XLVI** - Pedido para se retirar do Plenário em definitivo - Rev. Arival
19 Dias Casimiro - Aprovado em seus termos: “Por motivo superior, solicito a minha
20 retirada em definitivo desse plenário, a partir do final do segundo expediente. Em
21 nosso lugar, assume o Rev. Enos Moura, mui digno Secretário Executivo do Sínodo
22 de Pernambuco”. A Subcomissão nº 05 apresenta seu relatório: **Doc. XLVII** - Quanto
23 ao Doc. 64 - Informações e propostas quanto a SAMMAAR - Aprovado em seus
24 termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório com voto de apreciação e
25 gratidão ao Senhor pelos passos dados para alcançar a necessária excelência; 2)
26 contratar o Rev. Wedivan Moura de Oliveira como diretor administrativo, remunerado
27 pela tesouraria da IPB, conforme proposta”⁶⁴. **Doc. XLVIII** - Quanto ao Doc. 70 -
28 Relatório da Secretaria Geral de Música - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB
29 resolve: aprovar o relatório destacando: 1) o excelente projeto de trabalho; 2) o
30 primeiro período de trabalho desta secretaria, nas viagens, procurando estudar e

⁶² Doc. XLIV Relatório do Rep. Da IPB junto ao IBEL

⁶³ Doc. XLV Jub. Do Rev. Raimundo Nunes dos Santos

⁶⁴ Doc, XLVII Informações e proposta da quanto a SAMMAAR

1 avaliar a situação para então responder as diferentes necessidades da Igreja nesta
2 área; 3) reconhecer a competência do senhor secretário geral e manifestar-lhe
3 nosso reiterado apoio e apreço”. Registra-se a presença do Maestro Parcival
4 Módolo, Secretário Geral de Música da IPB⁶⁵. **Doc. XLIX** - Quanto ao Doc. 69 -
5 Relatório do Secretário Geral do Trabalho da Mocidade - Aprovado em seus termos:
6 “A CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório, parabenizando o secretário geral, Rev.
7 Enos Moura pela dinamização do sistema de comunicação com os membros da
8 confederação nacional do trabalho da mocidade, bem como a ampla divulgação das
9 atividades nos principais órgãos da igreja e na imprensa secular (diário de
10 Pernambuco e TV tribuna, canal 4 do recife); 2) recomendar que sejam baixadas aos
11 sínodos e destes aos presbitérios e destes aos conselhos, maior divulgação do
12 projeto memória, que visa resgatar a História da Mocidade Presbiteriana, ensejando
13 que igual desafio possa ser assumido pelas demais Secretarias Nacionais e
14 Confederações Nacionais, uma vez que Igreja sem memória é Igreja sem História e
15 Igreja sem História é igreja sem identidade; 3) recomendar que o secretário nacional
16 da mocidade entre em contato com os secretários sinodais e comissões executivas
17 dos sínodos: Setentrional, Nordeste, Brasil Central, Brasília, Sudoeste De Goiás,
18 Matogrossense, Pampulha-BH, Sul De Minas, Santos/Borda Do Campo, Bauru E
19 Sul Do Brasil; a fim de que sejam criadas as respectivas confederações de
20 mocidade; 4) parabenizar a confederação nacional da mocidade pelo seu Relatório
21 anexo ao do Secretário Geral, tendo em vista as metas desafiadoras estabelecidas;
22 5) registrar um voto de apreciação pelo bom trabalho realizado até aqui pela
23 Secretaria Nacional e Confederação de Mocidade”⁶⁶. **Doc. L** - Quanto ao Doc. 75 -
24 Relatório e Projeto de Regimento Interno da CRIE - “IGREJA PRESBITERIANA DO
25 BRASIL - COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-ECLESIÁSTICAS - RELATÓRIO
26 PARCIAL - JULHO/94 - FEVEREIRO/95 - CE-SC/95 - “Para que se conheça na terra
27 o Teu caminho; em todas as nacos a Tua salvação”.- salmo 67:2) segundo a graça
28 de Deus, foram estes os trabalhos realizados pela Comissão de Relações Inter-
29 Eclesiásticas da Igreja Presbiteriana do Brasil. Neste 08 (oito) meses a Crie se
30 reuniu 05 (cinco) vezes, realizando os seguintes trabalhos: REGIMENTO INTERNO
31 - Considerando não ter a CRIE um Regimento Interno aprovado pelo SC/IPB,

⁶⁵ Doc. XLVIII Relatório da Secretaria Geral da Música

⁶⁶ Doc. XLIX Relatório da Secretaria Geral do Trabalho de Mocidade

1 resolveu concluir uma proposta para o Regimento Interno, a qual é encaminhada a
2 este nobre Concílio. O Regimento muito nos ajudará para os desempenhos de
3 nossos trabalhos. NOVA MESA - A CRIE elegeu, em sua primeira reunião, o
4 Presidente: Rev. Guilhermino Cunha, o Vice-Presidente: Rev. Osvaldo H. Hack e o
5 Secretário: Rev. Cleômines A. de Figueiredo. SOLICITAÇÃO DA IPB - Para termos
6 melhor compreensão e visão de como vão as relações da IPB através de suas
7 Igrejas e Concílio, com organizações e Igrejas no Brasil e ao redor do mundo, a
8 CRIE resolveu solicitar a todos que tiverem algum tipo de convênio, nos mandar
9 cópias para conhecimento. PROSSEGUIMENTO DE CONVÊNIOS E PROJETOS -
10 Com a Evangelical Presbyterian Church (EPC) confirmamos nosso relacionamento,
11 que tem sido abençoado e enriquecedor. O nosso presidente visitou a EPC no EUA,
12 onde foi muito bem recebido e se confirmou, no interesse da Igreja irmã, o desejo de
13 continuar nosso convênio e a execução de projetos que temos desenvolvido. Ali
14 também recebeu o nosso presidente U\$ 61.505.28 (sessenta e um mil, quinhentos e
15 cinco dólares e vinte e oito centavos), para projetos em andamento. O Sr. Presidente
16 da CRIE sugeriu à EPC a seguinte distribuição: JMN U\$ 20.000.00; JME U\$
17 15.000.00; despesas da CRIE U\$ 5.000.00; para a cobertura da manutenção do
18 Rev. Fernando Luiz, que de ser enviado, em Julho, para ser professor no
19 Seminário Evangélico de Angola U\$ 21,505.28. A CRIE solicita à CE-SC/IPB a
20 aprovação desta distribuição. Informa que a EPC oficiou concordando com a
21 distribuição feita. CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO REV. Dr. ANDREW JUMPER -
22 JMC - A CRIE muito trabalhou nestes meses, no sentido de prosseguir e acelerar a
23 consolidação de nosso Centro de Pós-Graduação. Junto à JET conseguimos a
24 aprovação de nomes de candidatos ao doutorado com vistas ao quadro mínimo de
25 professores graduados do nosso Centro de Pós-Graduação. A EPC tem nos ajudado
26 sobremaneira. Já recebemos 03 doutores, os quais a JET tudo tem feito para seu
27 aproveitamento, na formação dos professores de Seminários da IPB. Temos
28 procurado um intercâmbio maior com a JET, e tivemos uma reunião assaz proveitosa
29 com seu ilustre presidente, o Pb. Dr. Adonias da Silveira. RELACIONAMENTOS
30 COM OUTRAS IGREJAS - PRESBYTERIAN CHURCH OF AMERICA - Com um
31 trabalho em Portugal, onde nossos missionários têm recebido apoio desta Igreja
32 irmã, cujos princípios são muito próximos dos nossos; possibilidades estão
33 crescendo de um possível convênio. Nos alvos da IPB, de ampliar e chegarmos a

1 300 novas Igrejas até a virada do milênio, vemos que o Senhor Jesus nos aproxima
2 da PCA, à fim de começarmos projetos juntos nesta meta, em nosso país. Também
3 abre-se-nos a possibilidade de trabalharmos juntos na organização da Igreja
4 Presbiteriana de Argentina. IGREJAS COREANAS - Tivemos a alegria de receber
5 visitas de irmãos das 02 maiores Igrejas Presbiterianas da Coréia. Com uma delas já
6 temos convênio (TOM RAP). Abre-se a possibilidade de termos convênio, também,
7 com a Igreja Coreana (RAP DOM) que é a outra grande Igreja da Coréia. Na visita
8 que nos fez o Rev. John E. Kim, o mesmo vê perspectiva de intercâmbio de
9 professores entre nossos Seminários e seu Seminário na América do Norte. Vê-se,
10 ainda, a possibilidade de o relacionamento com estas Igrejas estabelecer a parceria
11 na implantação de igrejas, e de ajuda à Igreja no Paraguai, na sua independência.
12 PCUSA - PRESBYTERIAN CHURCH OF AMERICA UNITED STATES OF AMERICA
13 - Com esta Igreja, cujo lastro histórico, a nossa, que é sua filha, foi no passado
14 proveitoso e abençoado, a CRIE se posicionou do seguinte modo: Na visita que fez
15 o nosso presidente à EPC, a pedido da CRIE, ele visitou também a PCUSA, afim de
16 nos trazer um documento oficial sobre o Congresso Re-Imagining God, cuja
17 realização e participação da PCUSA trouxe abalos, não só dentro da própria
18 denominação, mas ainda, em todo mundo evangélico. O nosso presidente foi
19 cordialmente recebido, e trouxe o parecer da referida Igreja. A CRIE mantém a
20 decisão do SC/IPB, acreditando ser prudente a eqüidistância, contudo, como sói ao
21 Espírito Santo não permitir antagonismo de inimizade, entendendo que o diálogo
22 fraterno e franco é salutar, os princípios reformados e calvinistas de nossa Igreja
23 serão afirmados e defendidos. THE CHURCH OF SCOTLAND (A IGREJA DA
24 ESCÓCIA). Um grupo de irmãos, foi convidado pelo Rev. David Burgess (Pastor da
25 South Evangelical Church of London) para um Congresso da Igreja da Escócia em
26 Crief. Ajudados pelo Rev. David e as próprias expensas, estes irmãos se deslocaram
27 e passaram o mês de Janeiro na Inglaterra e Escócia. Entre eles foram 02 membros
28 da CRIE, o secretário Rev. Cleômines A. de Figueiredo e o Pb. Custódio Pereira,
29 sem ônus para a CRIE ou para a IPB. A CRIE os autorizou a estabelecer contatos
30 com a Igreja da Escócia e as Organizações Proclamation Trust, Rutherford House, e
31 outras Instituições Teológicas na Inglaterra e Escócia. INTERCÂMBIO
32 MISSIONÁRIO ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES - A CRIE nomeou o Pb.
33 Custódio Pereira como relator para o estabelecimento de intercâmbio, entre jovens e

1 adolescentes, com as Igrejas conveniadas. Este intercâmbio deverá ser norteado
2 para um fortalecimento da visão missionária, evitando qualquer conotação
3 meramente turística. São Paulo, 13 de Março de 1995. Presidência: Rev.
4 Guilhermino Cunha - R. Silva Jardim, 23) Centro - Rio de Janeiro - CEP 20250 - 060
5 - RJ - Tel.: (021) 262 - 2330 - Fax.: (021) 220 - 4805. Vice-presidência: Rev.
6 Oswaldo Henrique Hack - Av. Trompowaski, 265 - Apto. 901 - Florianópolis - CEP
7 88015 - 300 - SC. Tel.: (0482) 35 - 3171 - Fax.: (0482) 23) 2881. Secretário: Rev.
8 Cleômines A. de Figueiredo - Av. Pe. Sabóia de Medeiros, 223 - Alto de Vila Maria -
9 São Paulo - CEP 02134 - SP - Tel.: (011) 201 - 5412. ANTEPROJETO DE
10 REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-ECLESIASTICAS -
11 I - DA NATUREZA - Art. 1º - A CRIE é uma comissão da IPB que tem como objetivo
12 estabelecer e manter relacionamentos e convênios inter-eclesiásticos, no Brasil e no
13 Exterior, mediante a aprovação do SC, e nos interregnos da CE-SC. Art.2º - A CRIE
14 é constituída de 5 membros, sendo o Presidente e SE-SC/IPB, membros natos e os
15 outros 3 membros, eleitos pelo SC, quadrienalmente. Parágrafo único: O Supremo
16 Concílio elegerá 3 membros suplentes a serem convocados na ordem que forem
17 eleitos. II - DA COMPETÊNCIA - ART.3º - Compete à CRIE: a-) Representante a IPB
18 junto às Igrejas com as quais o SC tenha aprovado relacionamento; b-) Propor e
19 intermediar projetos com as Igrejas identificadas na alínea "a", deste artigo, em favor
20 das entidades da IPB que solicitarem apoio; c -) Reunir-se com as comissões
21 congêneres das Igrejas convencidas de acordo com as diretrizes aprovadas em
22 comum acordo. d -) Reunir-se trimestralmente, em caráter ordinário, em datas
23 fixadas pela própria comissão, e em caráter extraordinário, sempre que se fizer
24 necessário; e -) Prestar Relatório anual à CE-SC/IPB e quatrienalmente ao SC, de
25 suas atividades; f -) Receber e encaminhar, sempre que possível, na forma
26 estabelecida nos convênios, os projetos das diversas entidades às Igrejas
27 conveniadas, através das respectivas comissões; g -) Manter a Mesa da CE-SC/IPB
28 informada de tudo o que se lhe refere, no que tange aos convênios, suas juntas,
29 comissões e autarquias; h -) Coordenar, com apoio da tesouraria da IPB, os
30 recursos financeiros e sua aplicação; 1 -) Eleger, bianualmente, sua mesa; j -)
31 Apresentar à Junta Patrimonial, Econômica e Financeira sua proposta orçamentária,
32 na data própria; 1 -) Eleger membros para representá-la, quando se tratar de reuniões
33 conjuntas, de acordo com as disponibilidades financeiras, anualmente; m-)

1 Hospedar os representantes de outras Igrejas quando se tratar de reuniões no
2 Brasil; n -) Designar coordenadores para promoções de intercâmbio e outras,
3 quando necessário; o -) manter as instituições, juntas e comissões, informadas
4 quando se tratar de seus projetos, e receber informações das mesmas sobre o
5 desenvolvimento dos projetos aprovados, até a sua conclusão. Art.4º - Os contatos
6 com quaisquer Igrejas ou Instituições no exterior, devem ser feitos através da CRIE
7 e/ou com seu conhecimento. III - DA DIRETORIA - Art.5º - Poderá a CRIE, se
8 necessário, convidar representantes das entidades da IPB, beneficiadas por projetos
9 de apoio, para comparecerem às reuniões conjuntas com as congêneres, a fim de
10 prestar e receber esclarecimentos. Art.6º - A CRIE planificará as atividades em
11 parceria com as Igrejas conveniadas, independentemente de solicitações de
12 entidades da IPB. Art.7º - A CRIE funciona sob coordenação de sua Mesa,
13 constituída de Presidente, Vice-Presidente e Secretários, eleitos bianalmente; §1º -
14 Compete ao Presidente: a -) Convocar e presidir as reuniões da CRIE; b -)
15 Representar a CRIE; c -) Prestar Relatórios. §2º - Compete ao Vice-Presidente
16 substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos. §3º - Compete ao Secretário:
17 a -) Fazer a correspondência da CRIE; b -) Lavrar, transcrever e arquivar as atas
18 das suas reuniões; c -) Distribuir cópia das atas aos membros; d -) Elaborar os
19 relatórios anual à CE-SC/IPB e quadrienal ao SC/IPB. §4º - Compete ao 2º
20 Secretário: a -) Organizar e ter sob sua guarda os arquivos da CRIE; b -) Manter o
21 cadastro das Igrejas e Instituições Conveniadas; c -) Acompanhar a execução de
22 cada projeto; §5º - Os membros da Mesa poderão ser reeleitos, findados seus
23 mandatos, bianalmente. Art.8º - Qualquer membro que tiver impedimento para
24 comparecer às reuniões da CRIE, deve avisar ao Presidente, com tempo suficiente
25 para convocação do suplente. IV - DA REFORMA - Art.9º - Este Regimento poderá
26 ser reformado por proposta da CRIE, aprovada pela CE-SC/IPB ou pelo SC. V - DAS
27 DISPOSIÇÕES FINAIS - Art.10 - São nulas, de pleno direito, quaisquer disposições
28 e resoluções, que, no todo em parte, implícita ou expressamente, contrariarem ou
29 ferirem a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil. Art.11 - Este regimento
30 entrará em vigor, após sua aprovação pela CE-SC. Aprovado em seus termos: “A
31 CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório, acrescentando para o conhecimento da
32 CE-SC/IPB os seguintes documentos: a) parecer da PCUSA quanto ao congresso
33 “Re-Imagining” promovido com recursos e participação desta denominação; b) artigo

1 publicado pela revista “ christianity today” que fala de novas participações e
2 financiamentos desta diabólica heresia após terem proferido o tímido parecer, retro
3 mencionado; 2) reconhecer a importância de futuro acordo de cooperação
4 missionária com a PCSA; 3) parabenizar a comissão pelo seu excelente trabalho; 4)
5 aprovar o regimento interno da CRIE nos seus termos”⁶⁷. Em seguida ora o Rev.
6 Carlos Aranha Neto rogando as Bênçãos de Deus sobre os Revs. Theodoro havinga
7 e Jan Jansen que se ausentam do plenário. **Doc. LI** - Quanto ao Doc. 67 - Relatório
8 da Secretária Geral do Trabalho Feminino. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar
9 destacando os itens: a) Proposta de aumento da Revista da SAF de 26.000 para
10 50.000 em 1998; b) Criação da Secretaria de Missões e Evangelização; c) Projeto de
11 criação do Museu do Trabalho Feminino; d) Viagem a Cochabamba / Bolívia, para
12 organizar o trabalho feminino lá; e) contatos com as diversas entidades da Igreja; f)
13 reuniões diversas; 2) Realça-se o excelente trabalho desenvolvido pela Secretária
14 Geral do Trabalho Feminino; 3) Registra-se voto de apreciação pela maneira
15 dinâmica e bem acertada como se ateve a senhora Secretária⁶⁸. **Doc. LII** - Quanto
16 ao Doc. 71 - Ofício da Confederação Nacional das SAFs, sobre a “SAF em Revista”.
17 A CE-SC/IPB resolve: Atender pedido da Confederação Nacional da SAFs,
18 passando a responsabilidade da confecção da “SAF em Revista” à esta
19 Confederação, ficando sob a orientação e supervisão da Secretária Geral do
20 Trabalho Feminino⁶⁹. **Doc. LIII** - Quanto ao Doc. 72 - Renovação nas Diretrizes do
21 Projeto - Museu do Trabalho Feminino, em que a Presidente da CNTF das SAFs
22 solicita que o Projeto de Criação do Museu do Trabalho Feminino seja assumido
23 pela Confederação Nacional do Trabalho Feminino. A CE-SC/IPB resolve: Atender,
24 conforme a solicitação, através da Secretaria de Cultura da referida entidade.
25 Registra-se a presença dos Revs. Zaqueu Ribeiro e Pérsio Gomes de Deus⁷⁰. Às
26 18:00 horas prorroga-se o horário regimental até as 18 horas e 30 minutos. **Doc. LIV**
27 - Quanto ao Doc. 68 - Relatório da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência. A
28 CE-SC/IPB resolve: Aprovar o Relatório, reconhecendo o dinâmico das ações
29 realizadas em tão curto espaço de tempo, esperando que os próximos relatórios
30 sejam mais detalhados e mais ricos de feitos que visem o prioritário crescimento

⁶⁷ Doc. L Relatório de Projeto do RI da CRIE

⁶⁸ Doc. LI Relatório da Secretaria Geral da SAF

⁶⁹ Doc. LII Da CNSAF sobre SAF EM REVISTA

⁷⁰ Doc. LIII Sobre Museu do Trabalho Feminino

1 espiritual dos nossos preciosos adolescentes⁷¹. **Doc. LV** - Quanto ao Doc. 73 -
2 Relatório da Secretaria Geral de Estatística - IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
3 - Secretaria Geral de Estatística - À Comissão Executiva do SC/IPB - RELATÓRIO
4 DA SECRETARIA GERAL DE ESTATÍSTICA - Diletos irmãos, fui incumbido da
5 máxima responsabilidade de elaborar uma Estatística de nossa amada Igreja,
6 devendo apresentá-la nessa presente reunião, contudo vários fatores impediram -
7 me de cumprir tão importante missão: Tempo insuficiente para tanto, aquisição de
8 equipamento compatível com o trabalho e o antigo problema da recepção do
9 material em dia. Contudo quando tomei posse dos documentos, procurei ultimar os
10 trabalhos e estou-lhes enviando uma referência numérica do que tenho em mãos
11 (Ver no quadro numérico, DTATUP, refere-se à última data do mapa estatístico).
12 Espero em Deus que num curto prazo, poderei fornecer dados mais confiáveis e
13 atualizados, bem como uma Estatística de Fato, com gráficos e maiores elucidações
14 à Mesa do Supremo Concílio. Eis alguns destaques, apenas como curiosidades nos
15 quadros anexo. Rev. Josias dos Reis Coelho - Secretário Geral de Estatística -
16 "Unidade no essencial; liberdade nos não - essenciais; caridade em tudo. "Rua José
17 Dias Santana, 126; jardim Germânia; 05849 - 380; São Paulo; SP. Fone.
18 (011)511.9375/520.9734: DESCRIÇÃO: Nº de Igrejas - Quantidades = 1.585;
19 Pbt/MAIOR = Campinas com 24; Pbt/MENOR = Vários com 4; Média/Pbt = 8,7. Nº de
20 Cong. Presbiteriais - Quantidades = 138; Média/Pbt = 0,8. Nº de Cong. Igrejas -
21 Quantidades = 1.498; Pbt/MAIOR = Brasília com 40; Pbt/MENOR = Vários com 1;
22 Média/Pbt = 8,2. Nº de Ponto de Pregações - Quantidades = 1.489; Pbt/MAIOR =
23 Ceará com 46; Pbt/MENOR = Vários com 1; Média/Pbt = 8,1. Nº de Pastores -
24 Quantidades = 1.770; Pbt/MAIOR = Unido com 36; Pbt/MENOR = Itamaraju e Oeste
25 Catarinense com 3; Média/Pbt = 9,7. Nº de Licenciados - Quantidades = 58;
26 Média/Pbt = 0,3. Nº de Candidatos - Quantidades = 360; Média/Pbt = 2. Nº de
27 Evangelistas - Quantidades = 162; Média/Pbt = 0,9. Nº de Presbíteros - Quantidades
28 = 7,791; Pbt/MAIOR = Rio Doce com 108; Pbt/MENOR = Equatorial e Centro Oeste
29 do Ceará com 13; Média/Pbt = 42,6. Nº de Diáconos - Quantidades = 8,377;
30 Pbt/MAIOR = Campinas com 145; Pbt/MENOR = Equatorial com 6; Média/Pbt = 45,8.
31 Nº de Memb. Comungantes - Quantidades = 229.437; Pbt/MAIOR = Rio de Janeiro
32 com 4216; Pbt/MENOR = Centro Oeste do Ceará com 251; Média/Pbt = 1253,8. Nº

⁷¹ Doc. LIV Relatório da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência

1 de Memb. Não Comung. - Quantidades = 104.818; Pbt/MAIOR = Alto Paranaíba com
2 1843; Pbt/MENOR = Centro Oeste do Ceará com 135; Média/Pbt = 572,8. Nº de
3 Alunos Esc. Dom. - Quantidades = 281.073; Pbt/MAIOR = Rio Doce com 5908;
4 Pbt/MENOR = Itabuna com 193; Média/Pbt = 1536,0. Nº de Membros da UCP -
5 Quantidades = 23.968; Pbt/MAIOR = Amazonas com 488; Pbt/MENOR = Piratininga
6 com 8; Média/Pbt = 131,0. Nº de Membros da UPA - Quantidades = 21.940;
7 Pbt/MAIOR = Campinas com 422; Pbt/MENOR = Sul Rondônia com 14; Média/Pbt =
8 120,0. Nº de Membros da UMP - Quantidades = 34.837; Pbt/MAIOR = Vale Araguaia
9 com 762; Pbt/MENOR = Região dos Lagos com 48; Média/Pbt = 190,0. Nº de
10 Membros da SAF - Quantidades = 46.469; Pbt/MAIOR = Alto Paranaíba com 778;
11 Pbt/MENOR = Equatorial e Centro Oeste do Ceará com 56; Média/Pbt = 254,0. Nº de
12 Membros da UPH - Quantidades = 16.191; Pbt/MAIOR = Itapemirim com 270;
13 Pbt/MENOR = Sergipe com 11; Média/Pbt = 88,0. Aprovado em seus termos: “A CE-
14 SC/IPB resolve: Aprovar o relatório, destacando o esforço do senhor secretário geral,
15 reconhecendo suas dificuldades estruturais para a consecução de tal tarefa”⁷².
16 **Doc. LVI** - Quanto ao Doc. 74 - Relatório de Atividades da Comissão de
17 Organização e Métodos e seu Regimento Interno. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar
18 o Relatório; 2) Aprovar seu Regimento Interno, com as seguintes alterações: a)
19 Mudar sua sigla para “CSM”; b) Suprimir o Art.4º; c) Suprimir do Art.7º, na alínea (a)
20 “..., e da Mesa”; d) Suprimir o Art. 11; e) Ao Art. 13 acrescentar - “ou pela CE-SC/IPB
21 e ou pelo Supremo Concílio/ IPB”; f) O Art.14 terá a seguinte redação - “Os casos
22 omissos deste Regimento serão resolvidos pela CSM, ad-referendum da CE-SC/IPB
23 ”. Nomeia-se a seguinte comissão para tratar sobre proposta de Eleição e/ou
24 Nomeação de Vice-presidente: Revs. Noé de Paula Ramos, Silas de Campos,
25 Ludgero Bonilha Moraes, Elias Dantas Filho, Daniel Bittencourt, Paulo Viana de
26 Moura e o Pb. Damócles Perroni Carvalho⁷³. **Doc. LVII** - Quanto ao Doc. 66 -
27 Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino - Aprovado em seus termos: “A
28 CE-SC/IPB resolve: Aprovar o relatório, apreciando o trabalho do secretário geral,
29 Presbitério Alberto Robrigues Roque, bem como o do presidente da Confederação
30 Nacional dos Homens Presbiterianos, anexo ao relatório do referido secretário ter
31 participado de quase todos os congressos e bienais realizados nas diversas regiões

⁷² Doc. LV Relatório da Secretaria geral de Estatística

⁷³ Doc. LVI Relatório da CMS e seu RI

1 do país; - Registrar um voto de apreciação pelo trabalho do secretário geral, bem
2 como o do presidente da Confederação Nacional dos Homens Presbiterianos pela
3 forma e conteúdo do relatório apresentado; - Baixar o orçamento à Subcomissão nº
4 1”⁷⁴. Às 18 horas e 30 minutos suspendem-se os trabalhos. As 20:00 horas
5 reiniciam-se os trabalhos com Culto de Ação de Graças pela vida dos Pastores que
6 foram jubilados por esta CE-SC/IPB. O Culto constou de: Oração pelo Presidente;
7 Cântico do hino 14 “Louvor”; leitura no Salmo 126 pelo Secretário Executivo; Oração
8 pelo Rev. Marcelino Pires de Carvalho, presente no plenário; e pregação pelo Rev.
9 Zaqueu Ribeiro no texto de Mateus 16.16 a 20. Canta-se o hino 284 “Obediência”.
10 Passa-se a seguir a homenagem dos pastores jubilados presentes: Revs. Celso
11 Wolf, Isaias de Souza Maciel, Paulo de Oliveira Cordeiro, Raimundo Nunes dos
12 Santos e Zaqueu Ribeiro. Canta o quarteto da Casa Editora Presbiteriana - CEP. O
13 Rev. Raimundo Nunes impetra a Bênção Apostólica tendo os seus braços
14 sustentados pelo Revs. Autair Emerick e Josué Alves Ferreira, à semelhança de
15 Moisés abençoando o povo de Israel. Canta-se o Tríplice Amém. O quarteto canta
16 novamente encerrando o Culto de Ação de Graças pela vida dos jubilados. Faz-se
17 uma breve pausa. Reinicia-se os trabalhos com oração pelo Rev. Rubens Thomas
18 de Aquino. Dá-se assento ao Rev. Enos Moura, em lugar do Rev. Arival Casimiro
19 Dias que se retirou do plenário⁷⁵. **Doc. LVIII** - Quanto ao Doc. 125 - Planejamento
20 para o ano 2.000 e realizando já - Aprovado em seus termos: “Da: Presidência do
21 Supremo Concílio da IPB - Para: Liderança da Igreja Presbiteriana do Brasil:
22 Presidentes de Sínodos, membros da Mesa do Supremo Concílio, Secretarias
23 Gerais, Autarquias, Comissões e Presidentes de Confederações Nacionais. Meus
24 irmão e minha irmã, *“Portanto, meus amados irmãos, sede firmes, inabaláveis e*
25 *sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que, no Senhor, o vosso trabalho*
26 *não é vão.* “(1Co.15:58). É um prazer e uma bênção trabalharmos juntos para o bem
27 da Igreja e para a glória de Deus. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma herança de
28 fé que nos foi legada pelos que vieram antes de nós. Cumpre-nos tudo fazer para
29 preservar a paz, a unidade e a pureza da Igreja. Um elemento destes não pode ser
30 enfatizado em detrimento dos outros. A nossa herança de fé cristã, evangélica,
31 reformada e calvinista legou-nos, como Igreja Presbiteriana do Brasil, um sistema de

⁷⁴ Doc. LVII Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino

⁷⁵ Culto dos Jubilados

1 doutrina, governo e disciplina que precisamos saber valorizar. A base é a Soberania
2 de Deus. Decorrente desta, a soberania da Palavra de Deus, que é para nós a
3 nossa única regra infalível de fé e prática. Eis porque a nossa doutrina é bíblica, o
4 nosso sistema de governo e de disciplina são os mais próximos e coerentes com a
5 Palavra de Deus. Preservemos a nossa identidade. Ilustre irmãos e irmã,
6 companheiros de ministério e de equipe de trabalho, passo às suas mãos as linhas
7 mestras do plano de ação para o quadriênio 94/98: PLANEJAMENTO PARA O ANO
8 2.000 E REALIZANDO JÁ. Documento anexo. Leia - o primeiro, depois volte à esta
9 carta. Grato. o Planejamento Global para o quadriênio 94/98 deve ser visto como
10 metas gerais para a Igreja, como desafios de fé, como pontos de partida para cada
11 secretaria geral, confederação nacional, junta, comissão ou autarquia da IPB, no que
12 for aplicável a cada caso, evidente. Esperamos que cada segmento da Igreja,
13 partindo dessa base mínima inicial, faça o seu planejamento com alvos claros,
14 mensuráveis e factíveis. Se cada um de nós realizar um pouco, juntos e somados,
15 realizaremos muito mais. Mantenhamos o foco. O nosso objetivo maior é o
16 crescimento da Igreja, é a expansão do Reino de Deus. Queremos, todos, ganhar
17 almas para Jesus, fazer novos discípulos e plantar novas igrejas. Tudo o que
18 fizermos, em palavras ou em ação, devemos fazê-lo em nome de Jesus e para a
19 glória de Deus Pai. "SOLI DEO GLORIA". a) CRESCIMENTO INTEGRAL E
20 INTEGRADO DA IGREJA - É preciso crescer em número, crescer em graça, no
21 conhecimento e na capacidade de amar e servir. O alvo é chegarmos ao ano 2.000
22 com, pelo menos, um milhão de crentes presbiterianos no Brasil. Mesmo partindo de
23 um número mínimo de 50 mil crentes adultos, e somos muito mais, se cada um fizer
24 um discípulo para Cristo por ano, e o novo discipulando se transformar em
25 discipulador, a progressão geométrica nos levará a um milhão e seiscentos mil
26 crentes, no ano 2.000. b) DISCIPULADO E GRUPOS PEQUENOS - Adotar o
27 discipulado como um dos métodos de crescimento da Igreja, sem prejuízo dos
28 demais métodos bíblicos e válidos. Integrar os novos discipulados à Igreja através
29 de pequenos grupos de louvor e estudo da Bíblia, e de oração. Imprimir,
30 inicialmente, 20 mil conjuntos de 13 lições a serem usadas pelo discipulador e pelo
31 discipulando. Aumentar a tiragem à luz da demanda. Cada discipulador e
32 considerado um ganhador de almas e adquirirá, a preço mínimo de custo, o seu kit
33 de discipulado através da Casa Editora Presbiteriana. O custo será mínimo, porque

1 subsidiado com patrocínio. Cada pastor, em nível de igreja local, deverá
2 supervisionar os discipuladores, formar ou não os pequenos grupos. c)
3 PLANTANDO IGREJAS NO BRASIL E NO EXTERIOR - Para se plantar uma nova
4 igreja poderá existir parceria entre igrejas e concílios do Brasil e do exterior, desde
5 que a orientação doutrinária seja bíblica e presbiteriana, dentro dos princípios
6 Reformados e dada pela Igreja Presbiteriana do Brasil. É preciso respeitar os
7 convênios e acordos existentes. Nos países onde formos plantar novas igrejas, fá-lo
8 sempre através da Junta de Missões Estrangeiras. No Brasil, através de Conselhos,
9 Presbitérios e Sínodos, em harmonia com a Junta de Missões Nacionais, que tem
10 atuado em campos pioneiros que, uma vez consolidados, são transferidos a
11 Presbitérios e Sínodos. O importante mesmo é ganhar almas para Jesus, fazendo
12 novos discípulos, integrando-os por meio de pequenos grupos e plantando novas
13 igrejas. Porém, isto não significa servir desordenadamente e a qualquer custo. O
14 crescimento precisa ser integral e integrado. D) CENTRO DE AVALIAÇÃO DE
15 PLANTADORES DE IGREJA - O plantador de igrejas é, antes de tudo, um
16 vocacionado por Deus. É um tipo especial de pessoa que tem paixão pelas almas e
17 espírito pioneiro. É um empreendedor organizado, corajoso, persistente, piedoso e
18 eficiente. Para avaliar tais qualidades, além da auto-análise e autocrítica, é
19 necessário e possível usar técnicas modernas de textos, psicológicos, exercícios
20 simulados e observação - como os já tentados pela igreja - irmã, a PCA
21 (Presbyterian Church of America) conhecidos como Assessment Center ou Centro
22 de Avaliação de Plantadores de Igrejas. Temos um já funcionando no Brasil, no Rio
23 de Janeiro, na Igreja do Rio, e que poderá ser usado por todos os interessados. e)
24 PROJETOS - Os projetos de parceria deverão ser elaborados dentro de critérios
25 missiológicos, incluindo análise demográfica, perfil sócio – econômico e cultural do
26 público alvo. Os custos deverão ser reais e mínimos, compatíveis com cada região.
27 É importante fazer avaliação periódica e estabelecer metas claras, definidas,
28 objetivas, com prazos fixos. O tempo de maturação do trabalho pioneiro pode variar
29 de 2 até 5 anos, no Brasil. É importante prever, desde logo, que a partir do 1º ano, a
30 futura igreja participa dos seus custos até assimilá-los por inteiro. É possível se fazer
31 um projeto de ação social e comunitária, junto à futura igreja. É possível se fazer um
32 projeto educacional: uma escola e/ou cursos profissionalizantes ou de alfabetização
33 de adultos. Esta é a missão integral da Igreja: pregar o Evangelho do Reino; ensinar

1 tudo o que Jesus tem ordenado; e curar toda sorte de doenças, enfermidades e
2 males físicos, emocionais, espirituais, econômicos, sociais ou políticos. Peça a Deus
3 que os abençoe na análise destas sugestões. Se vocês já têm planos mais amplos e
4 mais ousados, em suas regiões, compartilhem conosco. Convido e conclamo o povo
5 presbiteriano de todo o Brasil para trabalharmos juntos, servindo ao Senhor com
6 alegria, ganhando almas para Jesus, fazendo novos discípulos, formando pequenos
7 grupos, plantando igrejas. Diz a Bíblia: "...e o que ganha almas é sábio" (Pv.11:30b).
8 Em oração, apresento-lhes cordiais e fraternas saudações presbiterianas. Rev.
9 Guilhermino Cunha - Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do
10 Brasil - 94/98 P. S.: Pedimos aos irmãos Relatores de Comissões, Secretários
11 Gerais, Presidentes de Juntas, de Autarquias e de Confederações, que estejam
12 atentos para a convocação que o SE-SC/IPB está expedindo para a reunião da
13 Liderança da IPB com os membros da Mesa da CE-SC/IPB do SC/IPB, nos dias 10 a
14 13 de março de 1995, no Acampamento Cabuçu, do Instituto Mackenzie, em SP.
15 'PLANEJAMENTO PARA O ANO 2.000 REALIZANDO JÁ'⁷⁶. **Doc. LIX** - Quanto ao
16 Doc. 117 - Acordo de Cooperação com a Igreja Reformada Holandesa Libertada.
17 Considerando: 1) Que as exigências da resolução do SC/94, foram cumpridas no
18 que concerne ao envio dos Estatutos e Confissão de Fé da Igreja Reformada
19 Holandesa Libertada; 2) Que inexistem quaisquer conflitos doutrinários entre a IPB e
20 aquela Igreja irmã. A CE-SC/IPB resolve: Autorizar a mesa do SC a dar os devidos
21 passos no sentido de firmar acordo de cooperação com a referida Igreja Reformada
22 Holandesa Libertada⁷⁷. **Doc. LX** - Quanto ao Doc. 76 - Relatório anual e metas de
23 "Luz Para o Caminho". A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar o relatório das atividades
24 de Luz Para o Caminho referente ao exercício findo, ressaltando os bons serviços
25 prestados a causa da divulgação das boas novas mediante farta produção de
26 programas para Rádios, Televisão e Literatura, bem como grande somas de
27 chamadas para aconselhamento no ministério Disque - Paz e outros; 2) Atender sua
28 solicitação, reconduzindo os irmãos: Rev. Paulo Bronzéli e Presbíteros: Paulo
29 Fernando Borges Mauer e Paulo Joaquim Martins Ferraz à Assembléia de LPC
30 como representantes da IPB para o biênio 95/96⁷⁸. Prorroga-se o horário regimental

⁷⁶ Doc. LVIII Planejando para o ano 2000 e realizando já.

⁷⁷ Doc. LIX Acordo de Cooperação com a Igreja Reformada Holandesa Libertada

⁷⁸ Doc. LX Relatório Anual e metas de Luz Para o Caminho

1 até as 24 horas. **Doc. LXI** - Quanto ao Doc. 77 - “Princípios de Fé, Estatuto e
2 Assembléia Geral Extraordinária da Associação Evangélica Brasileira - AEVB.
3 Considerando: 1) Que os princípios de fé e teologia da AEVB não colidem com os
4 princípios doutrinários e símbolos de fé da IPB; 2) Que a AEVB, no momento
5 histórico é um órgão que pode falar em nome dos evangélicos na conjuntura sócio -
6 econômica - política - religiosa brasileira; 3) Que alguns líderes e membros de nossa
7 Igreja são Associados à AEVB, alguns participantes, inclusive, do quadro de sua
8 liderança; 4) Que tanto a filiação, quanto o desligamento da IPB à AEVB dependerá
9 da fidelidade desta em manter-se fiel a seus princípios de fé e Estatutos; A CE-
10 SC/IPB resolve: Autorizar sua Mesa a dar os passos necessários para devida
11 filiação. Quanto ao Doc. 78 - Relatório da JURET-DNE. A CE-SC/IPB resolve:
12 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano “Rev. Denoel Nicodemos
13 Eller”, com os seguintes destaques: a) Implantação do Bacharelado em Teologia
14 noturno para 1995; b) Adquiriu terreno para a construção da sede própria do
15 Seminário; c) Investiu na formação de pós graduação de três professores, enviando-
16 os ao Curso de Pós Graduação do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da
17 Conceição”, nas áreas de História da Igreja, Velho e Novo Testamentos; d) O Corpo
18 Docente foi composto de 23 professores; o Corpo Discente contou com 66 alunos⁷⁹.
19 **Doc. LXII** - Voto de dissentimento do Rev. Ludgero Bonilha Morais pela aprovação
20 do Doc. LXI: “Peço, com todo respeito, para que se registre meu voto de
21 dissentimento, contrário à decisão desta CE-SC/IPB que vota pela associação da
22 Igreja Presbiteriana do Brasil à AEVB, por considerara esta decisão precipitada”⁸⁰.
23 **Doc. LXIII** - Quanto ao Doc. 123 - Criação da Promotoria de Eventos da IPB.
24 Considerando: 1) A complexidade de uma montagem das programações de todos os
25 Órgãos e Departamentos da IPB, tendo cada um deles seus assessores e suas
26 programações próprias; 2) A grande extensão territorial em que está situada a IPB;
27 3) Que as múltiplas atividades da Igreja seriam coordenadas por uma só pessoa. A
28 CE-SC/IPB resolve: Não aprovar a criação da promotoria de Eventos⁸¹. **Doc. LXIV** -
29 Quanto aos Documentos nº 53, 41 e 101 - Proposta de alteração estatutária da
30 Escola de Alta Floresta, pedido de transferência de Patrimônio e gerenciamento da

⁷⁹ Doc. LXI Princípios de fé, Estatuto e Assembléia Geral da AEVB

⁸⁰ Voto de Dissentimento ref. Doc LXI

⁸¹ Doc. LXIII criação da Promotoria de Eventos da IPB

1 Escola Presbiteriana de Alta Floresta e solicitação de verba para ampliação da
2 Escola da Alta Floresta. A CE-SC/IPB resolve: 1) Determinar que a Junta Patrimonial
3 faça o estudo do patrimônio e avaliação da necessidade de ampliação da escola e a
4 possibilidade de recursos; 2) Determinar que a Junta Patrimonial faça o estudo dos
5 Estatutos adequando-os à nova realidade⁸². Às 24 horas e 04 minutos, encerra-se a
6 presente sessão com oração pelo Rev. Ludgero Bonilha Morais⁸³⁸⁴. Nada mais
7 havendo a tratar lavro e assino a presente ata.

8
9 **Ata da Quarta Sessão Regular da CE-SC/IPB**

10
11 Às 08 horas do dia 17 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento
12 Cabuçú, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Quarta Sessão Regular,
13 sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha. O exercício devocional é dirigido
14 pelo Rev. João Inácio de Souza Martins, que constou do Cântico dos hinos 93 e 144
15 e leitura bíblica em I Coríntios 16.13 - 14, orando o Rev. Jaime Marcelino de Jesus.
16 Faz-se a meditação sobre o texto bíblico, canta-se o hino 145, orando o Rev. Noé
17 de Paula Ramos e bênção apostólica pelo dirigente. São apresentadas informações
18 dos Sínodos do Nordeste. Assume a presidência o Rev. Guilhermino Cunha,
19 registrando-se a presença de 42 representantes de Sínodos e 03 membros da
20 mesa. Entra o **Doc. LXV** - Pedido de licença para retirar-se, em definitivo, o Rev.
21 Fernando Hamilton Costa - Atendido, nos seus termos: "Solicito à CE-SC/IPB
22 consentimento para me retirar em definitivo desta reunião a partir do final da 1ª
23 Sessão de Sexta - feira dia 17/03/1995. Este pedido é motivado para atender
24 compromissos pastorais assumidos antes da convocação desta reunião reforçado
25 por acontecimento de emergência surgido na data de hoje". Registra-se a presença
26 dos Revs. Alceu Davi Cunha e Hermistein Maia Pereira Costa. Passa-se à ordem do
27 dia relatando a Subcomissão nº 07, aprovando-se os seguintes documentos: **Doc.**
28 **LXVI** - Quanto ao Doc. 78 - Relatório da JURET-DNE. A CE-SC/IPB resolve:
29 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano "Rev. Denoel Nicodemos
30 Eller", com os seguintes destaques: a) Implantação do Bacharelado em Teologia
31 noturno para 1995; b) Adquiriu terreno para a construção da sede própria do

⁸² Doc. LXIV Proposta de alteração estatutária da Escola de Alta Floresta

⁸³ Encerramento da terceira Sessão Regular às 24h04m.

⁸⁴ Inicia-se a Quarta Sessão Regular às 08h17m do dia 17.03.95 sob a presidência do Rev. Guilhermino.

1 Seminário; c) Investiu na formação de pós graduação de três professores, enviando-
2 os ao Curso de Pós Graduação do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da
3 Conceição”, nas áreas de História da Igreja, Velho e Novo Testamentos; d) O Corpo
4 Docente foi composto de 23 professores; o Corpo Discente contou com 66 alunos⁸⁵.
5 **Doc. LXVII** - Quanto ao Doc. 131 Relatório da JURET-JMC. A CE-SC/IPB resolve:
6 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da
7 Conceição”, com os seguintes destaques: a) A oferta do Bacharelado em Teologia
8 nos períodos diurno e noturno, Música Sacra e Pós Graduação em Teologia
9 Sistemática, Velho e Novo Testamentos e História da Igreja. b) O Corpo Docente
10 composto de 32 professores; o Corpo Discente com cerca de 180 alunos em todos
11 os cursos oferecidos; a matrícula de 56 novos alunos para 1995, nos quatro
12 cursos⁸⁶. **Doc. LXVIII** - Quanto ao Doc. 81 - Relatório da JURET-SPS. A CE-SC/IPB
13 resolve: Aprovar o relatório da JURET-SPS, destacando: a) A JURET reuniu-se 6
14 vezes, supervisionando o SPS em sua administração, ensino e demais atividades.
15 b) Ofereceu o Mestrado em Educação Cristã em aulas normais, passando em 1995
16 para o sistema de módulos, visando possibilitar maior participação de alunos de
17 outras partes do Brasil. c) Implementou o Mestrado em Missões, já aprovado pela
18 Junta de Educação Teológica, que será oferecido em 1995, também pelo sistema de
19 módulos. d) Realizou o Instituto de Pastores em conjunto com Luz Para o Caminho.
20 e) A Biblioteca/SPS recebeu 447 novos títulos e adquiriu o programa ISIS 3.07. f)
21 Com a colaboração de todos os professores da Casa, promoveu-se a atuação
22 pastoral e psicológica em atendimento aos alunos⁸⁷. **Doc. LXIX** - Quanto ao Doc. 83
23 - Relatório Anual JURET-SPN. A CE-SC/IPB resolve: 1) Quanto ao Relatório da
24 JURET do Seminário Presbiteriano do Norte, aprová-lo com os seguintes
25 destaques: a) A atividade acadêmica desenvolvida: Bacharelado em Teologia com
26 68 alunos; Licenciatura em Educação Cristã com 26 alunos: 26 Professores; b) A
27 perspectiva de 94 alunos no Bacharelado em Teologia (diurno); 35 alunos na
28 Licenciatura em Educação Cristã; a implantação do Bacharelado em Teologia
29 noturno, com 19 alunos matriculados para 1995; c) Melhorias no patrimônio, com a
30 recuperação de várias partes da propriedade; construção de sala para a

⁸⁵ Doc LXVI Relatório da JURET DNE

⁸⁶ Doc. LXVII Relatório da JURET JMC

⁸⁷ Doc. LCVIII Relatório da JURET SPS

1 Administração e adaptação de dependências para o Grêmio Estudantil; d)
2 Fornecimento de refeições aos funcionários; 2) Quanto à nomeação de membro da
3 JURET-SPN: a) Determinar ao SE-SC/IPB que officie aos Presbitérios da região de
4 jurisdição do SPN, solicitando a indicação de nomes de pastores, com vistas à
5 composição da JURET, que passa a ter somente 4 membros por falta de indicações.
6 b) Dar poderes à Mesa/SC para nomear um pastor efetivo e um suplente, com
7 mandato até a CE-SC/IPB de 2000; 3) Quanto ao currículo do Curso de Bacharel em
8 Teologia, reformulado para atender determinação do SC/IPB, remetê-lo à JET para
9 análise e medidas cabíveis; 4) Quanto aos planos e solicitação da JURET-SPN a
10 respeito do Rev. Othon G. Dourado, determinar que a Mesa da CE-SC/IPB e a JET
11 assessorem a JURET-SPN na solução do problema⁸⁸. **Doc. LXX** - Quanto ao Doc.
12 88 - Relatório da Junta de Educação Teológica (JET). A CE-SC/IPB resolve:
13 Aprovar o relatório da Junta de Educação Teológica com os seguintes destaques: a)
14 O efetivo acompanhamento dos Cursos de Pós Graduação implantados, e a firme
15 supervisão dos Seminários que jurisdiciona; b) Aprovação dos nomes de
16 Professores Orientadores de Dissertação de Mestrado; c) Aprovação dos relatórios
17 dos Coordenadores de Pós Graduação do SPS e SPJMC; d) Acompanhamento do
18 desempenho dos doutorandos em Teologia, que se encontram em capacitação no
19 Exterior⁸⁹. **Doc. LXXI** - Quanto ao Doc. 85 - Do Presbitério Paulistano, proposta de
20 elaboração e grade curricular para os Seminários. Considerando que a matéria já
21 foi tratada e resolvida pelo SC/IPB em sua última reunião, conforme Doc. CCXXVIII.
22 A CE-SC/IPB resolve: Considerar a proposta prejudicada⁹⁰. **Doc. LXXII** - Quanto ao
23 Doc. 126 - Da Mesa da CE-SC/IPB propondo que a Junta de Educação Teológica
24 sistematize, ouvidas as JURETs, a realização de Institutos de Pastores nos
25 Seminários. Considerando: 1) Que já está prevista no Regimento Interno da Junta
26 de Educação Teológica (Art.2º, letra “e”) e a realização de “Institutos de Pastores em
27 colaboração com os Seminários”; 2) Que é meta do Plano Quadrienal de Ação da
28 IPB a realização de Institutos de Pastores nos Seminários. A CE-SC/IPB resolve:
29 Solicitar à JET que, em conjunto com as JURETs, proceda ao planejamento e
30 realização de Institutos de Pastores nos Seminários, se possível semestralmente⁹¹.

⁸⁸ Doc. LXIX Relatório JURET SPN

⁸⁹ Doc. LXX Relatório da JET

⁹⁰ Doc. LXXI Proposta de elaboração de grade curricular para os Seminários

⁹¹ Doc. LXXII Proposta à JET, de Institutos de Pastores nos Seminários.

1 **Doc. LXXIII** - Quanto ao Doc. 124 - Proposta da Mesa - CE-SC/IPB sobre resolução
2 Doc. CXCI (SC/94), "Criação de um Centro de Treinamento Missiológico da IPB". A
3 CE-SC/IPB resolve: 1) Dar provimento à resolução do SC/IPB, nomeando Comissão
4 Especial para elaboração da proposta de Regimento Interno e administração do
5 Centro de Treinamento Missiológico da IPB, até a próxima reunião da CE-SC/IPB,
6 composta dos seguintes membros: Pb. Adonias Costa da Silveira - Presidente da
7 JET, Rev. Wilson de Souza Lopes - SE-SC/IPB, Rev. Roberto Brasileiro Silva -
8 Diretor do IBEL, Rev. Carlos Aranha Neto - Presidente da JMN, Pb. Azor Ferreira -
9 Presidente da JME; 2) Determinar que o Curso de Treinamento Missiológico da Junta
10 de Missões Nacionais seja absorvido pelo Centro de Treinamento Missiológico da
11 Igreja Presbiteriana do Brasil⁹². **Doc. LXXIV** - Quanto ao Doc. 121 - Regimento
12 Interno do Instituto Bíblico Presbiteriano da Amazônia "Rev. Antônio Teixeira
13 Gueiros". Considerando: a) que o documento apesar de mencionar o Presbitério Sul
14 do Pará não está capeado por nenhum ofício do referido Concílio; b) que não há
15 nenhuma solicitação explícita para qualquer providência desta CE-SC/IPB; A CE-
16 SC/IPB resolve: 1) Devolver o documento; 2) Informar que, conforme a resolução
17 Doc. CCXXXVII - SC-94-133, "os Institutos Bíblicos organizados pelos Presbitérios e
18 Sínodos, em várias regiões do Brasil, são de inteira responsabilidade desses
19 Concílios". 3) Informar que a Junta de Educação Teológica está encarregada de
20 estabelecer as qualificações necessárias, para conhecimento de Institutos
21 Bíblicos pela IPB⁹³. **Doc. LXXV** - Quanto ao Doc. 45 e anexos - Da Secretaria
22 Executiva da CE-SC/IPB, informando a esta Comissão Executiva a vacância do
23 cargo de Vice-Presidente do SC/IPB, ao mesmo tempo em que solicita a indicação
24 de alguém para complementação do número dos membros da Mesa. Considerando:
25 1) Que a eleição para os cargos da mesa do Supremo Concílio é atribuição do
26 Concílio, conforme se pode verificar do disposto no Art.3º do seu Regimento Interno;
27 2) Que, entretanto, o Art.71 da CI/IPB atribui ao Concílio de decisão sobre questões
28 de doutrina e prática, disciplinares ou administrativas, a respeito das quais não haja
29 lei ou interpretação firmada, resolvendo como julgar de direito; 3) Que a vacância da
30 vice-presidência do SC se enquadra perfeitamente no que dispõe o Art.71 e seu
31 Parágrafo Único, pois além de ser um caso novo e inexistir lei específica que

⁹² Doc. LXXIII Criação de um Centro de Treinamento Misiológico da IPB.

⁹³ Doc. LXXIV RI do Inst. Bíblico Presb. Da Amazônica "Rev. Antônio Teixeira Gueiros".

1 discipline a matéria, exige providência quanto ao seu preenchimento; 4) Que as
2 Comissões Executivas têm poderes para resolver assuntos de urgência de
3 atribuições dos respectivos concílios, quando surgirem nos interregnos, sempre ad-
4 referendum dos mesmos, consoante preceitua o Art.104, letra b) da CI/IPB; 5) Que,
5 outrossim, a CE-SC/IPB entende que esta matéria é de solução urgente a vista das
6 exigências práticas de suas reuniões, enquadrando-se nos casos previstos no
7 Art.104, letra b) da CI/IPB, já invocado; 6) Considerando finalmente, precedente
8 ocorrido no passado, quando da vacância na Secretaria Executiva, ocasionado por
9 motivo de enfermidade do seu titular, que não tendo condições de continuar no
10 exercício do cargo, foi compelido a renunciar. A CE-SC/IPB resolve: 1) Promover a
11 eleição para o Cargo de Vice-Presidente da IPB, na presente, ad-referendum do
12 mesmo Concílio em sua próxima reunião; 2) Publicar integralmente este documento
13 no órgão oficial da Igreja - Brasil Presbiteriano⁹⁴. Passa-se à eleição do Vice-
14 Presidente. Ora-se em silêncio e em voz audível o Presidente. Apurados os votos
15 verifica-se a eleição do Rev. Roberto Brasileiro da Silva, em segundo escrutínio,
16 com 29 votos⁹⁵. **Doc. LXXVI** - Voto de dissentimento dos Reverendos Elias Dantas
17 Filho e Sérgio Paulo Barbas pela aprovação do Doc. LXXV: “Na qualidade de
18 presidente do Sínodo Tropical e seu representante legítimo junto a esta executiva
19 do SC, venho registrar, conforme o Art.65 §1º, o meu voto de dissentimento pela
20 aprovação do documento LXXV da subcomissão Nº 4 quanto a elegibilidade do Sr.
21 Vice-Presidente da mesa do Supremo Concílio preenchendo a vacância”⁹⁶. **Doc.**
22 **LXXVII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Elias Dantas Filho - Atendido
23 nos termos: “Tendo em vista atividades inadiáveis de Campanha Evangelística em
24 nossa Igreja, iniciando-se hoje à noite, onde a minha presença é indispensável,
25 solicito minha retirada em definitivo desta reunião. Sala das sessões, 17/03/95”.
26 **Doc. LXXVIII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Silas Rebouças Nobre -
27 Atendido nos seus termos: Solicito autorização para minha retirada definitiva a partir
28 deste momento para em tempo hábil poder cumprir compromisso pastoral de
29 realização de casamento com data marcada com muita antecedência. O Presidente
30 agradece aos que, participantes desta CE-SC, serviram na mesa, a saber: os Revs.

⁹⁴ Dov. LXXV Da SE informando sobre a vacância do cargo de Vice Presidente do SC

⁹⁵ Eleição do Rev. Roberto Brasileiro da Silva - Vice Presidente do SC

⁹⁶ Doc. LXXVI Voto de dissentimento dos Revs. Elias Dantas Filho e Sérgio Paulo Barbas

1 Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique Hack, e na direção da Comissão que
2 tratou do assunto, Rev. Noé de Paula Ramos, e os que ajudaram na apuração da
3 eleição, os escrutinadores Revs. Josias dos Reis Coelho e Geraldo Silveira Filho.
4 Registra-se a presença do Dr. Athos Vieira de Andrade - Presidente do Instituto
5 Mackenzie, Pb. Eduardo Carlos Pereira - Vice-Presidente de Recursos Humanos,
6 Pb. Adilson Neves - Vice-Presidente Administrativo, Do Dr. Joaquim Jair Ximenes -
7 Advogado da IPB em Brasília; registra-se que o Pb. Damócles Perroni Carvalho -
8 Vice-Presidente financeiro e o Pb. Adonias Costa da Silveira - Chanceler do
9 Instituto Mackenzie, tem estado nesta casa exercendo suas funções conciliares;
10 registra-se a presença dos Revs. George Alberto Canelhas - Membro da Comissão
11 de História e Carlos Orlandi Júnior - Pastor da Igreja Presbiteriana da Penha. Ora o
12 Vice-Presidente, Rev. Roberto Brasileiro, suspendendo os trabalhos⁹⁷. Às 15:00
13 horas. Reiniciam-se os trabalhos com oração pelo Rev. Autair Emerick. A
14 Subcomissão nº 07 continua a apresentar seus relatórios: **Doc. LXXIX** - Quanto ao
15 Doc. 84 - Indicação de nomes para o Conselho Deliberativo do Colégio Evangélico
16 "XV de Novembro". Considerando que o SC/IPB, em sua última reunião ordinária,
17 não preencheu o quadro de membros do CD do referido Colégio (Doc. CCXLII
18 SC/94). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o Dr. Luiz Siqueira como membro efetivo do
19 Conselho Deliberativo do Colégio Evangélico "Quinze de Novembro"⁹⁸. **Doc. LXXX** -
20 Quanto aos Documentos nº 79 e 87 - Do Presbitério de Ceres; nº 80 - Do Presbitério
21 de Goiânia; nº 91 - Do Presbitério Oeste de Goiânia; nº 93 - Do Presbitério de
22 Cuiabá; nº 130 - Do Presbitério Sudoeste de Goiás; nº 143 - Do Presbitério Alto do
23 Araguaia, indicando nomes dos Pastores: Reverendos Marcos Campos Botelho,
24 Carlito Pereira da Silva, Wagton Lima Silva, José de Brito Cabral, Eudócio Mendes
25 dos Santos Júnior e José Gonçalves de Siqueira; indicando nomes dos Presbíteros:
26 Marcos Argolo, Lucas de Campos Cunha e Sérgio Laércio Rocha, para a JURET-
27 SPBC (Seminário Presbiteriano Brasil Central). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o
28 Rev. Eudócio Mendes dos Santos Júnior, com mandato até a CE-SC/IPB de 2001, e
29 seu suplente o Rev. Wagton Lima Silva; Nomear o Rev. José Gonçalves de
30 Siqueira, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev. Carlito
31 Pereira da Silva; Nomear o Rev. Marcos Campos Botelho, suplente do Rev. Luiz

⁹⁷ Agradecimentos

⁹⁸ Doc. LXXIX Indicação de nomes para o CD do CE XV de Novembro

1 Carlos Riccioppo (CE-94-058), com mandato até a CE-SC/IPB de 1998. Nomear o
2 Pb. Marcos Argolo, suplente do Pb. João Marciano Neto (CE-94-058), com mandato
3 até a CE-SC/IPB de 1999⁹⁹. **Doc. LXXXI** - Quanto ao Documentos nº 89 - Do
4 Presbitério Vale do Manhuaçu; nº 94 - Do Presbitério Eldorado; nº 97 - Do
5 Presbitério de Juiz de Fora; nº 134 - Da JET, capeando solicitação da JURET-DNE,
6 indicando nomes dos Pastores: Reverendos Elimar Soares da Silva, Eliezer
7 Monteiro Reis, Edgar Henrique de Melo César, Carlos Caldas Ribeiro Filho;
8 indicando nomes dos Presbíteros: Gidião Câmara e Natanael de Oliveira, para a
9 JURET-DNE (Seminário Presbiteriano Rev. Denoel Nicodemos Eller). A CE-SC/IPB
10 resolve: 1) Nomear o Rev. Elimar Soares da Silva, com mandato até a CE-SC/IPB
11 de 2000, e seu suplente o Rev. Edgar Henrique de Melo César; 2) Determinar que o
12 SE-SC/IPB oficie aos Presbitérios da região de jurisdição do SPDNE, solicitando
13 nomes de suplentes (dois pastores e um presbítero); 3) Dar poderes à Mesa - CE-
14 SC/IPB para que supra as vagas existentes; 4) Quanto ao Doc. 134, considerá-lo
15 prejudicado por não atender o Regimento Interno dos Seminários/IPB¹⁰⁰. **Doc.**
16 **LXXXII** - Quanto ao Documentos nº 82 - Do Presbitério Norte Paulistano; nº 86 - Do
17 Presbitério Unido; nº 90 - Do Presbitério de São Caetano do Sul, indicando nomes
18 dos Pastores: Reverendos Reginaldo Campanati Antunes, Carlos Aranha Neto,
19 Hilton Figueiredo de Oliveira, Jaime dos Reis Sant'Anna, Rubens de Souza Castro e
20 Samuel de Souza Júnior; indicando nomes dos Presbíteros: Ernani Garcia Gouveia,
21 Paulo Rangel do Nascimento e Vagner Antônio Sanaiote, para a JURET-JMC
22 (Seminário Presbitério Rev. José Manoel da Conceição). A CE-SC/IPB, 1)
23 Considerando que a resolução CE-94-056 não contemplou a nomeação de suplente
24 para o Pb. Adilson Neves, conforme estabelecido no Regimento Interno dos
25 Seminários da IPB, embora houvesse indicações; 2) Considerando a necessidade
26 de renovação de mandato de um de seus pastores; Resolve: Nomear o Pb. Ivan
27 Edson Ribeiro Gomes, como suplente do Pb. Adilson Neves, até a CE-SC/IPB de
28 1999, dentre os nomes indicados naquela ocasião. Nomear o Rev. Rubens de
29 Souza Castro, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev.
30 Reginaldo Campanati Antunes¹⁰¹. **Doc. LXXXIII** - Quanto aos Documentos nº 95 - Do

⁹⁹ Doc. LXXX Indicações de nomes para JURET SPBC

¹⁰⁰ Doc. LXXXI Indicações de nomes para JURET DNE

¹⁰¹ Doc. LXXXII indicações de nomes para JURET JMC

1 Presbitério da Guanabara; nº 96 - Do Presbitério Rio Norte; nº 118 - Do Presbitério
2 Carioca, indicando nomes dos pastores: Reverendos Thiago Rodrigues Rocha, Ely
3 Gonçalves, Isaías Celestino dos Santos e Carlos Anteberg de Oliveira; indicando
4 nomes dos Presbíteros: Luiz André Jóia, Lysias Kerr e Eduardo Antônio de Mello
5 Freitas, para a JURET-RJ (Seminário Presbiteriano do Rio de Janeiro). A CE-
6 SC/IPB, considerando a estrutura existente: Titulares: Rev. Lael Viana de Alcântara
7 - com mandato até a CE-SC/IPB de 1997; Pb. Jonas de Souza Machado - com
8 mandato até a CE-SC/IPB de 1996; PB. Guaracy Albuquerque Maranhão - com
9 mandato até a CE-SC/IPB de 1998. Suplentes: Rev. Eliseu Samuel de Matos, Pb.
10 Elson Augusto de Almeida, PB. César Pedro Heckert. Resolve: Nomear o Rev.
11 Thiago Rodrigues Rocha, com mandato até a CE-SC/IPB de 1999, e seu suplente o
12 Rev. Carlos Anteberg de Oliveira. Nomear o Rev. Isaías Celestino dos Santos, com
13 mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev. Ely Gonçalves¹⁰². **Doc.**
14 **LXXXIV** - Quanto ao Doc. 92 - Do Presbitério de Campinas indicando nomes dos
15 Presbíteros: Eduardo Lane e Sérgio Abner Costa Ferreira, para a JURET-SPS
16 (Seminário Presbiteriano do Sul). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o Pb. Eduardo
17 Lane, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Pb. Sérgio Abner
18 Costa Ferreira¹⁰³. **Doc. LXXXV** - Quanto ao Doc. 144 - Relatório do Presidente do
19 Instituto Presbiteriano Nacional de Educação - Aprovado em seus termos: "A CE-
20 SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho desenvolvido no instituto; 2) Reconhecer a
21 presteza da diretoria do IPNE para defendê-lo diante da pendência judicial; 3)
22 Tomar conhecimento do orçamento elaborado"¹⁰⁴. **Doc. LXXXVI** - Quanto ao Doc. 51
23 - Plano Previdenciário para Pastores - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB: 1)
24 Considerando a amplitude, a necessidade e pertinência da matéria; 2)
25 Considerando o trabalho apresentado pela Comissão nomeada pelo SC/IPB; 3)
26 Considerando que o momento exige cautela e reflexão e para não se precipitarem
27 decisões sem que primeiro se conheça a lei previdenciária em tramitação no
28 Congresso Nacional; Resolve: a) Receber o material elaborado pela Comissão
29 nomeada pelo SC-94; b) Nomear Comissão permanente para continuar o trabalho
30 dentro da perspectiva de complementação de aposentadoria pastoral, composta dos

¹⁰² Doc. LXXXIII indicações de nomes para JURET RJ

¹⁰³ Doc. LXXXIV indicações de nomes para JURET SPS

¹⁰⁴ Doc. LXXXV Relatório do Presidentes do IPNE

1 irmãos: Titulares: Pb. Renato Piragibe, Rev. Noé de Paulo Ramos, Pb. Orlando
2 Pereira Braga, Rev. Honório Theodoro Neto, Pb. Hermes Peyneau. Suplentes: Pb.
3 Custódio Pereira e Rev. Arival Dias Casimiro. TRABALHO DESENVOLVIDO (pela
4 comissão Plano Previdenciário para Pastores) A. Regulamento do Fundo de
5 Assistência Pastoral. Art.1º - Denomina-se 'Fundo de Assistência Pastoral' os
6 valores depositados em conta de poupança conjunta vinculada, onde o obreiro,
7 primeiro titular, a movimenta em conjunto com os responsáveis pela fonte pagadora.
8 Parágrafo único - O "Fundo de Assistência Pastoral" foi instituído pela CE-85-022,
9 com a definição de nome no SC-94-101, Doc. CXXIII. Art.2º - O Fundo constituir-se-
10 á de recursos oriundos dos depósitos de 8% (oito por cento) do sustento pastoral
11 mensal, excluídas as ajudas a qualquer título, às expensas da fonte pagadora, em
12 instituição de crédito oficial. Parágrafo único - Define-se como 'fonte pagadora' a
13 instituição jurídica, ou órgão da IPB, que for responsável pelos pagamentos do
14 sustento mensal do obreiro, tal como: Igreja, Presbitério, Junta de Missões
15 Nacionais, Junta de Missões Estrangeiras, Seminários e etc. Art.3º - A fonte
16 pagadora liberará os saques, parciais ou totais, somente nos seguintes casos: a)
17 Efetive-se a jubilação pelo Supremo Concílio ou Comissão Executiva da IPB. b)
18 Aposentar-se por tempo de serviço, invalidez ou idade. C) Transferir-se para outra
19 Igreja ou Campo missionário da IPB. d) Para aquisição de moradia própria, terreno
20 ou construção civil. e) Por falecimento. f) Participação em Fundo de Previdência
21 Privado aprovado pela IPB. g) Outro motivo a critério da fonte pagadora, mediante
22 pedido por escrito. Parágrafo único - Em caso de falecimento os direitos serão
23 liberados à esposa, e na falta desta aos herdeiros legais. Art.4º - Nos casos de
24 depósitos efetuados em atraso pela fonte pagadora, obedecer-se-á ao seguinte: a)
25 Até 180 dias de atraso - Multa de 10% (dez por cento) mais correção e juros de
26 poupança. b) Acima de 180 dias de atraso e menos de 1 (um) ano - Multa de 20%
27 (vinte por cento) mais correção e juros de poupança. c) Atrasos acima de 360 dias -
28 Quando ocorrer o atraso de 1 (um) ano e os depósitos dos meses subseqüentes
29 não tiverem sido recolhidos, far-se-á a regularização mediante o depósito do
30 equivalente ao valor do sustento mensal do mês de pagamento, acrescido de 30%
31 (trinta por cento) de multa. Parágrafo único - Em casos de calamidades
32 emergenciais que afetarem às finanças da fonte pagadora, permitir-se-á o acordo
33 entre as partes, quanto ao valor da multa, sem prejuízo do valor principal corrigido,

1 acrescido de juros, pelos índices da poupança. Art.5º - Será facultado, mediante
2 acordo, entre a fonte pagadora e o Obreiro participante de Fundo de Previdência
3 Privado aprovado pela IPB, o depósito dos valores estipulados no Art.2º, em
4 ‘PLANO SUPLEMENTAR’, que permita aumentar o nível de benefício para a
5 aposentadoria, ou a devolução dos valores acumulados em caso de cancelamento.
6 Art.6º - Se por motivos totalmente incontornáveis, não for possível constituir o
7 Fundo, dentro das normas aqui estabelecidas, permitir-se-á a fonte pagadora reter
8 os valores dos depósitos em conta de poupança em seu próprio nome para fazer
9 face ao pagamento do Obreiro por ocasião de direito de saque, ou de sua mudança
10 de campo. Art.7º - Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão deliberativo da
11 fonte pagadora. Art.8º - Este regulamento poderá ser reformado ou emendado pelo
12 Supremo Concílio, ou sua Comissão Executiva, por iniciativa própria ou proposta. B.
13 Planos de Saúde / Convênios - Considerando a grande extensão do território
14 brasileiro e a dificuldade de avaliar o atendimento satisfatório, por parte das
15 entidades privadas de assistência à saúde, por meio de convênios. Considerando
16 que as particularidades pessoais de obreiros e as vantagens oferecidas por
17 empresas regionais idôneas, tem peso diferenciado, numa definição a nível
18 nacional. Recomendamos: 1) Que as ‘Fontes Pagadoras’ - Igrejas, Presbitérios,
19 órgãos da IPB - providenciem convênios, de preferência com instituições de âmbito
20 nacional, idôneas, para atendimento aos obreiros e sua família, sempre que
21 possível patrocinando todo o custo do convênio. Nos casos totalmente impossíveis
22 de cobertura do ônus pela Fonte Pagadora, proceder-se-á o convênio com o custo
23 distribuído entre as partes, e excepcionalmente com empresas regionais que a
24 ofereçam bom atendimento e sejam confiáveis. 2) A Fonte Pagadora será
25 responsável pelo pagamento do convênio, mesmo que seja plano individual e
26 quando for o caso de parceria, descontará do sustento pastoral do obreiro a parte
27 devida, fazendo o pagamento integral do convênio. A omissão deste procedimento
28 responsabilizará a Fonte Pagadora, pela cobertura das despesas de qualquer
29 atendimento da saúde, se houver suspensão do convênio pelo não pagamento ou
30 atraso. 3) Os presbitérios devem fiscalizar para que as Igrejas cumpram esta
31 determinação, inclusive no caso dos pastores efetivos, prestando ajuda às Igrejas e
32 ou obreiros menos favorecidos financeiramente. 4) Cabe à Junta Patrimonial
33 Econômica e Financeira, orientar e fiscalizar, os órgãos da IPB, no cumprimento

1 desta determinação, preferencialmente, com recursos próprios. C. Projeto de Fundo
2 de Previdência Privada e Seguridade - Este tema suscita a abordagem em três
3 áreas a saber: a) Contribuição obrigatória do obreiro para o INSS - Esta
4 contribuição continuará devida, conforme decisões conciliares anteriores, acrescido
5 das seguintes recomendações: 1) que a Fonte Pagadora providencie o pagamento
6 das contribuições do obreiro, efetuando o desconto da parte devida pelo mesmo,
7 quando for o caso, de seus rendimentos mensais. 2) Que os obreiros ao
8 preencherem o tempo necessário em cada faixa de contribuição, iniciem sua
9 contribuição na faixa seguinte, possibilitando alcançar o teto de contribuições e
10 obtenham aposentadoria com valores maiores. Esta medida é benéfica, em caso de
11 invalidez, recebendo o obreiro benefício sobre valores maiores e evitando que a
12 família fique mal assistida como tem acontecido com alguns. 3) Que os presbitérios
13 orientem os seus obreiros sobre a necessidade de mudanças na escala de
14 contribuições e fiscalizem o cumprimento desta determinação do SC/IPB, incluindo
15 os obreiros cedidos para trabalho na área de ensino, educação, evangelização,
16 etc. e mesmos os que estiverem em licença por algum motivo. 4) Que as Instituições
17 e órgãos da IPB, auxiliem os presbitérios, orientando os obreiros no cumprimento
18 desta obrigação e prestando as informações necessárias aos concílios de origem de
19 seus obreiros. Fica claro e definido, que a participação em Fundos de Previdência
20 Privada não isentará o obreiros dos pagamentos de contribuições para o INSS. b) A
21 participação em Fundo de Previdência para complementação da aposentadoria; c)
22 Pagamento de seguro para cobertura de prêmio nos casos de invalidez, morte
23 natural ou acidental (*Ver CE-96-100 - Doc. C*)¹⁰⁵. **Doc. LXXXVII** - Pedido para se
24 retirar em definitivo, do Rev. Fernando Luís Andrade de Freitas - Aprovado. **Doc.**
25 **LXXXVIII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Luiz Lopez - Aprovado. **Doc.**
26 **LXXXIX** - Quanto ao Doc. 128 - Comunicação da JMN sobre participação no Plano de
27 Ação e Solicitação para Organização de Presbitério. A CE-SC/IPB resolve: 1)
28 Tomar conhecimento; 2) Determinar aos Sínodos que façam os respectivos
29 mapeamentos até a próxima reunião ordinária da CE-SC/IPB; 3) Aprovar a
30 organização de um novo Presbitério no Pará, incorporando as Igrejas: 3.1) São
31 Geraldo do Araguaia, 3.2) Conceição do Araguaia, 3.3) Redenção, 3.4) Xinguara,
32 3.5) Parauebas e 3.6) Ourilândia do Norte; 4) Sugerir o nome de Presbitério de

¹⁰⁵ Doc. LXXXVI Plano Previdenciário para Pastores

1 Carajás para o novo Concílio; 5) Indicar o Sínodo Tropical para jurisdicionar o novo
2 Presbitério, autorizando desde já ao referido Sínodo dar os passos necessários para
3 a organização¹⁰⁶. **Doc. XC** - Quanto ao Doc. 136 - Planejamento Anual da IPB -
4 IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - PLANEJAMENTO ANUAL DA IPB -
5 MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO: PLANTANDO IGREJAS (JMN. JME. CNE. CRIE) 1)
6 OBJETIVO GERAL: “CRESCER PLANTANDO IGREJAS” - 2) OBJETIVO
7 ESPECÍFICO: “Mobilização das igrejas locais com vista à duplicação do número de
8 igrejas até o ano 2.000”.- 3) ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO: 1) Congresso
9 Nacional de Evangelização e Missões: 12 a 16 de abril de 1.995 Salvador BA; 2)
10 Simpósios Regionais da CNE sobre “Plantação de Igrejas”; 3) Conferência
11 Missionária Nacional para plantadores de Igrejas: 14 a 17 de novembro de 1.995 -
12 local: Serra Negra - São Paulo - SP (Doc. anexo 01); 4) Encontro de Secretários de
13 Missões (JMN, JME) Região Sudeste: 29/09 a 01/10/95. Local: Acampamento
14 Mackenzie Cabuçu SP; 5) Encontro Nacional de Secretários de Missões (JMN,
15 JME).06 a 09 de junho 1996. Local: Instituto Gammon - Lavras MG; 6) Encontro
16 de Missionários da JME - 12 a 14 de janeiro de 1996. Local: Acampamento
17 Mackenzie - Cabuçu SP; 7) Divulgação: a) Jornais e Revistas e Periódicos: Brasil
18 Presbiteriano, Ultimato, Vinde Informa, SAF em Revista, e outros; b) Radio e TV; c)
19 Seminários e Institutos Bíblicos da IPB; d) Encontros e Congressos de Federações
20 e Confederações; 8) Produzir estudos sobre: Evangelização, Discipulado e
21 Plantação de Igrejas através da CECEP, para Escolas Dominicais. 4)
22 ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO: 1) Pela JMN: a) Organização de 19 Igrejas
23 em 1995 os Estados: MS, MT, MA, PA, BA, RS, PR, GO e AC; b) abertura de 50
24 novos campos em 1995; c) Organização de 01 Presbitério no Estado do Pará; 2)
25 Pela JME: a) Projeto Ghana (África): a.1) Organização de 03 Igrejas nos seguintes
26 locais: Koni, Nabukorá, Rio Volta; a.2) Construção de 01 Casa pastoral e um Posto
27 Missionário, incluindo uma clínica e uma Escola. a3. Tradução parcial do NT, no
28 dialeto Lisachuin; b) Construção de Templo, Casa Pastoral e compra de um terreno
29 em Cochabamba - Bolívia; c) Construção de um Templo em Santa Rita - Paraguai;
30 d) Organizar a Igreja Presbiteriana do Paraguai, com o apoio da IPB e da Igreja
31 Presbiteriana Coreana; 3) Pela CNE: Mapeamento da presença presbiteriana no
32 território brasileiro, para fins de ocupação dos espaços vazios; 4) Pela CRIE: a)

¹⁰⁶ Doc. LXXXIX Comunicação da JMN sobre participação no Plano de Ação

1 Cooperar com a Igreja Presbiteriana Argentina, através da CRIE e JME, para
2 formação de liderança e plantação de igreja; b) Efetivar os Projetos de plantação
3 de igrejas com a participação da JMN, firmando acordos, através de parcerias, com
4 igrejas de doutrina Calvinista Reformada. Para alcançar os objetivos propostos e as
5 estratégias estabelecidas, propõe-se criar: “COORDENADORIA DE EVENTOS DA
6 IPB” (Doc. anexo 02). - EDUCAÇÃO TEOLÓGICA - 1) Objetivos específicos: 1)
7 Melhorar o preparo do corpo docente com pós-graduação e uma educação
8 continuada; 2) Atualizar, modernizar e informatizar as bibliotecas dos seminários; 3)
9 Alterar a estrutura administrativa interna dos seminários incluindo a congregação de
10 professores. (Anexo); 4) Promover construção, reformas, melhorias e conservação
11 das instalações físicas dos seminários; 5) Determinar aos concílios e seminários o
12 cumprimento das normas de ingresso de candidatos ao ministério. 2) Estratégias:
13 2.1 - Divulgação: 1) Divulgar as normas de ingresso aos seminários; 2) Incentivar os
14 concílios da IPB a enviarem candidatos apenas aos seminários da IPB. 2.2)
15 Implementação: Obter doações de livros de editores, entidades ou particularidades.
16 Promover programas de treinamento para leigos (evangelistas, etc.). Propiciar as
17 condições para os docentes dos seminários realizarem cursos de pós-graduação.
18 Estabelecer o nível de exigência da titulação acadêmica dos docentes a serem
19 contratados. Obter mais recursos para melhorar os salários dos docentes. -
20 SECRETARIA GERAL DO TRABALHO FEMININO - 1) Objetivos específicos: 1)
21 Acompanhar todas as atividades do trabalho feminino em todo o território nacional;
22 2) Empenhar-se, juntamente com a liderança do trabalho feminino, na obra
23 missionária colaborando com os “plantadores de igrejas” para o crescimento do
24 trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização do ensino e da Ação Social; 3)
25 Continuar melhorando a “SAF em Revista” quanto à sua qualidade, visando a
26 informação e a formação integral da mulher. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação.
27 Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais contribuindo para a
28 unidade do Trabalho Feminino em todo o Brasil. Valorizar nosso sistema de
29 doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários. Divulgar no
30 Trabalho Feminino a prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este
31 Quatriênio. 2.2) Implementação. Zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos
32 princípios da doutrina evangélica reformada calvinista. Utilizar o Kit de discipulado
33 impresso pela CEP no trabalho de evangelização. Oferecer pessoal qualificado na

1 obra educacional. Auxiliar as obras assistenciais, os Campos Missionários e as
2 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. Eunice Souza da Silva - Secretária
3 Geral do Trabalho Feminino; - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SAFs - 1)
4 Objetivos específicos: 1) Renovar para rever a Ética Cristã da mulher presbiteriana
5 nos dias atuais através do conhecimento da sã doutrina; 2) Organizar o trabalho
6 feminino nas igrejas do Paraguai. 2) Estratégias: 2.1) Divulgação. Fazer-se presente
7 nos diversos congressos de Missões e Evangelismo e CONEAS, através de suas
8 secretárias de causa. Divulgar internamente a “SAF em Revista”, visando aumentar
9 o número de assinaturas e chegando a alcançar a tiragem de 50.000 exemplares.
10 2.2) Implementação. Organizar as SAFs de San Lorenzo e Concepción no Paraguai.
11 Reorganizar a SAF de Assunción no Paraguai. Usar 20% do orçamento da
12 Confederação Nacional para trabalho de Assistência Social. Myrthes Silva -
13 Presidente. - SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - 1) Objetivos
14 específicos: 1) Informar e formar a consciência do Homem Presbiteriano; 2) Buscar
15 meio e modos de realizar um trabalho integrado entre o Trabalho Masculino,
16 Feminino e Mocidade; 3) Buscar cooperação recíproca entre as sociedades internas
17 das igrejas locais. 2) Estratégias: 2.1 – Implementação:. Dotar o Trabalho Masculino
18 de um órgão de informação. Realizar trabalhos integrados entre o Trabalho
19 Masculino, Feminino e de Mocidade. Pb. Alberto Rodrigues Roque – Secretário Geral
20 do Trabalho Masculino - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS HOMENS
21 PRESBITERIANOS - 1) Objetivos específicos: 1) Incentivar a prática de
22 “Santificai-vos... e sede avivados no Senhor (Hc.3:2); 2) Editar
23 uma revista para os homens presbiterianos. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação:
24 Promover encontros da família presbiteriana 2.2) Implementação: Estabelecer uma
25 sede nacional do trabalho masculino. Dar prosseguimento ao PROJETO
26 BANDEIRANTES DA FÉ “ JOSÉ MANOEL DA CONCEIÇÃO”. Distribuir 5.000 Bíblias
27 Pb. Adonias Campos Breder - Presidente. - SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE -
28 1) Objetivos específicos: 1) Ajudar ao trabalho da Confederação Nacional da
29 Mocidade e manter contato com os Secretários Sinodais; 2) Coordenar, ao lado dos
30 demais Secretários Gerais, o 1 Encontro Nacional de secretários Sinodais; 3)
31 Organizar Confederações Sinodais. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação. Supervisionar
32 a edição trimestral do jornal MOCIDADE. Colaborar com a edição trimestral do
33 suplemento JOVEM PRESBITERIANO. 2.2) Implementação: Solicitar aos

1 Secretários Sinodais que organizem as Confederações da Mocidade: Setentrional,
2 Brasília, Pampulha - BH, Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do
3 Brasil, Brasil Central, Matogrossense, Santos/Borda do Campo. Participar dos
4 eventos do Calendário Oficial de atividades da Confederação Nacional da Mocidade
5 Presbiteriana. Rev. Enos Moura - Secretário Geral da Mocidade. -
6 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA MOCIDADE DA IPB - 1) Objetivos específicos: 1)
7 Dobrar o número de jovens presbiterianos nas UMPs, Federações e Sinodais
8 (evangelização; jovens afastados; jovens desmotivados); 2) Promover o
9 desenvolvimento do trabalho da mocidade a nível local, presbiterial, sinodal e
10 nacional; 3) Atuar em conjunto com órgãos da IPB, tais como Confederação
11 Nacional das SAFs, das UPHs, Secretaria Geral de Adolescentes, Juntas etc. 2)
12 Estratégias: 2.1 - Divulgação: Divulgar as notícias da Nacional e das regionais
13 através do Jornal da Mocidade, em conjunto com a Secretaria Geral, além de usar o
14 Brasil Presbiteriano, boletins e outros meios de comunicação. Conscientizar a
15 mocidade quanto à missões, evangelismo e dízimos, como deveres de todo cristão;
16 2.2) Implementação: Criar ou Reorganizar as sinodais e federações. Treinar líderes
17 em nível regional e nacional pelo menos 60 jovens a fim de prepará-los para dirigir o
18 trabalho nos sínodos e na Nacional; Lúcio F. Lima - Presidente. - SECRETARIA
19 GERAL DO TRABALHO DA ADOLESCÊNCIA - 1) Objetivos específicos: 1)
20 INTEGRAÇÃO: "TEMPO DE DESPERTAR" 2) Estudar viabilidade da organização
21 da Confederação Nacional de Adolescentes e eleição da primeira diretoria nacional
22 de UPAs. 2) Estratégias 2.1 - Divulgação. Continuar com a publicação do
23 Suplemento Adolescente do Brasil Presbiteriano (4 edições anuais). Continuar com
24 a publicação do Jornal dos Adolescentes (edições bimestrais) 2.2) Implementação.
25 Realizar Encontros Regionais (reúns 95 e 97). Realizar Congressos (nauta 96 e
26 98). Produzir literatura para líderes e adolescentes. Rev. Armando Araújo Silvestre -
27 Secretário Geral do Trabalho da Adolescência. - SECRETARIA GERAL DO
28 TRABALHO DA INFÂNCIA - 1) Objetivos específicos: 1) Produzir histórias bíblicas
29 para Retroprojektor; 2) Lançar um álbum de figurinhas bíblicas; 3) Produzir fitas de
30 vídeo com líderes de crianças, em âmbito nacional; 4) Lançar, em conjunto com a
31 CEP, uma revista de orientações e sugestões de trabalho para as UCPs. 2)
32 Estratégias: 2.1 - Divulgação. Visitar os nossos Seminários e Institutos Bíblicos
33 despertando nos futuros pastores e obreiros o desejo de trabalharem com as

1 crianças. Trabalhar com bonecos junto ao público infantil. 2.2) Implementação:
2 Organizar cinco (5) encontros regionais, onde serão levadas sugestões, mostrando
3 a importância do manual unificado. Produzir uma cantata infantil. Coordenar o
4 Jornal Criança Presbiteriana (suplemento do Brasil Presbiteriano) Rev. Josué Alves
5 Ferreira - Secretário Geral do Trabalho da Infância. - SECRETARIA GERAL DE
6 MÚSICA - 1) Objetivos específicos: 1) Promover cursos e encontros para regentes,
7 instrumentistas, cantores e líderes, envolvidos diretamente no trabalho musical das
8 igrejas; 2) Criar Estatutos e Regimentos da Secretaria; 3) Publicar partituras de boa
9 qualidade; 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação. Buscar alcançar pastores e seminários
10 teológicos, envolvendo-os nas importantes questões relacionadas à música na
11 igreja dos nossos dias. Trabalhar em comunhão estreita com a “Comissão de
12 Liturgia e Música”, sempre que possível fazendo-se presente em suas reuniões de
13 trabalho e vice-versa. 2.2) Implementação. Publicar músicas de boa qualidade, mas
14 de menor dificuldade técnica, para vozes jovens, coros em uníssono, a duas ou a
15 três vozes, repertório mais próximo da realidade dos conjuntos vocais de nossas
16 Igrejas. Publicar “Anexos ao HP”, que o enriqueçam e o complementem,
17 preocupando-se especialmente com músicas para assuntos pouco ou nada
18 abordados no atual hinário. Trabalhar na publicação dos 150 salmos do “Saltério de
19 Genebra”, em Português, acompanhados por 150 outros, relativos de compositores
20 contemporâneos, preferencialmente brasileiros. Ministrando cursos por todo o território
21 nacional, fornecendo aos músicos sacros material e subsídio técnico para melhor
22 desenvolverem seu trabalho onde estão colocados. Maestro Parcival Módulo -
23 Secretário Geral de Música. - COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO
24 SOCIAL - 1) Objetivos específicos 1) Alertar e aprofundar a consciência da Igreja
25 para as questões sociais estimulando-a a colocar suas dependências a serviço da
26 sociedade; 2) Articular e intermediar junto às igrejas e concílios os projetos:
27 “Compensar e “Socorro Urgente”. 2) Estratégias 2.1 - Divulgação. Realizar quatro
28 congressos, sendo três regionais e um nacional visando estimular crentes a se
29 envolverem no resgate social das pessoas carentes ao redor de suas igrejas. Tema
30 dos Congressos: “Fazer, para fazer diferença: Nosso desafio para o ano 2000. “.
31 Veicular artigos no Brasil Presbiteriano e em outros meios de comunicação visando a
32 conscientização 4a questão social. Produzir uma cartilha de orientação filantrópica
33 para uso das igrejas. 2.2) Implementação Projeto Compensar - visa localizar e

1 assistir as viúvas de pastores, intermediando “apadrinhamentos” por igrejas,
2 concílios e outras entidades nacionais e internacionais, através das fases: 1) Ação
3 Provar: Localização e levantamento de endereços das pessoas a seres assistidas 2)
4 Ação Conhecer: Cadastrar e triar as necessidades urgentes do público alvo; 3) Ação
5 Experimentar: Conscientizar e intermediar recursos de pensão e socorro às viúvas
6 necessitadas. Projeto Socorro Urgente - Contatar e cadastrar 50 igrejas em todo o
7 território nacional e com elas firmar convênio de cooperação. Estas igrejas ficarão
8 em estado de alerta para o atendimento às vítimas de catástrofes. 1) Divulgar
9 amplamente o projeto em todas as igrejas do território nacional; 2) Levar as igrejas
10 locais a cooperarem com eventuais vítimas de catástrofes, principalmente com
11 igrejas e membros de igrejas vitimados. Rev. Honório Theodoro Neto - Presidente.
12 CONSELHO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING - 1) Objetivos específicos: 1) Criar
13 ou atualizar a marca e logotipo da IPB visando a unidade de comunicação; 2)
14 Desenvolver campanhas de outdoors nas cidades e de painéis nas estradas,
15 “vendendo” a imagem institucional da IPB; 3) Desenvolver campanha de radio,
16 veiculações nacionais de 15 a 30 segundos com mensagens oportunas (informando
17 sobre os eventos, o calendário etc.) e institucionais; 4) Desenvolver também, a nível
18 nacional, campanha com mensagens de 15 a 30 segundos nas redes de televisão,
19 dando sustentação aos objetivos divulgados nos outros veículos; 5) Acertar
20 parcerias com empresas de irmãos e também centrais de outdoors, painéis, redes
21 de rádio, redes de televisão, instituições financeiras, seguradoras e cartões de
22 crédito; 2) Estratégias; 2.1 - Quanto ao jornal Brasil Presbiteriano. Manter a edição
23 do jornal Brasil Presbiteriano no formato atual com os suplementos para cada
24 segmento da Igreja, objetivando a integração da família presbiteriana. Promover a
25 integração nacional através de cadernos regionais encartados nas edições normais.
26 Informatizar a redação para agilizar a produção do jornal, suplementos regulares e
27 cadernos especiais. Motivar os diversos setores da igreja para a provisão dos
28 conteúdos a serem editados nos respectivos suplementos. Criar um setor de
29 promoção para fomentar o aumento do número de assinantes e estimular a leitura
30 do jornal, suplementos e cadernos. Implantar a venda avulsa em livrarias e bancas
31 ligadas a membros da IPB. Dinamizar a captação de publicidade visando ao
32 crescimento do jornal. Empreender esforços no sentido de que cada família se tome
33 assinante do jornal Brasil presbiteriano. 2.2) Quanto ao Conselho de Educação

1 Cristã e Publicações da IPB. Trabalhar a imagem da Editora Cultura Cristã dentro e
2 fora da IPB. Produzir até o fim de 1995, 200 mil exemplares da Revista da Escola
3 Dominical. Introduzir o serviço de Telemarketing. Melhorar a distribuição de
4 terceiros. Vender os livros em estoque com novas capas e colocados em promoção.
5 Projetos especiais - Encontros regionais de professores e líderes de Escola
6 Dominical. Encontro com todos os que produzem revistas de Escola Dominical para
7 uma distribuição ou colaboração harmônica e fraterna de todo material produzido.
8 2.2.1 - Instrumentos de divulgação (Mídia). Contrato já feito com a Revista Ultimato,
9 em página nobre. Triagem de 14 mil exemplares. Contrato já feito com o jornal
10 Liderança, da SEPAL. Triagem de 72 mil. Contrato com o programa "Pare e Pense",
11 do Rev. Caio Fábio. Produção e envio de folders, capas de livros e listas de preços.
12 Observação: A Editora Cultura Cristã (CEP) não está mais no vermelho. A
13 credibilidade da mesma junto à Igreja já melhorou bastante. Estamos investindo 3%
14 do faturamento bruto mensal em marketing. 2.3) Quanto à LUZ PARA O CAMINHO.
15 Rádio - Manter os programas de rádio inclusive para outros povos de língua
16 portuguesa, incentivando um maior número de igrejas a se filiarem à rede LPC -
17 IPB, colocando como meta, pelo menos, 1 programa em cada capital brasileira. TV -
18 Expandir a produção e veiculação do programa Cada Dia. Motivar os membros e
19 igrejas locais a cooperar com LPC na construção e remodelação do seu
20 equipamento de televisão. Spots - Produzir de Spots (pequenas mensagens) para
21 rádio e TV. Disquepaz - Manter o sistema Disquepaz e Telestória. Cada Dia -
22 Utilizar o Cada Dia para maior incentivo ao culto doméstico e à devoção pessoal.
23 CALENDÁRIO UNIFICADO DAS SECRETARIAS GERAIS. Dentro do espírito do
24 crescimento integral e integrado da Igreja, proposto no "Planejamento para o ano
25 2000 e Realizando Já", a Comissão de Consolidação dos Planos e Calendário da
26 IPB, formada pelos Secretários Gerais e Presidentes das Confederações Nacionais,
27 organizam o seguinte calendário: 1995/1996 - SECRETARIA GERAL DO
28 TRABALHO FEMININO - PLANO DE ATIVIDADES PARA O QUADRIÊNIO - 1994 -
29 1998 - METAS: 1º) "ESTAR JUNTO COM" - Acompanhar a Confederação Nacional
30 em todas as atividades, em todo o território nacional: reuniões de Diretoria, da
31 Comissão Executiva, Congressos, reuniões inspirativas, visitas especiais. - Manter
32 contato regular com a Diretoria da Confederação, ouvindo os anseios e
33 reivindicações e solicitando as providências junto ao Supremo Concílio para as

1 soluções que se fizerem necessárias. - Incentivar a prática do Tema: “Louvor que
2 Renova” - ser a companheira que anima, tranqüiliza e soma esforços para que as
3 SAFs cooperem para o fortalecimento e o crescimento da Igreja, como parte
4 integrante dela. 2º) Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais, a
5 fim de ajudá-los em suas atividades, contribuindo para a unidade do Trabalho
6 Feminino em todo o Brasil. 3º) Manter contato com os Secretários Gerais da UCP,
7 UPA, UMP, UPH para troca de idéias e planos de trabalho conjunto. 4º) SAF em
8 Revista: não medir esforços ao lado da Confederação Nacional, para melhorar cada
9 vez mais a SAF em Revista, quanto a sua qualidade, visando a informação e a
10 formação integral da mulher presbiteriana. Para tanto: a) acompanhar o trabalho da
11 Secretaria de Imprensa da Confederação Nacional, quanto à seleção e preparo do
12 material a ser publicado; b) zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos princípios
13 da doutrina evangélica reformada calvinista que professamos; c) manter contato
14 permanente com a Editora Cultura Cristã para a presteza e aprimoramento na
15 elaboração, publicação e distribuição da revista. 5º) Incentivar o Trabalho Feminino
16 na Prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este Quadriênio - valorizar
17 nosso sistema de doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários
18 - empenhar-se na obra missionária colaborando com os “plantadores de Igrejas”
19 para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização
20 (disciplinado), do ensino (oferecendo pessoal qualificado na obra educacional), da
21 Ação Social (auxiliando as obras assistenciais, os Campos Missionários, as
22 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. SECRETARIA GERAL DA
23 MOCIDADE - SÍNTESE DA PROPOSTA DE TRABALHO PARA 1995 - I - OBJETIVO
24 GERAL - Dar apoio ao trabalho da Confederação Nacional da Mocidade e manter
25 contato com os Secretários Sinodais, a fim de ajudá-los em suas atividades. II -
26 OBJETIVOS ESPECÍFICOS - 1) Escrever para todos os Presidentes de Sínodos,
27 solicitando seu empenho no sentido de que a escolha dos Secretários Sinodais, em
28 julho de 1995 recaia sobre alguém que se disponha a dar todo apoio às
29 Confederações da Mocidade; 2) Escrever aos Presidentes dos Sínodos
30 mencionados a seguir, solicitando todo o empenho junto aos Secretários Sinodais,
31 no sentido de serem organizadas as Confederações da Mocidade: Setentrional,
32 Brasília, Pampulha - BH, Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do
33 Brasil, Brasil Central, Matogrossense, Santos/Borda do Campo; 3) Coordenação, ao

1 lado dos demais Secretários Gerais, o I Encontro Nacional de Secretários Sinodais,
2 convocado para Belo Horizonte - MG, de 06 a 08 de outubro de 1995; 4)
3 Supervisionar a edição trimestral do jornal MOCIDADE; 5) Colaborar com a edição
4 trimestral do suplemento JOVEM PRESBITERIANO; 6) Participar dos eventos do
5 Calendário Oficial de atividades da Confederação Nacional da Mocidade
6 Presbiteriana. SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - PROJETO DE
7 ATIVIDADES PARA 1995 - Objetivos: 1) Dotar o Trabalho Masculino de um órgão
8 de Informação com o proposto de informar e formar a consciência do Homem
9 Presbiteriano; 2) Aproximar a data de realização do Congresso Nacional dos
10 Homens com a data do Supremo Concílio de 1998; 3) Buscar meio e modos de
11 realizar um trabalho integrado entre o Trabalho Masculino, Trabalho Feminino e
12 Mocidade, descompartimentando as sociedades internas da Igreja Presbiteriana do
13 Brasil. a) Pb. Alberto Rodrigues Roque. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SAFs -
14 PLANEJAMENTO 1995 - Continuar a desenvolver o tema do Quadriênio "Louvor
15 que renova" (Sl. 103.1-10) SUBTEMA: Renovar para rever a Ética Cristã. 1) Rever a
16 postura da mulher Presbiteriana na família; 2) A mulher presbiteriana nos dias
17 atuais: a) sua postura ética na igreja; b) a mulher presbiteriana na sociedade; 3)
18 Renovação no conhecimento da sã doutrina: a) a atualidade dos Dez Mandamentos;
19 b) Catecismo Maior. METAS: Manter coeso o Trabalho Feminino. - Prestigiar o
20 trabalho estando presente em todas reuniões. - Colaborar em todos os setores e
21 propostas da Igreja em âmbito Local, Regional e Nacional. - Aumentar o número de
22 assinaturas da SAF em Revista, chegando ao número de 50.000 exemplares. -
23 Colaborar com as JME e JMN. - Usar 20% do orçamento da Confederação Nacional
24 para trabalho de Assistência Social. - Fazer-se presente nos diversos congressos
25 de Missões e Evangelismo e CONEAS, através de suas secretárias de causa.
26 DESAFIO: Organizar as SAFs de San Lorenzo e Concepción no Paraguai. -
27 Reorganizar a SAF de Assunción no Paraguai. SOLICITAÇÕES AO SUPREMO
28 CONCÍLIO - Documentos enviados: a) autonomia da SAF em Revista com a
29 supervisão da Secretaria Geral; b) autonomia sobre o Museu do Trabalho Feminino,
30 com supervisão da Secretaria Geral; c) indicação do preletor para o XIII Congresso
31 Nacional - Rev. Caio Fábio D'Áraújo Filho; d) implantação dos chamados
32 "Ministérios Presidente. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS HOMENS

1 PRESBITERIANOS - PLANEJAMENTO 1995 - TEMA PARA O ANO DE 1995:
2 “Santificai-vos..e sede avivados no Senhor” (Hc.3:2) PROJETO BANDEIRANTES
3 DA FÉ” JOSÉ MANOEL DA CONCEIÇÃO: Esta sob a coordenação de Dr. Alberto
4 Rodrigues Roque, José Tomás Maldonado Filho e Francisco Rosa da Fonseca.
5 PROJETO 20.000 BÍBLIAS: Distribuição durante o Quadriênio - ENCONTRO DA
6 FAMÍLIA PRESBITERIANA: A ser realizado por Sinodais. PROJETO “REVISTA -
7 UPH EM AÇÃO” Tem sido um desafio o projeto de uma Revista para os Homens
8 Presbiterianos. A médio prazo estamos nos utilizando do Suplemento do Brasil
9 Presbiteriano. PROJETO SEDE NACIONAL: A Diretoria da Confederação Nacional
10 juntamente com a Secretaria Geral, estão instalando um escritório na cidade de
11 Duque de Caxias - RJ, que será a Sede Nacional do Trabalho Masculino. Adonias
12 Campos - Presidente. Igreja Presbiteriana do Brasil - SECRETARIA GERAL DO
13 TRABALHO FEMININO - PLANO DE ATIVIDADES PARA O QUADRIÊNIO - 1994 -
14 1998 - METAS: 1º) “ESTAR JUNTO COM” - Acompanhar a Confederação Nacional
15 em todas as atividades, em todo o território nacional: reuniões de Diretoria, da
16 Comissão Executiva, Congressos, reuniões inspirativas, visitas especiais. - Manter
17 contato regular com a Diretoria da Confederação, ouvindo os anseios e
18 reivindicações e solicitando as providências junto ao Supremo Concílio para as
19 soluções que se fizerem necessárias. - Incentivar a prática do Tema: “Louvor que
20 Renova” - ser a companheira que anima, tranquiliza e soma esforços para que as
21 SAFs cooperem para o fortalecimento e o crescimento da Igreja, como parte
22 integrante dela. 2º) Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais, a
23 fim de ajudá-los em suas atividades, contribuindo para a unidade do Trabalho
24 Feminino em todo o Brasil. 3º) Manter contato com os Secretários Gerais da UCP,
25 UPA, UMP, UPH para troca de idéias e planos de trabalho conjunto. 4º) SAF em
26 Revista: não medir esforços ao lado da Confederação Nacional, para melhorar cada
27 vez mais a SAF em Revista, quanto a sua qualidade, visando a informação e a
28 formação integral da mulher presbiteriana. Para tanto: a) acompanhar o trabalho da
29 Secretaria de Imprensa da Confederação Nacional, quanto à seleção e preparo do
30 material a ser publicado; b) zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos princípios da
31 doutrina evangélica reformada calvinista que professamos; c) manter contato
32 permanente com a Editora Cultura Cristã para a presteza e aprimoramento na
33 elaboração, publicação e distribuição da revista. 5º) Incentivar o Trabalho Feminino

1 na Prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este Quadriênio - valorizar
2 nosso sistema de doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários
3 - empenhar-se na obra missionária colaborando com os “plantadores de Igrejas”
4 para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização
5 (disciplinado), do ensino (oferecendo pessoal qualificado na obra educacional), da
6 Ação Social (auxiliando as obras assistenciais, os Campos Missionários, as
7 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. Eunice Souza - Secretária Geral do
8 Trabalho Feminino - SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE - SÍNTESE DA
9 PROPOSTA DE TRABALHO PARA 1995 - I - OBJETIVO GERAL - Dar apoio ao
10 trabalho da Confederação Nacional da Mocidade e manter contato com os
11 Secretários Sinodais, afim de ajudá-los em suas atividades. II - OBJETIVOS
12 ESPECÍFICOS - 1) Escrever para todos os Presidentes de Sínodos, solicitando seu
13 empenho no sentido de que a escolha dos Secretários Sinodais, em julho de 1995
14 recaia sobre alguém que se disponha a dar todo apoio às Confederações da
15 Mocidade; 2) Escrever aos Presidentes dos Sínodos mencionados a seguir,
16 solicitando todo o empenho junto aos Secretários Sinodais, no sentido de serem
17 organizadas as Confederações da Mocidade: Setentrional, Brasília, Pampulha - BH,
18 Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do Brasil, Brasil Central,
19 Matogrossense, Santos/Borda do Campo; 3) Coordenação, ao lado dos demais
20 Secretários Gerais, o I Encontro Nacional de Secretários Sinodais, convocado para
21 Belo Horizonte - MG, de 06 a 08 de outubro de 1995; 4) Supervisionar a edição
22 trimestral do jornal MOCIDADE; 5) Colaborar com a edição trimestral do suplemento
23 JOVEM PRESBITERIANO; 6) Participar dos eventos do Calendário Oficial de
24 atividades da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana. Secretário Geral
25 da Mocidade - Enos Moura - CALENDÁRIO UNIFICADO DAS SECRETARIAS
26 GERAIS - 1995 - Dentro do espírito do crescimento integral e integrado da Igreja,
27 proposto no “Planejamento para o ano 2000 e Realizando Já”, a Comissão de
28 Consolidação dos Planos e Calendário da IPB, formada pelos Secretários Gerais e
29 Presidentes das Confederações Nacionais, organizam o seguinte calendário:
30 SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE. À Comissão Executiva do Supremo Concílio
31 da Igreja Presbiteriana do Brasil - Prezados Irmão: Atendendo anseios da
32 Confederação Nacional da Mocidade, e dentro do que recomenda o Manual
33 Unificado, solicitamos a especial colaboração dos nobres irmãos no sentido de

1 recomendar aos Sínodos: Setentrional, Nordeste, Brasil Central, Brasília, Sudoeste
2 de Goiás, Matogrossense, Pampulha - BH, Sul de Minas, Santos/Borda do Campo,
3 Bauru e Sul do Brasil, a criação das suas respectivas Confederações de Mocidade,
4 contando para isto, com o apoio desta Secretaria Geral e da Confederação Nacional
5 da Mocidade. Rogando as bênçãos do Senhor sobre o vosso trabalho, firmamo-nos,
6 fraternalmente em Cristo, SECRETÁRIO GERAL DA MOCIDADE - a) Enos Moura.
7 SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - PROJETO DE ATIVIDADES
8 PARA 1995 - Objetivos: 1) Dotar o Trabalho Masculino de um órgão de Informação
9 com o proposto de informar e formar a consciência do Homem Presbiteriano; 2)
10 Aproximar a data de realização do Congresso Nacional dos Homens com a data do
11 Supremo Concílio de 1998; 3) Buscar meio e modos de realizar um trabalho
12 integrado entre o Trabalho Masculino, Trabalho Feminino e Mocidade,
13 descompartimentando as sociedades internas da Igreja Presbiteriana do Brasil.
14 SECRETÁRIO GERAL DO TRABALHO MASCULINO a) Pb. Alberto Rodrigues
15 Roque - CALENDÁRIO DO TRABALHO FEMININO - 1995 - 21 a 23/4/95: 1)
16 Reunião da Comissão Executiva. Local: Sítio dos Pinheirais. Curitiba - PR.
17 Objetivos: Apresentação do SUBTEMA "Revisão da Ética Cristã".- Avaliar o que foi
18 realizado - Programar as reuniões bienais - Confraternização. 2) Meses de junho,
19 julho, agosto/95: Reuniões Bienais em todos os finais de semana, no total de 44
20 Congressos. 30/9 a 01/10/95: Congresso da Sinodal Sul do Brasil em Porto Alegre.
21 01 a 10/09/95. 3) Visita ao Campo Missionário do Paraguai. Objetivos: Conhecer o
22 campo, suas necessidades e anseios - Ajudar na área de Assistência Social,
23 levando roupas usadas, medicamentos e um retro projetor - organização de três
24 SAFs - Divulgar o tema geral e subtemas do Quadriênio - Ouvir relatórios e avaliar o
25 trabalho realizado - orientar e motivar a liderança na execução das atividades a
26 nível regional. SECRETARIA GERAL DA INFÂNCIA PLANEJAMENTO 1995 - MÊS
27 A MÊS. A CE-SC/IPB resolve: Aprovar o planejamento anual da IPB realizado na
28 reunião de 10 a 13 de março de 1955, com as seguintes observações: a) Na folha
29 03 item 4, letra "a", dar a seguintes redação: cooperar com a Igreja Presbiteriana na
30 Argentina através da CRIE e JME, para formação de Liderança e Plantação de
31 Igrejas; b) Onde se lê: "pela CRIE", excluir a expressão: "Para alcançar os objetivos
32 propostos e as estratégias estabelecidas, propõe-se criar "COORDENADORIA DE
33 EVENTOS DA IPB" (Doc. anexo 2); c) No termo educação teológica onde trata dos

1 objetivos específicos, acrescentar o item 5 com a seguinte redação: “Determinar aos
2 Concílios e Seminários o cumprimento das normas de ingresso de candidatos ao
3 ministério; e o item 6: Determinar aos Presbitérios que procedam o levantamento de
4 situação dos pastores jubilados, e viúvas de jubilados e constatado a necessidade
5 de ajuda procurem atendê-los, apresentando relatório à CE-SC/IPB. No item ‘2.1’
6 dar a seguinte redação: “Divulgar as normas de ingresso aos Seminários”; d) Na
7 folha 04, onde trata dos objetivos específicos da Secretaria Geral do Trabalho
8 Feminino, dar a seguinte redação ao item 02. “Empenhar-se juntamente com a
9 liderança do Trabalho Feminino, na obra missionária, colaborando com os
10 “Plantadores de Igrejas” para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da
11 Evangelização, do Ensino e da Ação Social”; no item 3) substituir a expressão:
12 Melhorar a “SAF em Revista” por Continuar melhorando a “SAF em Revista”; e, no
13 item ‘2.1’ da Estratégia, dar a seguinte redação ao parágrafo 3º: “Divulgar no
14 Trabalho Feminino a prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este
15 quadriênio”; e, a folha 05 onde trata de estratégia, ‘2.1’, dar a seguinte redação ao
16 parágrafo 2º: “Divulgar intensamente a SAF em Revista, visando alcançar a tiragem
17 de 50.000 exemplares”; d) A folha 05, onde trata da Confederação dos Homens
18 Presbiterianos, item 1) Objetivos Específicos; nº 1 dar a seguinte redação: Incentivar
19 a prática do sub - tema: SANTIFICAI-VOS... E SEDE AVIVADOS NO SENHOR”
20 Hc.3:2; no n 2, substituir a expressão projetar por editar; e) A folha 08, onde trata
21 da Secretaria Geral da Infância, dar a seguinte redação ao ponto ‘2.1’) Divulgação:
22 “Visitar os nossos Seminários e Institutos Bíblicos, despertando nos futuros pastores
23 e obreiros o desejo de trabalharem com crianças”; e, no ponto ‘2.2’) Implementação,
24 dar a seguinte redação ao parágrafo 1º: “Organizar 5 Encontros Regionais, onde
25 serão levadas sugestões, e mostrada a importância do Manual Unificado”; f) No
26 anexo 3 ponto 1, Dar a seguinte redação: Determinar a JET que, ouvindo o
27 Conselho Diretor...; e no ponto 3 onde se lê:... “a aprovação da CE-SC/IPB”, leia-
28 se: aprovação da mesa da CE-SC/IPB¹⁰⁷. **Doc. XCI** - Quanto ao Doc. nº142 -
29 Consulta do Presbitério Alto do Araguaia sobre o voto de membros da Mesa do
30 Presbitério. A CE-SC/IPB, 1) Considerando que votam na Sessão Preparatória do
31 Presbitério os membros efetivos (Art. 29 Parágrafo único - Regulamento Interno -
32 Presbitérios); 2) Considerando que o Art.66 CI/IPB, letra “a”, define os membros efe-

¹⁰⁷ Doc. XC Planejamento Anual da IPB.

1 tivos do Concílio; Resolve: 1) Que os ministros membros do Concílio - Presbitério
2 são efetivos e no caso do ministro jubilado tem o direito a voto conforme o Art.49
3 §5º; 2) Que o presbítero, não sendo presidente do Presbitério e não tenha sido
4 eleito representante da Igreja, não é membro efetivo do Concílio, não tendo portanto
5 direito a voto¹⁰⁸. **Doc. XCII** - Quanto ao Doc. 100 - Relatório sobre o Regimento
6 Interno da Federação Nacional de Escolas Presbiterianas (FENEP). A CE-SC/IPB
7 resolve: 1) Tomar conhecimento do referido relatório; 2) Aprovar o Regimento
8 interno da FENEP nos seguintes termos: 'Regimento Interno da Federação Nacional
9 de Escolas Presbiterianas - FENEP - CAPÍTULO I - Da Natureza, Constituição e
10 Finalidade: Art. 1º - A Federação das Escolas Presbiterianas - FENEP, é uma
11 entidade da IPB instituída pelo Supremo Concílio e formada pelas Escolas
12 Presbiterianas de 1º, 2º e 3º graus, com a finalidade de orientar, incentivar, inspirar
13 e assistir as Instituições Educacionais no País. §1º - Além das escolas da IPB,
14 devem ser filiadas a FENEP, as escolas dos Concílios e Igrejas Presbiterianos
15 locais; §2º - Podem ser filiadas as escolas pertencentes e ou dirigidas por
16 presbiterianos; §3º - As Creches e Pré-Escolas Presbiterianas, poderão se filiar à
17 FENEP nos termos deste artigo; CAPÍTULO II - Da Competência: Art.2º - Compete a
18 FENEP: a) Cadastrar de forma completa todas as escolas presbiterianas - modelo a
19 ser elaborado, b) Promover encontros periódicos regionais e nacionais entre os
20 representantes das instituições educacionais para realização de: intercâmbios, troca
21 de experiências, inspiração mútua, debate de problemas, reciclagem e atualização
22 metodológica de ensino; c) Incentivar as Igrejas jurisdicionadas à IPB a redescobrir
23 sua missão educacional, criando novas escolas e expandindo as já existentes; d)
24 Incentivar e promover intercâmbio de recursos humanos, pedagógicos e materiais;
25 e) Apresentar relatório à CE-SC/IPB e quadrienal ao SC; f) Oferecer e/ou mediar
26 assessoramento às escolas federadas quando solicitada; g) Colaborar na melhoria
27 do ensino, nas diversas instituições educacionais presbiterianas; h) Incentivar a
28 informatização das Instituições, usando subsídios conforme oferecidos pelo PRÓ -
29 EDUCAR; i) Estimular as escolas presbiterianas quanto ao ensino religioso,
30 compatibilizando-o com a nossa fé cristã e reformada; j) Orientar para que haja, nas
31 escolas presbiterianas, o respeito à legislação escolar, previdenciária e trabalhista;
32 k) Enviar boletins informativos às escolas federadas. CAPÍTULO III - Da

¹⁰⁸ Doc. XCI Consulta sobre o voto de membros da Mesa do Presbitério.

1 Administração: Art.3º - A FENEP será administrada por uma diretoria constituída de
2 quatro nomes indicados pelo SC, escolhendo entre si: a) Presidente, b) Vice-
3 Presidente, c) Secretário Executivo, d) Tesoureiro, Parágrafo Único - Em caso de
4 vacância, a CE-SC/IPB nomeará pessoa competente para suprir tal falta. Art.4º - A
5 Diretoria da FENEP não perceberá remuneração pelo trabalho desenvolvido, sendo,
6 entretanto, reembolsadas as despesas de viagem, hospedagem, alimentação e
7 afins, quando no exercício dos seus cargos, sempre observados os critérios de
8 maior economia. Art.5º - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões
9 da Federação; b) Convocar e presidir as reuniões de sua diretoria; c) Assinar com o
10 Secretário Executivo o Relatório à CE-SC/IPB e ao SC; d) Estabelecer contatos com
11 as Escolas Presbiterianas; e) Representar a FENEP junto a CE-SC/IPB e SC,
12 sempre que necessário. Art.6º - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o
13 presidente em suas faltas e impedimentos. Art.7º - Compete ao Secretário
14 Executivo: a) Lavrar as atas da diretoria e da FENEP na forma própria, b) Redigir e
15 expedir as correspondências da FENEP, c) Manter em ordem os arquivos da
16 FENEP; d) Zelar pelo cumprimento das resoluções da FENEP; e) Substituir o Vice-
17 Presidente. Art.8º - Compete ao Tesoureiro: a) Receber verbas da tesouraria do SC
18 e ou outras fontes; b) Efetuar os pagamentos constantes do orçamento ou
19 autorizadas pela Diretoria; c) Apresentar relatório anual a FENEP. CAPÍTULO IV -
20 Das Reuniões: Art.9º - A FENEP se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e,
21 extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, a juízo da diretoria;
22 Parágrafo Único - As reuniões ordinárias levarão em conta as necessidades das
23 escolas, no começo e no final de cada ano letivo. Art.10 - A FENEP promoverá
24 encontros regionais entre escolas da área, com a finalidade de cumprir os
25 dispositivos do Art.2º (b) deste regimento, no que lhe couber. CAPÍTULO V - Das
26 Disposições Gerais: Art.11 - O presente regimento pode ser reformado por iniciativa
27 da FENEP, com a devida homologação do SC ou sua CE-SC/IPB, ou por iniciativa da
28 CE-SC/IPB ou do SC; Art.12 - Esse regimento entrará em vigor a partir de sua
29 aprovação pela CE-SC/IPB. Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela
30 diretoria da FENEP com parecer da CE-SC/IPB. 3) Baixar à subcomissão 01 para
31 dotação de verba, com o objetivo de viabilizar o funcionamento da FENEP; 4) Dar
32 poderes à Mesa da CE-SC/IPB para indicar os nomes, que comporão a diretoria até a
33 próxima reunião ordinária do SC. *A mesa da CE-SC/IPB nomeou os seguintes*

1 *nomes para compor a FENEP - FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESCOLAS*
2 *PRESBITERIANAS:* Titulares: Pb. Prof. Nilson de Oliveira, Prof^a. Débora Duarte
3 Ribeiro, Pb. Dr. Prof. Luiz Carlos Salomão e Rev. Prof. Dídimio de Freitas¹⁰⁹. **Doc.**
4 **XCIII** - Quanto ao Doc. 98 - Relatório da Junta de Missões Nacionais. A CE-SC/IPB
5 resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar o relatório; 2) Apreciar o trabalho que
6 vem sendo desenvolvido com muita propriedade e carinho; para tanto faz-se mister
7 destacar, para honra e glória de Deus: 2.1 - CURSOS E ASSISTÊNCIA - Curso de
8 Treinamento Missionário - CTM aos obreiros, com três anos de duração; Curso de
9 Treinamento para professores de ER em Matupá - MT; Curso Bíblico e Lingüístico
10 junto aos índios, sediado em Benjamin Constant - AM; Curso Bíblico e Ambulatório
11 Médico Dentário com Manutenção Coreana, principalmente aos obreiros coreanos;
12 Assistência Médico-Hospitalar aos obreiros com colaboração dos diversos Hospitais
13 Evangélicos das regiões missionárias. 2.2) DESAFIOS - Manutenção e
14 consolidação de novas frentes. Construção e documentação do patrimônio. 2.3)
15 NOVAS IGREJAS ORGANIZADAS - Igreja Presbiteriana Bairro de Placas - Rio
16 Branco - AC - Igreja Presbiteriana Estrito - MA. 2.4) TEMPLOS CONSAGRADOS em
17 número de onze unidades. Realçar com alegria a criação de mais um Presbitério
18 entregue à IPB, fruto do trabalho da JMN - Presbitério do Acre (PRAC). Criação do
19 Departamento do Índio. Esforço para a atualização estatística (uma faixa de 200
20 obreiros).10 novas frentes com diversas aquisições de terrenos e construções.
21 Montagem de uma marcenaria em Rio Branco/AC, para fabricação de móveis para
22 as igrejas. Rogamos ao Senhor da Seara as maiores bênçãos à JMN, certos de que
23 esta bandeira erguida fará brotar uma consciência nacional de que “os que com
24 lágrimas semeiam, com júbilo ceifarão; quem sai andando e chorando enquanto
25 semeia, voltará com júbilo trazendo os seus feixes “. Que se envide esforços no
26 sentido da multiplicação dos recursos materiais, humanos e espirituais. Rogamos,
27 outrossim, saúde, paz e prosperidade para a JMN e todos os obreiros.
28 Agradecemos a Deus pela JMN¹¹⁰. **Doc. XCIV** - Quanto ao Doc. 111 - Relatório da
29 Comissão Nacional de Evangelização. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar
30 conhecimento do Relatório e da nova diretoria eleita para o biênio julho/95 a
31 julho/97: Presidente - Rev. Sebastião Guimarães Costa Filho, Vice-Presidente - Rev.

¹⁰⁹ Doc. XCII RI da Fenep

¹¹⁰ Doc. XCIII Relatório da JMN

1 Jonas Zulske, Secretário - Pb. Daniel Tadeu Alves do Sacramento e Tesoureiro -
2 Rev. Sirgisberto Queiroga; 2) Tomar conhecimento do 5º Congresso Nacional de
3 Evangelização e Missões a realizar-se entre 12 e 16/04/95, em Salvador, Bahia, e
4 da contratação de mais um evangelista; Rev. Francisco José do Nascimento; 3)
5 Apreciar o esforço dos evangelistas da CNE, Rev. Josafá Vasconcelos, Rev.
6 Antônio Carlos Menezes e Rev. Norberto Santandréa, no sentido de atuar em
7 conferências e pregações na IPB; 4) Aprovar o Relatório e desejar que a CNE possa
8 alcançar o almejado crescimento integral da Igreja, sob orientação do Senhor da
9 Igreja¹¹¹. **Doc. XCV** - Quanto ao Doc. 99 - Relatório da Junta de Missões
10 Estrangeiras. A CE-SC/IPB resolve: Receber e aprovar o relatório da Junta de
11 Missões Estrangeiras, com os seguintes destaques: 1) Embora o pouco tempo de
12 atividades depois do último relatório, o quadro de membros mostra crescimento. 2)
13 Louvamos a Deus, pelas seguintes atividades dos missionários: a) Minистраção de
14 aulas em Seminário. b) Obra de capelania em Presídio. c) O grande número de
15 crianças alcançadas na evangelização. d) Cursos de trabalhos manuais. e)
16 Minистраção de estudos Bíblicos, inclusive por correspondência. f) A assistência à
17 pessoas m favelas e em colônia de leprosos. g) Treinamento de Líderes, para que
18 possam ensinar o povo em sua própria língua. 3) Destacar: a) a realização do 1º
19 Encontro de Secretários de Missões. b) a realização do 1º Encontro de Missionários.
20 c) o grande número de boletins expedidos. Não foi mencionado o número de países
21 atingidos, o número de missionários, e, em determinados campos, nenhuma
22 informação. Agradecemos a Deus, pela Junta de Missões Estrangeiras¹¹². **Doc.**
23 **XCVI** - Quanto ao Doc. 102 - Relatório da Capelania Hospitalar da Capelã Eleny
24 Vassão de Paula Aitken. A CE-SC/IPB recebe e aprova o relatório das atividades
25 realizadas no ano de 1994, destacando-se o seguinte: 1) Preparou em vários
26 Estados, Capelães onde estão exercendo suas atividades em Capelania Hospitalar;
27 2) Foram realizadas muitas palestras em Igrejas, Escolas, Indústrias, sempre com a
28 visão evangélica; 3) É membro do Conselho de AIDS do Estado de São Paulo,
29 designada pelo Governador do Estado de São Paulo; 4) Esteve dando assistência
30 espiritual e com a colaboração do Instituto Mackenzie com 1 (uma) tonelada de
31 alimentos para as famílias com AIDS do Hospital Emílio Ribas. Quanto ao item 5 do

¹¹¹ Doc. XCIV Relatório da CNE

¹¹² Doc. XCV Relatório da JME

1 índice III - Necessidades, a Capelã solicita aumento do seu sustento financeiro. A
2 subcomissão nº 08 resolve encaminhar a solicitação da Capelã Eleny Vassão à
3 subcomissão nº 01¹¹³. **Doc. XCVII** - Quanto ao Doc. 138 - Reforma do Regimento
4 Interno da Junta de Missões Estrangeiras e Minuta de Contrato Missionário.
5 Aprovado em seus termos: “Reforma do Regimento Interno da Junta de Missões
6 Estrangeiras e Minuta de Contrato Missionário”. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar o
7 RI da JME nos seguintes termos: Artigo 1º “A Junta de Missões Estrangeiras da
8 Igreja Presbiteriana do Brasil (JME - IPB) foi criada com a finalidade de fundar,
9 coordenar, dirigir e administrar toda e qualquer obra missionária ligada à IPB em
10 outros países, como também colaborar em parceria, com outras agências
11 missionárias e igrejas, havendo conveniência para a IPB e JME “. Artigo 2º - idem.
12 Artigo 3º - A JME constituir-se-á de 9 (nove) membros efetivos e 6 (seis) suplentes,
13 eleitos pelo Supremo Concílio da IPB. Parágrafos 1º, 2º e 3º idem. Artigo 4º -
14 idem/Parágrafo Único idem. Artigo 5º - idem. §1º “O Vice-Presidente será o
15 Presidente do exercício anterior, ressalvado o caso de eleição do Presidente ou do
16 Vice-Presidente”. §2º idem. Artigos 6º e 7º idem. Artigo 8º idem/alíneas a, b e c
17 idem. Alínea d “orientar os missionários e acompanhar o trabalho missionário de
18 cada um, dando relatório de informações, por escrito, à JME”. Alínea e idem Artigo
19 9º “A substituição do Presidente, na sua falta ou eventual impedimento, dar-se-á na
20 seguinte ordem 1) Vice-Presidente; 2) Secretário Executivo; 3) Secretário; 4)
21 Tesoureiro. Artigo 10 e alíneas; Artigo 11 e alíneas; Artigo 12 e alíneas; Artigo 13 e
22 14 idem. Artigo 15 “Abrir trabalhos missionários e organizar igrejas em qualquer
23 parte do mundo”. Artigo 16 e alíneas; Artigo 17 a 20 idem. Artigo 21 “Encarregar
24 um ou dois dos seus membros de fazer viagem de estudos da obra presbiteriana em
25 geral, afim de colher informações, cuja divulgação promova a maior expansão das
26 atividades missionárias em outros países. Artigos 22, 23 e 24 idem. Artigo 25
27 “Facultar ao missionário que trabalhar 4 anos no campo, um mês de licença e três
28 meses de prestação de serviço à JME no Brasil. O pagamento de despesas de
29 viagens e permanência do missionário e sua família deverá ser previamente
30 ajustado entre as partes”. Artigos 26 a 35 idem; 2) Aprovar a minuta de contrato
31 missionário nos seguintes termos: Cláusulas 1ª e 2ª idem. Cláusula 3ª idem. Alíneas
32 a e b; b1 e b2 idem. Observação: “Nos itens acima (b1 e b2) estão incluídas as

¹¹³ Doc. XCVI Relatório da Capelania Hospitalar da Capelã Eleny Vassão de Paula Aitken

1 despesas com esposa e Filhos do missionário, sendo 30% da responsabilidade da
2 JME. Cláusula 4ª idem. Cláusula 5ª “Rescisão do acordo: O presente acordo poderá
3 ser rescindido por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 60
4 dias. Alíneas a, b e c idem. Cláusulas 6ª a 19ª idem”¹¹⁴. **Doc. XCVIII** - Quanto ao
5 Doc. 103 - Solicitação do Pbt. Bauru quanto à Reforma e/ou emendas ao Manual
6 Presbiteriano. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Agradecer a
7 preocupação e interesse do Presbitério de Bauru, a respeito de Reforma e/ou
8 Emendas ao Manual Presbiteriano; 3) Atender à solicitação do Presbitério de
9 Bauru¹¹⁵. **Doc. XCIX** - Quanto ao Doc. 104 - Relatório do representante da Igreja
10 junto à Diaconia - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: a) Aprovar o
11 relatório do representante da IPB junto à DIACONIA; b) Ressaltar a eleição do Rev.
12 Arnulfo Alves Barbosa Filho como vice-presidente do Conselho Diretor para o triênio
13 1995/1997; c) Destacar suas efetivas participações nas reuniões do Conselho
14 Diretor”¹¹⁶. **Doc. C** - Quanto ao Doc. 106 - Relatório da CONEAS - Aprovado em
15 seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: a) Tomar conhecimento; b) Aprovar
16 integralmente o relatório da CONEAS, parabenizando ao seu presidente Rev.
17 Honório Theodoro Neto, pelos objetivos estabelecidos; c) Ressaltar a revisão feita
18 em seu Regimento Interno e o Planejamento estabelecido, o qual envolve não
19 somente uma ação correta, mas uma conscientização plena através de congressos;
20 d) Destacar ainda o Plano de Ação para Revitalização da SAMMAAR em Rubiataba
21 - GO, em parceria com a IPB”¹¹⁷. **Doc. CI** - Quanto ao Doc. 107 - Relatório do
22 CECEP e anexos. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2)
23 Ressaltar que o CECEP tomou conhecimento do relatório final da Comissão
24 Especial de auditoria sobre a CEP, e que já tomou medidas efetivas junto a
25 administração da mesma, a fim de que as recomendações dos auditores sejam
26 implantadas e cumpridas; 3) Enviar cópias da referida auditoria a todos os ex-
27 diretores da CEP auditados; 4) Registrar o alto nível técnico dos Srs. Auditores, que,
28 compuseram a referida Comissão de auditoria, convidados pelo CECEP, sem ônus
29 para a Igreja, em cumprimento da decisão do SC/IPB/94, o que torna o relatório final
30 da citada Comissão digno de total confiança (Pág. 2, 3/30); 5) Registrar também

¹¹⁴ Doc. XCVII Reforma do RI da JME e Minuta de Contrato Missionário

¹¹⁵ Doc. XCIX Solicitação de Reforma ou Emendas ao Manual Presbiteriano

¹¹⁶ Doc. XCIX Relatório do Rep. Da IPB junto à DIACONIA

¹¹⁷ Doc. C Relatório da CONEAS

1 fatos relevantes da auditoria: 5.1) Após exame da vida financeira e administrativa da
2 CEP, que não identificou evidências do *dolo pessoal* por parte dos ex-diretores da
3 CEP, *mas incapacidade administrativa* dos mesmos, demonstrada em fatos tais
4 como (páginas 14, 18 e 30): a) Balanços não confiáveis para uma análise retroativa,
5 gerencial, nem comparativa entre si, como: a.1) Sistema contábil complexo; a.2)
6 Liberdade fiscal para ajustes (pág. 9/30 item c); a.3) Erros significativos de
7 contabilização e nos demonstrativos financeiros (*passivo exigível e patrimônio*
8 *líquido*) levando a imprecisões no prejuízo do exercício de 1.993 de US\$268,723.00;
9 b) Decisão de “pagar à IPB dízimo do rendimento bruto mensal” (sic). Resolução
10 impraticável, por mais eu bem intencionada, por razões lógicas e fiscais; c)
11 Aumento na folha de pagamento de pessoal de US\$22,400.00 em abril/91, para
12 US\$32,241.00 em março/94; d) Empréstimo a funcionários e Diretores de até 100%
13 de seus vencimentos para pagamento em até 4 vezes corrigidos pela BNT; e)
14 Perdão de dívida de um Instituto, sem que sejam dados os detalhes, montante e
15 razões deste perdão; 5.2) Ainda quanto à aludida auditoria: a) Os ex-diretores: Pb.
16 José Joaquim Cruz Filho, Pb. Paulo Gonçalves Júnior e Rev. Valter Graciano
17 Martins, por razões desconhecidas, não responderam aos contatos, por carta, feitos
18 pela Comissão Auditora; b) “Houve um quase total abandono de acompanhamento
19 por parte do CD/CEP, que reparte com toda a diretoria da CEP a responsabilidade
20 pelo agravamento da situação da empresa” (Página 18/30); c) A crise financeira da
21 CEP se deveu também a ausência de ação por parte do CD/CEP mediante aos
22 repetidos alertas do Conselho Fiscal da CEP “que funcionou correta e eficazmente
23 como um atalaia”, feitos em 02/03/92, 07/10/92, 17/03/93 e 10/03/94; 6) Destacar os
24 seguintes pontos positivos relacionados a CEP: a) A CEP não solicitará à
25 Tesouraria da IPB o repasse da verba no montante de US\$94,554.63, em
26 decorrência da sua sensível recuperação financeira; b) A sensível redução de sua
27 folha de pagamento de pessoal da ordem de R\$ 53.000,00 em Março/94, para R\$
28 35.000,00 em Março de 1995, já com o reajuste para os funcionários; c) O aumento
29 do número de tiragem das revistas; d) A publicação de material próprio para a faixa
30 etária de 2 a 4 e 4 a 5 anos; e) A informatização do seu controle de estoque; f) A
31 locação dos 2º e 3º andares do prédio da CEP para a Igreja Presbiteriana Coreana,
32 pelo prazo de 05 anos, alcançando um montante de R\$ 110.000,00, pagos em 04
33 parcelas; 7) Atender solicitação do CECEP, designando o Rev. Wilson do Amaral

1 Filho e Pb. Dr. Ernesto Ferreira da Costa como seus membros titulares e Rev.
2 Rubens Thomaz de Aquino e Pb. Renato Piragibe, como seus suplentes; 8) Tomar
3 conhecimento da redução da ordem de 59% da dívida da CEP, ou seja, de R\$
4 459.360,00 em 12/03/93 para R\$ 190.496,00 em Dez. /94, a qual está parcelada
5 junto ao INSS e PIS e está sendo pontualmente quitada; 9) Destacar os excelentes
6 resultados obtidos, mediante profícuo trabalho realizado pelo CECEP junto à Casa
7 Editora Presbiteriana; 10) Homologar o contrato de locação com a Igreja
8 Presbiteriana Coreana¹¹⁸. Às 18 horas e 30 minutos a sessão é suspensa com
9 oração pelo Rev. Eliel Botelho, cuja presença se registra. Reabre-se a sessão às
10 20:00 horas para o Culto Solene, no qual prega o Rev. Dr. William Granham Smith.
11 Inicia-se com o Cântico do hino 38 “Louvores sem fim”, orando em seguida o Rev.
12 Sérgio Paulo de Carvalho Barbas, o Pregador lê a Palavra de Deus em Marcos
13 15.35 - 38, apresentando em seguida a Mensagem, após a qual canta-se o hino 265
14 e o Secretário Executivo impetra a bênção apostólica. Passa-se a ouvir a
15 Subcomissão nº 01: **Doc. CII** - Quanto ao Doc. 49 - Atas da Junta Patrimonial,
16 Econômica e Financeira/IPB (JPEF). A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho
17 realizado pela Junta, conforme registro contido nas referidas Atas; 2) Determinar a
18 juntada das Atas ao relatório apresentado pela Junta referida para fins de
19 arquivamento¹¹⁹. **Doc. CIII** - Quanto ao Doc. 46 - Do Sínodo de São Paulo (SSP),
20 solicitando seu desdobramento e a criação do Sínodo Norte Paulistano (SNP). A
21 CE-SC/IPB, resolve: 1) Aprovar o desdobramento do Sínodo São Paulo; 2) Criar
22 o Sínodo Norte Paulistano, atribuindo-lhe a sigla SNP; 3) Nomear a Comissão de
23 desdobramento, constituídas dos seguintes irmãos: Rev. Nelson Duílio Bordini
24 Marino, Rev. Silas de Campos, Rev. Rubens Thomás de Aquino, Pb. Eduardo Lane
25 e Pb. David Messias¹²⁰. **Doc. CIV** - Quanto ao Doc. 122 - Do Secretário Executivo,
26 solicitando que seja suprida “omissão contida na resolução do Doc. CCXLIX do
27 SC/IPB”, referentes à Missões e suas unificações. Considerando: A existência da
28 Comissão de Organização, Sistemas e Métodos da IPB; - Que o assunto que gerou
29 o Doc. CCXLIX - Missões e sua unificação - está afeto à competência da supra
30 mencionada Comissão, já referida no item anterior; - O interesse dos presidentes

¹¹⁸ Doc. CI Relatório do CECEP

¹¹⁹ Doc. CII Atas da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira

¹²⁰ Doc. CIII Desdobramento do Sínodo de São Paulo

1 das Juntas e da CNE no trato esta matéria; A CE-SC/IPB resolve: 1) Referir a
2 matéria à Comissão de Organização, Sistemas e Métodos/IPB, acrescida dos
3 presidentes das Juntas e CNE; 2) Determinar que a matéria seja tratada dentro do
4 contexto da Reengenharia administrativa da Igreja, em processo, respeitados os
5 parâmetros da CI/IPB, e os altos propósitos da JMN, JME e CNE, visando a
6 otimização dos resultados; 3) Suprir a omissão verificada naquela decisão,
7 nomeando para compô-la: Presbíteros: Adonias Costa da Silveira (relator) e Renato
8 Piragibe; Presidentes da: JMN, JME e CNE¹²¹. **Doc. CV** - Quanto ao Doc. 199 - Da
9 Comissão de Exame de Contas da Tesouraria da IPB, referente ao exercício de
10 1994. A CE-SC/IPB, resolve: 1) Apreciar o bom trabalho realizado pela Comissão; 2)
11 Aprovar o relatório nos seus termos, determinando que a tesouraria da IPB cumpra
12 à risca as recomendações feitas como se segue: a) Efetuar o máximo empenho em
13 resolver esta pendência financeira junto à Comissão de Relações Inter-
14 Eclesiásticas; b) Elaborar formulário para prestação de contas de despesas de
15 viagem e proceder à sua distribuição e orientação quanto ao uso; c) Suspender
16 quaisquer outros adiantamentos enquanto persistirem saldos devedores decorrentes
17 de adiantamentos anteriores, sem a devida prestação de contas, conforme prescrito
18 no artigo nº 28 do Regimento Interno da Tesouraria da IPB. Obs.: Quanto à segunda
19 recomendação acima, que o prazo máximo permitido para prestação de contas de
20 viagens seja de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de regresso do
21 representante da IPB, conforme bilhete de transporte aéreo ou documento similar.
22 Após este prazo deve-se proceder à terceira recomendação acima; 3) Registra o
23 agradecimento da Comissão de Exame aos funcionários da tesouraria pela presteza
24 e empenho no atendimento dos seus membros e um voto de apreciação ao trabalho
25 competente e dedicação do tesoureiro, mantendo os recursos da IPB administrados
26 adequadamente¹²². **Doc. CVI** - Quanto ao Doc. 65 - Pedido de desdobramento do
27 Sínodo de Brasília. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar em seus termos; 2) Nomear a
28 seguinte Comissão Especial para o referido desdobramento: Rev. Guilhermino
29 Cunha, Rev. Silas Rebouças Nobre, Rev. Aproniano Wilson de Macedo, Presbítero
30 Alberto Rodrigues Roque e Presbítero Adonias Campos¹²³. **Doc. CVII** - Contratação

¹²¹ Doc. CIV Sobre Missões e sua Unificação.

¹²² Doc. CV da Comissão de Exame de Contas da Tesouraria

¹²³ Doc. CVI Desdobramento do Sínodo de Brasília.

1 do Coordenador de Eventos - Aprovado em seus termos: “Considerando a
2 necessidade imperiosa que tem a CNE de um elemento para coordenar os seus
3 vários eventos; - Considerando já haver verba prevista para a coordenação de
4 eventos da CNE, na proposta de orçamento elaborada pela JPEF para o presente
5 exercício; A CE-SC/IPB resolve: contratar o ver Cícero Ferreira da Silva como
6 coordenador de eventos da CNE pelo período de um ano, podendo atender aos
7 demais órgãos da IPB¹²⁴. **Doc. CVIII** - Quanto ao Doc. 114 - Pastoral da Comissão
8 de Liturgia à Igrejas e pastores sob liturgia na IPB - Aprovado em seus termos: “O
9 Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, ciente da diversidade cultural e
10 social que a caracteriza, e apreensivo quanto as tendências polarizantes que podem
11 acontecer em contextos assim, resolve enviar à toda Igreja, mas principalmente aos
12 pastores, a seguinte CARTA PASTORAL. O SC reitera a Constituição afirmando
13 que é função privativa do Ministro do Evangelho “Orientar e supervisionar a liturgia
14 na Igreja de que é pastor”. Entretanto salienta que tal liturgia deve ser feita dentro
15 de determinados parâmetros que estão implícitos ou explícitos nas Sagradas
16 Escrituras em nossos Símbolos de Fé e em nossa praxe. Tais parâmetros não
17 podem ser omitidos quando a liturgia estiver sendo elaborada ou praticada: 1) A
18 Teocentricidade do culto. Embora o culto seja um encontro de comunhão entre o
19 povo de Deus e neste caso um encontro de irmãos, não podemos jamais esquecer
20 que o culto é primariamente um encontro entre Deus e Seu Povo. A Igreja
21 comparece diante do trono de Deus confiada nos méritos de Cristo e trazida pelo
22 Espírito Santo que a capacita com ousadia. Ela celebra o Altíssimo com temor e
23 tremor. Devemos, então, separar completamente este ato singular de todos os
24 demais, por mais honestos, lícitos e necessários que estes outros sejam. Não
25 precisamos esquecer as comemorações festivas não religiosas: Elas podem ser
26 úteis à vida comunitária da Igreja. Entretanto elas não devem tomar o lugar do culto
27 que deve ser prestado unicamente a Deus. Mesmo que sejam feitas na mesma
28 ocasião do culto, elas devem ser separadas deste, para que a Igreja entenda o que
29 está acontecendo e, por descuido, não seja estimulada à idolatria; 2) As festas
30 religiosas. A comemoração das festividades religiosas não deve ser esquecida.
31 Corremos o risco de passar a nossas ovelhas uma imagem “espiritualizada” dos
32 eventos históricos do cristianismo. Podemos datar alguns deles com grande

¹²⁴ Doc. CVII Contratação de Promotor de Eventos.

1 precisão e podemos ver a Igreja Cristã comemorando alguns deste eventos deste o
2 período apostólico. Devemos lembrar que o cristianismo está assentado em bases
3 históricas. Tão históricas que possuem data de aniversário. Festas como Natal,
4 Páscoa, Ascensão e Pentecostes foram sempre comemoradas pela cristandade
5 (Embora não saibamos com certeza a verdadeira data do Natal, podemos calcular,
6 entretanto, as datas da Páscoa, da Ascensão e do Pentecostes. É lamentável a
7 Igreja lembrar-se de efemérides comuns e esquecer-se de datas tão importantes
8 para nossa fé; 3) Cultuar com Espírito e com a Mente. Com ordem e com decência.
9 É certo que não podemos abstrair nossas emoções de um encontro com Deus.
10 Entretanto elas devem ser decorrência deste encontro com Ele. Fabricar emoções
11 não é um caminho seguro para este encontro. Ler e meditar em Sua Palavra,
12 arrepende-se sinceramente e humilhar-se perante Ele, reconhecer a santidade que
13 Lhe é inerente e que demanda uma atitude de humilde confiança nos méritos de
14 Cristo, é um caminho seguro para que nos apresentemos perante Ele. Tal
15 apresentação, via de regar, conduz o adorador à mais profunda comoção, pro
16 perceber-se objeto do amor de Deus. Deus perante o Qual ele é pó. Deus a Quem
17 por vezes ele despreza e desrespeita; 4) Os verdadeiros (aletinós: não falsos)
18 adoradores adoram o Pai em Espírito e em verdade (aleteia: não através de
19 símbolos). Qualquer apoio material, simbólico, que vise facilitar o trabalho do
20 adorador, deve ser objeto de atento estudo e de particular cautela para que não o
21 transformemos em ídolo. A hora já chegou: O verdadeiro adorador adora
22 diretamente ao Pai, através do único mediador: Jesus. 5) Unidade. Os cânticos
23 usados, congregacionais ou não, devem estar em harmonia com uma Teologia
24 Bíblica Sã, com nossos Símbolos de Fé e com o momento do culto em que eles
25 forem cantados. Tais parâmetros devem ser estudados, comparados como que a
26 Bíblia nos ensina e com o que nossos Símbolos de Fé interpretam (especialmente o
27 Capítulo XXI de nossa Confissão de Fé). Devemos sempre conduzir o rebanho,
28 sobre o qual Deus nos constituiu bispos para pastorearmos, a águas mais
29 tranqüilas e pastos verdes. “Por isso, recebendo nós um reino inabalável,
30 retenhamos a graça, pela qual sirvamos a Deus de modo agradável, com reverência
31 e santo temor: porque o nosso Deus é fogo consumidor”. Hb. 12:28. A CE-SC/IPB
32 resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2) alterar o item nº 01, onde se lê: ‘A
33 Igreja comparece diante do trono de Deus.....’ leia-se: ‘A igreja comparece diante do

1 trono do Deus - Triúno'; 3) Publicar no órgão oficial da Igreja; 4) Apreciar o zelo,
2 precisão e equilíbrio da Comissão de Liturgia ao tratar desta matéria"¹²⁵. **Doc. CIX** -
3 Quanto ao Doc. 115 - Sobre Carta - Aberta à IPB - 1993. A CE-SC/IPB resolve: 1)
4 Tomar conhecimento; 2) Lamentar que os concílios competentes não tenham agido
5 tempestivamente para apurar as responsabilidades e tomar as medidas adequadas;
6 3) Reconhecer que, devido aos rumos dos acontecimentos, esta matéria está
7 superada, não sendo a sua consideração nem relevante nem edificante para a
8 Igreja; 4) Declarar encerrado o assunto; 5) Seja arquivado o presente documento¹²⁶.
9 **Doc. CX** - Quanto ao Doc. 108 - Relatório da Secretaria Executiva. A CE-SC/IPB
10 resolve: a) Tomar conhecimento e aprovar; b) Registrar apreciação ao Instituto
11 Gammon, pela cessão de suas dependências, gratuitamente, à CE-SC/IPB; c)
12 Agilizar a aquisição de equipamentos de informática para uso da sintonia para uso
13 da Secretaria Executiva do SC; d) Apreciar a excelência e eficácia do trabalho
14 realizado pelo Secretário Executivo¹²⁷. **Doc. CXI** - Quanto ao Doc. 116 - Do Sínodo
15 Santos - Borda do Campo com respeito as observações feitas pelo Plenário do
16 SC/IPB em seu Livro de Atas. A CE-SC/IPB resolve: 1) Quanto ao item 3º, informar
17 que a CE-SC/IPB está providenciando a sistematização dos papéis e formulários
18 oficiais da IPB; 2) Quanto ao item 4º não atender; 3) Quanto ao item 5º recomendar
19 maior zelo por parte dos interessados na discussão dos assuntos que lhe são
20 afetos. **Doc. CXII** - Quanto ao Doc. 132 - Relatório parcial da Comissão Permanente
21 de Doutrina. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2) Ressaltar a
22 decisão importante da elaboração de uma Pastoral versando sobre os assuntos que
23 têm perturbado a unidade da IPB, que urgem sejam definidos pelo Concílio Maior da
24 Igreja; 3) Lamentar que os membros da comissão ainda não tenham conseguido se
25 reunir plenamente para dar os passos necessários ao cumprimento das resoluções
26 do SC/94 sobre o assunto¹²⁸. **Doc. CXIII** - Quanto ao Doc. 110 - Reforma do Manual
27 Presbiteriano - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: 1) Receber e
28 aprovar o relatório da Comissão de Reforma da CI/IPB, CD e PL da IPB, conforme
29 letra 'b', do Art.141 da CI/IPB; 2) Determinar que a mesa do Supremo Concílio baixe
30 aos presbitérios o anteprojeto em apreço, conforme letra 'b', 2ª parte, do Art.141 da

¹²⁵ Doc. CVIII Pastoral da Comissão de Liturgia

¹²⁶ Doc. CIX Sobre carta-aberta à IPB

¹²⁷ Doc. CX Relatório da Secretaria Executiva.

¹²⁸ Doc. CXI Relatório Parcial da CPD

1 CI/IPB; 3) Dar prazo aos presbitérios até 31 de janeiro de 1996, para opinarem
2 sobre a necessidade de se proceder a reforma e, caso positivo, enviarem pareceres
3 à mesa do Supremo Concílio, conforme letra 'c' do Art.141 da CI/IPB; 4) Agradecer
4 aos membros da Comissão de Reforma da CI/IPB a maneira diligente, cortês e
5 eficiente como conduziram os trabalhos"¹²⁹. Às 23:00 horas suspende-se a sessão
6 com oração pelo Secretário Executivo. Às 23 horas e 25 minutos reiniciam-se os
7 trabalhos da CE-SC com oração pelo Rev. Gérson Silva. **Doc. CXIV** - Quanto ao
8 Doc. 10 - Ofício do Presbitério Sul Fluminense encaminhando ofício da Igreja Nove
9 de Abril, solicitando documento declaratório da tesouraria da IPB de que a Igreja
10 não está em débito com relação ao dízimo ao supremo concílio - Aprovado em seus
11 termos: "A CE-SC/IPB - Considerando que em 11/03/94 o tesoureiro do SC
12 encaminhou aos presidentes de Sínodos listagem acompanhada de circular
13 contendo além de outros o seguinte item: "a finalidade, além de informar, é solicitar
14 a colaboração do irmão, visando os seguintes objetivos:...corrigir as falhas que
15 porventura existam, motivadas, principalmente, pela falta de identificação das
16 Igrejas que, não obstante tenham remetido seus dízimos, não constam da listagem,
17 "- considerando que o Sínodo Sul Fluminense encaminhou à Igreja Nove de Abril
18 copia da listagem com a seguinte ressalva: "caso tenha alguma dúvida ou tenham
19 enviado dízimos não mencionados, por favor, reúna todos os comprovantes, tire
20 xerox e nos envie pois queremos corrigir possíveis erros"; - Considerando que a
21 Igreja Nove de Abril em 13/04/94 oficiou à tesouraria do SC remetendo Xerox das
22 remessas bancárias solicitando documento comprovando a sua fidelidade com a
23 IPB para informar ao Presbitério Sul Fluminense; - Considerando que a tesouraria
24 identificou as remessas à Igreja Nove de Abril os competentes recibos com datas
25 das referidas remessas, resolve: 1) Constatar que a Igreja Nove de Abril,
26 jurisdicionada ao Presbitério Sul Fluminense, efetuou regularmente remessas de
27 dízimos ao SC durante o ano de 1993 conforme consta de listagem e recibos
28 anexos. 2) Declarar que a tesouraria do SC não tem como emitir documento
29 declaratório sobre débitos das Igrejas com relação ao dízimo ao SC por não
30 conhecer a arrecadação das Igrejas locais. 3) Esclarecer que as listagens
31 divulgadas pela tesouraria para os concílios da Igreja informam a título de prestação
32 de contas, (Art.8º do RI-CE-SC/IPB), as remessas identificadas dos dízimos

¹²⁹ Doc. CXIII Reforma do Manual Presbiteriano

1 recebidos das Igrejas, não tendo portanto a finalidade de denunciar débitos, uma
2 vez que isto é de competência dos Presbitérios (Art.88, letra “j”) ¹³⁰. **Doc. CXV** -
3 Quanto ao Doc. 8 - Levantamento Patrimonial encaminhando pela JPEF - Aprovado
4 em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) Congratular-se com a JPEF pelo esforço
5 que vem desenvolvendo no sentido de cadastrar os imóveis pertencentes a Igreja,
6 tendo adquirido software e já cadastrado 152 imóveis. 2) Solicitar a junta que
7 continue com o seu trabalho, a fim de dar cumprimento à resolução SC-94-003 -
8 Doc. CLXV. 3) Recomendar que as entidades e autarquias da Igreja, auxiliem a
9 JPEF, remetendo-lhe copia dos títulos de propriedade, fotos (20x25 cm) e slides,
10 bem como a atual situação de utilização dos imóveis”¹³¹. **Doc. CXVI** - Quanto ao
11 Doc. 13 - Ofício da JME para o Instituto Gammon, solicitando Bolsa de Estudo para
12 jovem angolano no Brasil. A CE-SC/IPB resolve: Considerando que o Convênio de
13 Cooperação da Igreja Presbiteriana do Brasil com a Igreja de Angola (CE-87-146)
14 estabelece que toda e qualquer cooperação da Igreja Presbiteriana do Brasil, com a
15 Igreja Presbiteriana de Angola, far-se-á, exclusivamente, através da Junta de
16 Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Brasil. Resolve: Considerar
17 prejudicado em virtude do assunto ser de competência exclusiva da JME¹³². **Doc.**
18 **CXVII** - Quanto ao Doc. 9 - Solicitando do “Instituto Bíblico Rev. Augusto Araújo, de
19 ajuda financeira - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: atender em
20 parte, incluindo no orçamento verba correspondente a 5 (cinco) salários mínimos
21 mensais vigentes no país para auxiliar no pagamento de pessoal administrativo”¹³³.
22 **Doc. CXVIII** - Quanto ao Doc. 42 - Do Presbitério Sul do Pará - Pedido de verba
23 para construção do Instituto Bíblico da Amazônia ‘Rev. Antônio Teixeira Gueiros’ -
24 Aprovado em seus termos: A CE-SC/IPB RESOLVE: 1) Congratular-se com o
25 Presbitério Sul do Pará pelo interesse do presbitério no progresso do evangelho
26 na região amazônia; 2) Enviar o assunto a JMN para avaliar a possibilidade do envio
27 de missionários àquela região, atendendo a seus concílios; 3) Quanto ao pedido de
28 verba para a construção, considerar prejudicado tendo em vista decisão desta CE-

¹³⁰ Doc. CXIV solicitação por parte da IPB Nove de Abril, de declaração de que a Igreja não tem mais débito com a tesouraria do SC.

¹³¹ Doc. CXV Levantamento Patrimonial levantado pelo JPEF

¹³² Doc. CXVI Pedido de bolsa de estudo, ao Instituto Gammon, para um jovem angolano.

¹³³ Doc. CXVII Solicitação de Ajuda Financeira – do Instituto Bíblico Rev. Augusto Araújo.

1 SC/IPB Doc. CXXIV¹³⁴. **Doc. CXIX** - Quanto ao Doc. 151- Da JPEF sobre Doação
2 de terreno à IPB em Luziânia - GO - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB, -
3 Considerando que em 1989 A CE-SC/IPB aceitou a doação de um lote nº 02 -
4 quadra 5i, loteamento denominado parque esperança em Luziânia - GO, efetuado
5 pelo nosso irmão Dr. Fioravante Fabri Filho, cuja transferência ainda não se
6 efetivou; - Considerando parecer da JPEF esclarecendo tratar-se da área de melhor
7 aproveitamento pela igreja local; - Considerando que o doador acordou que o imóvel
8 seja transferido diretamente para a Igreja local; resolve: autorizar a JPEF a
9 providenciar a efetivação da doação diretamente para a Igreja de Luziânia - GO,
10 desde que haja manifestação de interesse do conselho da igreja em receber a área,
11 sem ônus para a IPB¹³⁵. **Doc. CXX** - Quanto ao Doc. 12 - Do Presbitério de Cuiabá,
12 sobre mudança no atual sistema de recolhimento dos dízimos - Aprovado em seus
13 termos: “A CE-SC/IPB resolve: não dar provimento por tratar-se de matéria de
14 reforma constitucional¹³⁶. **Doc. CXXI** - Quanto aos Documentos 15,16 e 62 -
15 Ofícios da SAMMAAR sobre projeto de reestruturação da instituição, solicitando
16 verba para contratação de Diretor Administrativo, justificando atraso no envio do
17 projeto de planejamento - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1)
18 Apreciar o trabalho da CONEAS, da mesa da CE-SC/IPB e mesa da JPEF na
19 reestruturação da SAMMAAR; 2) Autorizar a contratação de um diretor administrativo,
20 destinando verba orçamentária no valor de 7 (sete) salários mínimo mensais,
21 retroativos a janeiro/95, a título de doação à SAMMAAR, pelo período de um ano. 3)
22 Não atender pedido de repasse de recursos para contratação de mais um monitor;
23 4) Considerar cumprida a decisão do SC-94 (Doc. CXXII) no que se refere à
24 contratação de pessoal pago com recursos da tesouraria da IPB¹³⁷. **Doc. CXXII** -
25 Quanto ao Doc. 11 - Do Presbitério Paulistano propondo que se destine 25% (vinte e
26 cinco por cento) do Orçamento da IPB para os Seminários - Aprovado em seus
27 termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) Congratular-se com o Presbitério Paulistano pelo
28 interesse demonstrado para com os nossos seminários. 2) Informar ao Presbitério
29 Paulistano que atualmente a IPB vem destinando 30% de seu orçamento a

¹³⁴ Doc. CXVIII Pedido de Verba para construção do IB da Amazônia

¹³⁵ Doc. CXIX Da JPEF sobre Doação de Terreno à IPB em Luziânia-GO.

¹³⁶ Doc. CXX sobre mudança no atual sistema de recolhimento de dízimos.

¹³⁷ Doc. CXXI Ofícios da SAMMAAR sobre projeto de reestruturação da instituição.

1 educação teológica”¹³⁸. **Doc. CXXIII** - Quanto ao Doc. 137 - Da JURET-SPN
2 solicitando verba para reforma de casa, pensão vitalícia para o Rev. Othon Guanaes
3 Dourado e aquisição de computadores - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB
4 resolve: 1) Determinar que a JPEF providencie a reforma da casa que servirá para
5 moradia do anual deão, conforme orçamento estimado em R\$12.800,00. 2)
6 Determinar que a CSM levante as necessidades dos seminários quanto à
7 informatização, a fim de se adotar critérios para aquisição de computadores e
8 software para atender a demanda nessa área, bem como padronizar os
9 procedimentos. Autorizar a JPEF a alocar um computador 486 e uma impressora
10 para o SPN. 3) Quanto aos planos para atendimento às solicitações apresentadas
11 pela JURET do SPN em referência ao Rev. Prof. Othon Guanaes Dourado, resolve-
12 se autorizar a mesa da CE-SC/IPB, para em dialogo com a JURET; 3.1) Ouvi-lo de
13 viva voz, num gesto de solidariedade cristã sobre tudo o que lhe diz respeito; 3.2)
14 Estudar a situação de moradia que lhe aflige, firmando cessão em comodato, se for
15 o caso; 3.3) Estudar e definir sua manutenção; 3.4) Orientá-lo sobre sua
16 aposentadoria; 3.5) Tomar outras providências relacionadas à solução final dos
17 referidos problemas”¹³⁹. **Doc. CXXIV** - Quanto ao Doc. 5 - Do Secretário Geral do
18 Trabalho de Mocidade solicitando prazo de 30 dias para apresentação das contas
19 da Confederação Nacional da Mocidade, em 1994 - Aprovado em seus termos: “A
20 CE-SC/IPB resolve: 1) Estranhar reincidência no atraso da prestação de contas. 2)
21 Conceder prazo até 30 de abril do corrente ano, para que a referida prestação de
22 contas seja encaminhada à JPEF. 3) Autorizar a mesa da CE-SC/IPB a receber o
23 parecer da JPEF no prazo de 60 dias e aprovar”¹⁴⁰. **Doc. CXXV** - Quanto ao Doc.
24 120 - Relatório da JPEF, referente à prestação de contas do ano de 1993, da
25 Confederação Nacional da Mocidade - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB
26 resolve: Aprovar as contas da Confederação Nacional da Mocidade, do exercício de
27 1993”¹⁴¹. **Doc. CXXVI** - Quanto ao Doc. 4 - Do Sínodo de Campinas solicitando
28 informação sobre cobrança de Imposto Sindical - SINDHOSP - Aprovado em seus
29 termos: A CE-SC/IPB : Considerando que o Art.578 da CLT estabelece que as
30 contribuições devidas aos Sindicatos, serão, sob a denominação de ‘Contribuição

¹³⁸ Doc. CXXII Proposta – que se destine 25% do orçamento da IPB para os Seminários

¹³⁹ Doc. CXXIII Da JURET SPN solicitando verba para reforma de casa e pensão vitalícia para Rev. Othon.

¹⁴⁰ Doc. CXXIV Do Secretário Geral da Mocidade pedindo tempo para prestação de contas.

¹⁴¹ Doc. CXXV Relatório da JPEF ref. Prestação de contas da CNUMP

1 Sindical'; - Considerando que o Art.580, §5º da CLT estabelece a forma de cálculo
2 das contribuições para as instituições que não estejam obrigadas ao registro do
3 capital social; - Considerando que o §6º do mesmo artigo estabelece que as
4 Instituições poderão ser excluídas da obrigação de pagar a contribuição sindical,
5 devendo entretanto comprovar, através de requerimento dirigido ao Ministro do
6 Trabalho, que não exerce atividades econômicas com fins lucrativos. Resolve:
7 Autorizar a mesa da CE-SC/IPB a submeter o assunto a uma Consultoria Jurídica,
8 devendo o parecer ser divulgado através do jornal Brasil Presbiteriano para
9 conhecimento das Igrejas¹⁴². **Doc. CXXVII** - Quanto ao Doc. 21 - Ofício da Igreja
10 Presbiteriana de Alta Floresta - MT, solicitando cessão por comodato de terreno -
11 Aprovado em seus termos: " A CE-SC/IPB resolve: Não dar provimento ao pedido
12 por não ter sido encaminhado na forma do Art.63 da CI/IPB"¹⁴³. **Doc. CXXVIII** -
13 Quanto aos Documentos nº 14 e nº 18) Ofício do Presbitério de Ceres, sobre venda
14 de terrenos em Ceres - GO ora utilizado pelo APC. A CE-SC/IPB considerando: 1) A
15 decisão do SC-94, autorizando a venda de 7120, 30 m² da área, desde que
16 inexistam planos de ocupação ou utilização da área pleiteada pela IPB ou órgão a
17 ela ligado; 2) O parecer da JPEF favorável á venda (conforme documento anexo).
18 Resolve: 1) Autorizar a venda da área medindo 7120,30 m² na cidade de Ceres -
19 GO pelo melhor preço, respeitando o valor mínimo médio de R\$10,00 p/m²,
20 conforme avaliação da imobiliária WOMAK; 2) Destinar os recursos da alienação
21 para obras de recuperação e melhorias no APC; 3) Determinar que o produto das
22 vendas seja remetido à Tesouraria da IPB e que a liberação seja conforme projeto
23 executivo e orçamento das obras, aprovado pela JPEF¹⁴⁴. **Doc. CXXIX** - Quanto ao
24 Doc. 148 - Da JPEF sobre transferência de imóveis da IPB para a Igreja de Sinop -
25 MT - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB : Considerando que a Igreja de Sinop
26 ao encaminhar carta solicitando a transferência dos imóveis existentes naquela
27 cidade, não apresentou as razões, nem tão pouco as justificativas ou pretensão
28 para seu uso, principalmente do imóvel vazio; - Considerando o parecer da JMN
29 desaconselhando tal providencia; - Considerando o parecer contrário da JPEF.
30 Resolve: 1) Não autorizar a transferência dos imóveis; 2) Determinar que a JPEF

¹⁴² Doc. CXXVI Solicitação de informação sobre cobrança de imposta Sindical - SINDHOSP

¹⁴³ Doc. CXXVII DA IPAlta Floresta solicitando cessão por comodato de terreno.

¹⁴⁴ Doc. CXXVIII Sobre venda de terrenos em Ceres-GO ora utilizado pelo APC

1 providencie a regularização dos lotes 19 e 20) Quadra 17 (onde situa-se o templo
2 da Igreja), lote 53 - quadra C (onde está construída a casa pastoral) e lote 21)
3 quadra 50 (atualmente vago), na cidade de Sinop - MT, tomando todas as medidas
4 necessárias para que a Colonizadora Sinop S/A outorgue a Escritura definitiva”¹⁴⁵.
5 **Doc. CXXX** - Quanto ao Doc. 152 - Da JPEF sobre Cessão de Imóveis em
6 Araçatuba - SP - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB, - Considerando que o
7 Supremo Concílio em sua última Reunião Ordinária autorizou a CE-SC/IPB a
8 proceder a cessão de imóveis à Igreja de Araçatuba, sem ônus para a IPB, com
9 ressalva de que os imóveis sejam para uso exclusivo daquela Igreja, com Cláusula
10 de Inalienabilidade, mediante parecer favorável da JPEF; - Considerando que o
11 parecer da JPEF foi favorável, condicionando a efetivação da cessão à regularidade
12 na remessa dos dízimos ao SC pela Igreja beneficiada; e que nas listagens da
13 tesouraria não constam remessas identificadas da referida Igreja desde 1990,
14 Resolve: Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a proceder a cessão dos imóveis, com
15 cláusula de inalienabilidade, desde que a Igreja regularize sua situação junto a
16 Tesouraria”¹⁴⁶. **Doc. CXXXI** - Quanto ao Doc. 135 - Da JURET-SPS sobre ocupação
17 de área no Campus do SPS - aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve, 1)
18 Congratular-se com a JURET-SPS quanto a sua preocupação na preservação de
19 tão importante área de propriedade da IPB; 2) Determinar que a JPEF, em conjunto
20 com a JURET-SPS, elabore Plano de Ocupação da área que concilie os interesses
21 da IPB quanto a sua manutenção e do SPS quanto a utilização”¹⁴⁷. **Doc. CXXXII** -
22 Quanto ao Doc. 112 - Relatório da JPEF - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB
23 resolve, 1) Aprovar destacando o seguinte: a) O trabalho desenvolvido na
24 elaboração do Orçamento/95, com participação do Tesoureiro do SC/IPB, quando
25 se procurou atender às reivindicações com muito critério, não apresentando déficit.
26 b) O empenho da JPEF na manutenção e conservação dos imóveis da IPB, no zelo
27 no exame das contas da Tesouraria e da Confederação do Trabalho Feminino; c) As
28 negociações feitas com os inquilinos dos imóveis em Brasília, com vistas a
29 atualização dos aluguéis que se encontravam defasados em relação ao mercado,
30 conseguindo-se uma recuperação razoável; d) A boa vontade da Igreja

¹⁴⁵ Doc. CXXXIX Da JPEF sobre transferência de imóveis da IPB para a Ig. De Sinop-MT.

¹⁴⁶ Doc. CXXX Da JPEF sobre Cessão de imóveis em Araçatuba-SP.

¹⁴⁷ Doc. CXXXI Da JURET SPS sobre ocupação de área no Campos do SPS

1 Presbiteriana do Rio de Janeiro em ceder parte de suas instalações físicas para
2 montagem do gabinete e escritório da Presidência do SC/IPB, e) O funcionamento
3 mais efetivo da casa de veraneio em Ubatuba - SP, atendendo os Pastores da IPB
4 em suas férias¹⁴⁸. **Doc. CXXXIII** - Quanto ao Doc. 20 - Ofício da JURET-DNE
5 solicitando aprovação do Projeto preliminar arquitetônico e verba para construção
6 da Sede do Seminário - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1)
7 Submeter o projeto à consideração da JPEF, que remeterá parecer para a Mesa da
8 CE-SC/IPB; 2) Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a aprová-lo, desde que considerado
9 viável pela JPEF; 3) Remeter cópia do projeto para CRIE a fim de auxiliar na busca
10 de recursos no exterior; 4) Não participar com recursos próprios neste primeiro
11 momento, tendo em vista a dotação de verba no valor US\$156,200.00, com recursos
12 do “DER” (Depósito Especial Remunerado) e do Fundo Alexander¹⁴⁹. **Doc.**
13 **CXXXIV** - Quanto ao Doc. 133 - Solicitação da JURET-RJ de verba para
14 investimento e melhorias no prédio - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB
15 RESOLVE: Não atender, tendo em vista a dotação de verba no valor de
16 US\$161,000.00 com recursos do “DER” (Depósito Especial Remunerado) e do
17 Fundo Alexander¹⁵⁰. **Doc. CXXXV** - Quanto ao Doc. 17 - Do Secretário Executivo
18 encaminhando ofício do Presidente do Instituto Mackenzie, informando sobre
19 convênio firmado com o FINEP - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB, resolve,
20 1) Congratular-se com o Instituto Mackenzie pela obtenção de Verba na ordem de
21 RS 339.021,00 a título de fundo perdido, para melhoramento na Antena da Estação
22 de Rádio-astronomia de Itapetinga, no município de Atibaia - SP; 2) Dar ciência
23 desta decisão ao Instituto Mackenzie¹⁵¹. **Doc. CXXXVI** - Quanto ao Doc. 19 - Ofício
24 do Secretário Executivo encaminhando cópia do processo de transferência do
25 imóvel em Caraguatatuba - SP, da IPB para a igreja local, enviado pelo Pb. Adilson
26 Neves - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: Tomar conhecimento de
27 que o processo foi devolvido pelo Conselho da Igreja de Caraguatatuba adiando
28 para outra ocasião a escritura, por não poder pagar o imposto de transmissão

¹⁴⁸ Doc. CXXXII Relatório da JPEF

¹⁴⁹ Doc. CXXXIII Da JURET DNE solicitando aprovação do projeto e verba para construção da sede do seminário.

¹⁵⁰ Doc. CXXXIV Da JURET RJ solicitando verba para melhorias no prédio-sede

¹⁵¹ Doc. CXXXV sobre convênio firmado entre IP e FINEP

1 intervivos”¹⁵². **Doc. CXXXVII** - Quanto ao Doc. 147 - Da JPEF sobre aquisição de
2 Imóvel pelo Seminário do Rio de Janeiro e liberação de verba - Aprovado em seus
3 termos: A CE-SC/IPB RESOLVE: 1) Autorizar a aquisição de lote medindo 410 m2,
4 na Rua Isolina 143, na cidade do Rio de Janeiro, fazendo fundos com a atual
5 propriedade adquirida e onde funciona o Seminário em prédio adaptado, pelo valor
6 de R\$ 35.000,00, tendo em vista parecer favorável da JPEF; 2) Autorizar a
7 tesouraria liberar o valor necessário para efetivação da alienação com recursos do
8 DER e Fundo Alexander destinados ao STPRJ”¹⁵³. **Doc. CXXXVIII** - Quanto ao Doc.
9 153 - Da JPEF sobre Exame de Contas das Confederações Nacionais - 1994. A CE-
10 SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento de que a Confederação Nacional de SAFs
11 remeteu os livros e documentos à JPEF, que procedeu o exame, sem contudo
12 encaminhar o parecer; 2) Registrar o não envio das contas das Confederações
13 Nacionais da Mocidade (1994) e de Homens (1992, 1993 e 1994); 3) Determinar
14 que a CNHP remeta suas contas dos exercícios de 1992 a 1994 à JPEF para exame
15 no prazo máximo de 90 dias; 4) Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a receber da JPEF
16 os pareceres e aprovar as contas¹⁵⁴. **Doc. CXXXIX** - Quanto ao Doc. 7 - Ofício do
17 Secretário Executivo encaminhando informação do Dr. Athos Vieira de Andrade
18 referente Ação movida contra o IPNE e IPB pelo Sr. Vicente Martins da Costa
19 Sobrinho, envolvendo acidente automobilístico em Brasília - DF - Aprovado em seus
20 termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Registrar que a Igreja foi
21 excluída da lide; 3) Delegar poderes à Mesa da CE-SC/IPB para continuar a
22 defender os interesses da IPB até a última instância”¹⁵⁵. **Doc. CXL** - Quanto ao Doc.
23 6 - Orçamento da IPB para 1995 - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB,
24 resolve: 1) Estimar a RECEITA e fixar a DESPESA para 1995, como discriminado:
25 Órgão / Entidade - Receitas: Tesouraria / Dízimos = R\$2.576.304,00 - Junta
26 Patrimonial / Aluguéis = R\$161.244,00 - Seminário Presbiteriano do Sul =
27 R\$309.940,00 - Seminário Presbiteriano do Norte = R\$156.556,00 - Sem.
28 Presbiteriano Rev. Denoel N. Eler = R\$138.620,00 - Seminário Presbiteriano Rio de
29 Janeiro = R\$86.400,00 - Seminário Presbiteriano Brasil Central = R\$60.600,00 -
30 Junta de Missões Nacionais = R\$364.200,00 - Conselho Com. e Marketing =

¹⁵² Doc. CXXXVI sobre processo de transferência do imóvel de Caraguatatuba.

¹⁵³ Doc. CXXXVII da JPEF sobre aquisição de Imóvel p/ Seminário RJ

¹⁵⁴ Doc. CXXXVIII sobre Exame de Contas das Confederações Nacionais

¹⁵⁵ Doc. CXXXIX Sobre ação movida contra IPNE e IPB pelo Sr. Vicente Martins da Costa Sobrinho.

1 R\$146.136,00; TOTAL: = R\$4.000.000,00. Órgão / Entidade - Despesas:
2 ADMINISTRAÇÃO: Presidência = R\$62.169,00 - Secretaria Executiva =
3 R\$23.184,00 - Tesouraria / Dízimos = R\$69.902,00 - Junta Patrimonial / Aluguéis =
4 R\$165.858,00 - ENSINO TEOLÓGICO: Junta Educação Teológica = R\$16.820,00 -
5 Seminário Presbiteriano do Sul = R\$420.800,00 - Seminário Presbiteriano do Norte
6 = R\$251.420,00 - Sem. Presbiteriano Rev. Denoel N. Eler = R\$233.490,00 -
7 Seminário Presbiteriano Rio de Janeiro = R\$171.340,00 - Seminário Presbiteriano
8 Brasil Central = R\$145.540,00 - MISSÕES E EVANGELIZAÇÃO: Junta de Missões
9 Nacionais = R\$1.721.380,00 - Junta de Missões Estrangeiras = R\$196.091,00 -
10 Comissão Nacional de Evangelização = R\$74.534,00 - SECRETARIAS: Trabalho
11 Masculino = R\$4.500,00 - Trabalho Feminino = R\$5.640,00 - Trabalho Mocidade =
12 R\$7.090,00 - Trabalho Adolescentes = R\$6.149,00 - Trabalho Infância = R\$4.690,00
13 - Estatística = R\$4.370,00 - Música Sacra = R\$4.500,00 - COMISSÕES
14 NACIONAIS: CNAS / FENEP = R\$20.700,00 - História da IPB = R\$1.000,00 -
15 Relações Inter-Eclesiásticas = R\$16.200,00 - Organização Sistemas e Métodos =
16 R\$5.980,00 - Liturgia e Música = R\$1.926,00 - Digesto Presbiteriano = R\$500,00 -
17 DIVERSOS: Assistência Social / Educacional: Pensionistas e Jubilados =
18 R\$58.280,00 - Doação IBEL = R\$11.800,00 - Doação IBN = R\$11.800,00 - Doação
19 Missão Caiuá = R\$8.440,00 - Doação SAMMAAR = R\$8.440,00 - Doação APADD =
20 R\$5.400,00 - Doação Instituto Rev. Augustus Araújo = R\$6.200,00 - Conselho Com. e
21 Marketing = R\$176.136,00 - Representações = R\$28.900,00 - Tribunal de Recursos
22 SC/IPB = R\$2.000,00 - Confederações Nacionais = R\$14.700,00 - Eventuais =
23 R\$32.141,00 - TOTAL: = R\$4.000.000,00 - 2) Autorizar a mesa da CE-SC/IPB em
24 conjunto da mesa da JPEF a repassar todo aumento na arrecadação de dízimos que
25 houver durante o ano para os órgãos que solicitarem, tomando-se por base os
26 percentuais estabelecidos no anexo 1, priorizando os Seminários até R\$15,00; 3)
27 Determinar que a JPEF em conjunto com a CSM elabore projeto de um PCS (Plano
28 de Cargos e Salários) para a IPB, a ser apresentado na próxima reunião da CE-
29 SC/IPB; 4) Autorizar o tesoureiro do SC/IPB a contratar Consultoria Jurídica
30 especializada na área trabalhista para estudar a possibilidade de se estabelecer
31 uma data - base única para reajustes salariais, enquadramento sindical e outras
32 responsabilidades trabalhistas; 5) Estabelecer provisoriamente os cargos e salários
33 máximos a serem praticados pela IPB durante o ano de 1995: CARGOS / SALÁRIO

1 MENSAL: Chefe de Gabinete = R\$700,00 - Encarregado de Escritório = R\$600,00 -
2 Assistente Administrativo = R\$500,00 - Assistente do Redator do BP = R\$500,00 -
3 Auxiliar Administrativo = R\$400,00 - Operador de Microcomputador = R\$400,00 -
4 Pedreiro = R\$400,00 - Auxiliar de Escritório = R\$300,00 - Assessor Administrativo =
5 R\$200,00 - Auxiliar de Serviços Gerais = R\$200,00 - Ajudante de Pedreiro =
6 R\$200,00 - Office-Boy = R\$100,00 - 6) Determinar que o Presidente da JMN
7 providencie para que seja cumprido o item 8 da resolução CE-94-123 - Doc.
8 CXXVIII; 7) Reiterar a necessidade de instrução quanto ao pagamento de
9 missionários no exterior, nos termos da resolução SC-94-005 - Doc. CCXLIX¹⁵⁶.
10 **Doc. CXLI** - Quanto ao Doc. 150 - Da JPEF sobre atualização do Regulamento do
11 Fundo de Empréstimo para construção - A CE-SC/IPB resolve: 1) Alterar o Art.7º, do
12 Regulamento do Fundo de Empréstimo para construção, que assume a seguinte
13 redação: Art.7º - O empréstimo será concedido mediante Contrato Mútuo, em moeda
14 corrente no país, corrigido por índice oficial do governo, garantido por Título de
15 Crédito Líquido e Certo, representado por nota promissória avalizada por 2 (dois)
16 oficiais de idoneidade financeira, indicados pelo conselho da Igreja; 2) Alterar o
17 Parágrafo único do Art.9º, que assume a seguinte redação: Art.9º -...Parágrafo único
18 - No caso de atraso no pagamento, será cobrado juros de 1% (um por cento) ao mês
19 a título de mora¹⁵⁷. **Doc. CXLII** - Quanto ao Doc. 145 do Rev. Paulo Delage solici-
20 tando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: “Venho por meio
21 desta, solicitar minha retirada em caráter definitivo desta reunião da CE-SC/IPB, por
22 motivo de compromissos em Governador Valadares que demanda minha presença.
23 A retirada se dará a partir do 3º expediente desta 4ª feira, dia 15/03/95. Assumirá a
24 representação do Sínodo Rio Doce o Rev. Jurandir Storck, mui digno vice-
25 presidente do referido concílio”. **Doc. CXLIII** - Rev. Ludgero Bonilho de Moraes
26 solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: “Peço
27 licença para minha retirada em definitivo”. **Doc. CXLIV** - Rev. Paulo Viana de Moura
28 solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: “Sr.
29 Presidente, Solicito para me retirar desta reunião por compromisso inadiável em
30 São Paulo”. **Doc. CXLV** - Quanto ao Doc. s/nº (anexo ao Doc. 71) Ofício de
31 12/03/95 da Secretarias Gerais de Causas da Igreja. A CE-SC/IPB, resolve: 1)

¹⁵⁶ Doc. CXL Orçamento da IPB para 1995.

¹⁵⁷ Doc. CXLI Atualização do Regulamento do Fundo de Empréstimo para Construção.

1 Recomendar aos Presbitérios e Sínodos que façam gestões no sentido de que as
2 Sociedades Internas da Igreja e suas Federações e Confederações, nas áreas onde
3 forma abolidas, revejam o assunto e envidem providências no sentido de haver a
4 possibilidade do retorno destas sociedades, bem como evitar sua extinção e
5 estimular a organização onde porventura não tenham sido criadas; 2) Lamentar que
6 em algumas áreas da Igreja, tenham sido extintas estas sociedades
7 internas¹⁵⁸. Registra-se um voto de saudade pelo falecimento dos irmãos Revs.
8 Gérson da Rocha Gouveia, Elon da Rocha Gouveia, Esmael Feijó de Melo, Cláudio
9 Cristóvão Tavares, Jason de Oliveira e Oséias Heckert¹⁵⁹. Registra-se em Ata o
10 agradecimento desta CE-SC ao Instituto Mackenzie pelo apoio logístico, aos irmãos
11 Bel. Cid Caldas, Revs. Geraldo Silveira Filho, Josias dos Reis Coelho, pelo apoio na
12 digitação dos documentos e resoluções, ao Pb. Davi Messias, pela coordenação da
13 hospedagem, ao Rev. Wilson de Souza Lopes, pela eficiente coordenação dos
14 trabalhos, ao Pb. Nilson de Oliveira, Prof. Antônio Carlos Rocha, assessores da
15 Presidência, pela assessoria eficiente dada ao Presidente e à Mesa, ao Rev.
16 Reinaldo Correa e Pb. Euclides de Oliveira do Jornal Brasil Presbiteriano pela
17 cobertura da reunião. A casa registra ainda um voto de apreciação à maneira eficaz,
18 gentil e democrática com que a mesa conduziu todos os atos desta reunião, na
19 pessoa do seu Presidente. Registra-se o aniversário do Rev. Daniel Bitencourt dos
20 Paços, meio século de vida. Encerra-se a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CE-SC/IPB,
21 com oração final pelo Rev. Roberto Brasileiro - Vice-Presidente, seguida de Oração
22 do Pai Nosso por todos os presidentes, de mãos dadas. Canta-se o hino 182 “União
23 Fraterna”, seguido da bênção apostólica pelo Rev. Wilson de Souza Lopes -
24 Secretário Executivo. Nada mais havendo a tratar, lavro e assino a presente Ata,
25 que é lida e aprovada. Sala das sessões, 03 horas e 36 minutos do dia 18 de março
26 de 1995¹⁶⁰.
27 -----
28 -----
29 -----
30 -----

¹⁵⁸ Doc. CXLV sobre extinção de sociedades internas em igrejas Presbiterianas em todo Brasil.

¹⁵⁹ Voto de Saudade.

¹⁶⁰ Encerramento da CE-SC-IPB-1995, às 03h36m do dia 18/03/95.